

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

07 a 13 de outubro nº 09

SAVIMBI QUE REVER INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (Angola)

A UNITA quer rever todo o investimento estrangeiro efetuado em Angola. O assunto está a ser encarado com preocupação pelos meios empresariais já estabelecidos em Angola, uma vez que, desde os títulos de propriedade de instalações industriais já recuperadas, até à legislação dos solos e a fiscal, tudo pode ser questionado.

Segundo a missão da AIP (Associação Industrial Portuguesa) que está em Luanda, "não está em causa a continuidade do investimento português em Angola, mas é certo que tudo terá de ser analisado com muito cuidado". A missão da AIP ficou impressionada com a qualidade e competência dos quadros superiores do MPLA "que não esconderam a inevitabilidade de, a curto prazo, começarem a surgir no país problemas de ordem cambial, podendo ocorrer em outubro uma desvalorização da moeda"

Um guia para investir em Angola. A missão da AIP identificou "a clara preferência dos consumidores dos PALOP por produtos portugueses e o conhecimento direto ou indireto [que Portugal tem] desses mercados." E acrescentou: "O mercado angolano pode constituir a primeira porta para a desejável internacionalização da atividade das pequenas e médias empresas portuguesas".

(p.14)

EUA PODERÁ RETIRAR ANGOLA DA LISTA DE PAÍSES MARXISTAS

Na entrevista que terá com Bush, na sua visita aos EUA, Savimbi pedirá a retirada de Angola dessa lista, desde que tenha garantias de que os empresários americanos "não darão dinheiro ao governo do MPLA".

Contudo, a Casa Branca já esclareceu que tal retirada não será feita "até às realizações de eleições livres e justas." Quando Angola for retirada da lista de países marxistas, o Eximbank norte-americano poderá financiar investimentos de empresas dos EUA em Angola (p.24).

O discurso de Savimbi, em início de campanha eleitoral, deixa algumas dúvidas, mais no plano internacional que doméstico. Perante as massas, ele apresenta uma postura jacobina e populista, oferecendo bem estar imediato e apelando para um nacionalismo rasteiro. Para as elites angolanas e meios internacionais, ele tem um posicionamento moderado.

O seu apelo aos capitais angolanos não encontra suficiente respaldo na realidade de um país exaurido. Perante o brado de não pagar aos cooperantes estrangeiros mais que aos técnicos angolanos, um diplomata ocidental manifestou a dúvida de que um cooperante se disponha a sair do seu país e a ficar longe da família para ganhar o mesmo magro salário dos angolanos.

Ao apostar na desagregação do governo do MPLA, nas greves que se multiplicam e na insegurança crescente, a UNITA corre o risco de contribuir para a instalação do caos, e não para a realização de eleições.

A UNITA parece sincera quando repele as acusações de tribalismo vindas do MPLA, mas os mestiços e os brancos não são visíveis nos seus comícios.

(p. 13)

NARDINE GORDIMER: O NOBEL DO ANC

(África do Sul)

A RESSUREIÇÃO AFRICANA.

Sul-africana branca, de origem judaica, nascida em 1923, Nadine Gordimer traz para a África, pela terceira vez em seis anos, o prêmio Nobel da Literatura. Em 1986, o laureado foi o nigeriano Wole Soyinka, e em 1988, o egípcio Naguib Mahfouz.

A literatura de Nadine tem como fulcro as relações entre brancos e negros: "a vida na África do Sul é tão pesada que um escritor não pode alhear-se dela". E acrescenta: "Na África do Sul, a sociedade é o sistema político".

Numa entrevista a uma rádio francesa, Nadine afirmou que pedirá ao governo francês para continuar pressionando Pretória. "Estão enganados os que pensam que já não existe o apartheid na África do Sul", acrescentou.

Nadine Gordimer filiou-se ao ANC (Congresso Nacional Africano) em 1990 (pp. 34 e 35).

ENCONTRO NO BRASIL. LITERATURA DE PALOP

GERA UMA INSTITUIÇÃO (PALOP)

A criação de uma Associação Brasileira de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa foi um dos principais resultados do encontro do docentes da matéria realizado de 2 a 5 de outubro na UFF. O encontro teve a participação de seis escritores angolanos e de professores de 22 universidades do Brasil, Portugal e França.

O escritor Manuel Rui Monteiro manifestou a sua admiração pelo nível de estudo dessa matéria no Brasil, país onde circulam edições de livros dos PALOP e cuja divulgação se baseia "em expedientes voluntaristas" como a importação de exemplares através de amigos" [A editora brasileira Ática já publicou cerca de uma dezena de autores dos PALOP, mas a distribuição e o interesse do público são precários].

Os organizadores do evento lamentam que as literaturas africanas de língua portuguesa ainda continuem como um apêndice da disciplina de Língua e Literatura Portuguesa.

[Não encontramos notícia desse evento na grande imprensa brasileira; a matéria foi tratada por dois jornais portugueses. Os escritores angolanos tiveram uma sessão de trabalho no CEAA.] (p.04).

O GALO VOA BAIXO NOS GABINETES (Angola)

Não aceitando ser recebido pelo presidente da república juntamente com lideranças dos outros partidos emergentes angolanos, Savimbi teve uma audiência especial com Eduardo dos Santos, considerada por ambos como positiva.

A reivindicação para a UNITA de um estatuto especial na política angolana causou protestos dos outros partidos. O dirigente do Partido Democrático Angolano acusou Savimbi de ter feito "um discurso demagógico", e a propósito do slogan da UNITA, "o galo [símbolo do partido]voa", recordou que esse animal "quando muito esvoaça."

Savimbi responde que a UNITA é um partido antigo. Está implantado em todo o país, logo o governo não pode tratar a UNITA da mesma maneira que trata os outros partidos." Não aceitamos. Nós somos combatentes." (pp.17 e 25).

PETRÓLEO, DIAMANTES E PESCAS FAZEM DE ANGOLA UM PAÍS RICO

Análise retrospectiva da situação econômica de Angola, desde o seu período pré-independência até o momento atual. Com realce para a aplicação dos planos econômicos propostos pelo FMI. Já é possível notar-se sinais de dinamização da economia, que começa a atrair os investidores internacionais.

O maior destaque na economia angolana vai para o petróleo, onde os maiores sócios da estatal Sonangol são os americanos da Chevron. [A produção atual anda à volta de 450 mil barris/dia, e representa mais de 90% das receitas de exportação.].

A importância da recuperação diamantífera angolana que atinge 1,2 bilhões de carats [ainda cerca de metade do período pré-independência] está na atual queda da produção da África do Sul e da Namíbia. A pesca [mesmo que não atinja já a produção dos anos 70] é o terceiro setor em importância na geração de divisas (p.18).

"JÁ PRIVATIZAMOS MAIS DE 120 EMPRESAS" (Moçambique)

Com uma economia baseada na agricultura (setor gerador de 50% do PIB, e que absorve 85% da população), Moçambique prossegue aplicando políticas de estabilização contra a inflação, reorientando a função econômica do Estado, ao procurar dinamizar as forças de mercado (já foram privatizadas mais de 120 empresas). Objetivo: atrair o investimento direto estrangeiro.

Segundo Adriano Maleiane, governador do Banco de Moçambique, apesar da necessidade do reescalonamento da dívida externa, ocorre grande diversificação de investidores (os americanos, ingleses, portugueses, italianos, alemães estão entre os primeiros) nos setores da agricultura, indústria e turismo. Portanto, apesar dos problemas existentes na educação, saúde e na falta de quadros, existem potencialidades. Mas, tudo está condicionado, segundo Ma-

leiane, pelo processo de guerra, o que torna mais urgente que se ultrapasse os impasses que retardam a paz moçambicana. (p. 28)

À PÁGINA NÃO ESCRITA

Resenha do livro "The African Experience", de Roland Oliver (co-editor, com J.D.Fage, da "Cambridge History of Africa"). Constatando a dificuldade de uma produção historiográfica sobre a África, o resenhista do "The Economist" menciona em seguida os desafios enfrentados hoje pelo continente, desafios de ordem demográfica e social, e refere a dificuldade da transição do "estatismo" anteriormente dominante ao "ajustamento estrutural" preconizado pelas agências de cooperação e bancos multilaterais, destacando que o futuro da África depende dos próprios africanos, como bem sabe o professor Oliver. (p. 05)

CENÁRIOS PORTUGUESES E PROTAGONISTAS AFRICANOS (PALOP)

Durante o 21º Seminário Internacional para Banqueiros Estangeiros, promovido pelo BPA (Banco Português do Atlântico) — ocasião onde confirmaram-se os indicadores positivos alcançados pela economia portuguesa nos últimos cinco anos —, foram renovadas as perspectivas que se abrem para os PALOP. De imediato, está em fase de elaboração a Associação Pró-África (criada pelo BPA), visando criar um programa ao estilo do JEEP (Jovens Empresários de Elevado Potencial). Em Moçambique, está criada a Associação dos Jovens Empresários Moçambicanos, que coopera com a sua congênera portuguesa. (p. 02).

UM BRAÇO DE FERRO (Angola)

A UNITA teria recebido a primeira resposta governamental ao seu reclame de um estatuto de mais alto nível diante dos demais movimentos opositores (FNLA e FDA) ao MPLA. Em 2 de outubro, o presidente José Eduardo dos Santos recebeu em Luanda os líderes da UNITA, Jonas Savimbi, da FNLA, Holden Roberto, e do Fórum Democrático Angolano (FDA), Jorge Chikoti. Savimbi — que pela primeira vez, desde os acordos de paz em Lisboa foi recebido pelo presidente angolano —, fora o último a ser recebido.

As três audiências enquadram-se no programa de consultas visando preparar o calendário do processo eleitoral, cujas primeiras eleições multipartidárias estão previstas para setembro e novembro de 1992. (p.07).

A EXPERIÊNCIA AFRICANA DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE AVEIRO (Angola)

Um grupo de 26 pequenas e médias empresas da Associação Industrial do Distrito de Aveiro foi a Angola — e já planeja uma missão a Moçambique —, com o objetivo de identificar oportunidades de investimentos, incrementar trocas comerciais, analisar a situação econômica angolana e estreitar as relações. Defenderam a posição que Portugal deveria reforçar as linhas de crédito para os PALOP, especialmente para Angola. (p. 11)

CRISE NO ZAIRE MANCHA IMAGEM DE ÁFRICA (Angola)

Esta é a posição de Aldemiro Vaz da Conceição, vice-ministro de Informação de Angola. Na verdade, nesta matéria, o mesmo se estende sobre várias questões referentes aos meios de comunicação, a cooperação de Angola com Portugal (que terá sempre um papel destacado, não só pelos laços históricos, mas devido os portugueses conhecerem e se adaptarem facilmente ao país) e o

Mas, foram os processos de paz e políticos angolanos que mais o entusiasmou. Sobre o MPLA, afirma ser o partido que apresenta maior base social e territorial, além de, desde a origem, ter se preocupado em afastar-se de qualquer vínculo tribal, regional e racial. Criado em Luanda, o MPLA, oriundo de um grupo de intelectuais sem qualquer tipo de preconceito, estendeu-se às áreas rurais com a guerra de libertação iniciada em 1961. Já a UNITA (composta de pessoas oriundas da região de Andulo, no planalto central, província de Bié) e a FNLA (que se apóia essencialmente nos quicongos), são organizações de caráter étnico-regional.

Ressalta ainda Vaz da Conceição que o MPLA concentra outras vantagens comparativas. Além de ser uma organização acentuadamente nacional, tem experiência governativa e conta com uma grande riqueza de quadros. Estes fatores fazem com que o vice-ministro de Informação se apresente muito otimista quanto ao futuro do MPLA e de Angola. (p.12)

ANGOLA: TERMINOU A PRIMEIRA FASE

encontro entre J. Savimbi e J. E. dos Santos marcou o fim da 1ª fase do processo de normalização da vida política angolana, sendo improvável um "regresso às armas", mas sendo necessário ainda definir o papel a ser atribuído à Sociedade Civil. Em Luanda, Savimbi foi recebido por 75.000 pessoas, naturalmente menos que as 250.000 que receberam o presidente dos Santos após a assinatura do acordo do Estoril. Savimbi fez um discurso de "grande vigor", sem explicitar, contudo, quais as mudanças que pretende implementar na esfera econômica. (p.15).

GOVERNO ANGOLANO ANALISA LEI ELEITORAL

O Conselho de Ministros angolano vai apreciar a lei eleitoral e a redução do orçamento geral do Estado (possível com o fim da guerra) e depois remeter o pacote à Comissão Permanente da Assembléia do Povo.

É de supor-se que não haverá coincidência de datas entre as eleições presidenciais e as legislativas previstas para o próximo ano. (p. 16)

BANCOS ESTRANGEIROS AINDA ESTE ANO ANGOLA DEVOLVE EMPRESAS

O Vice-Governador do Banco Nacional de Angola, Generoso de Almeida, afirma que o Banco Central está inserido na política de reformas preconizadas pelo programa de ação do Governo angolano. As reformas do sistema monetário e financeiro avançam rapidamente e a chegada dos bancos privados de capitais estrangeiros depende apenas da legislação referente à constituição e participação dos bancos estrangeiros, que será publicada até dezembro. Os bancos portugueses começam a abrir escritórios de representação em Angola a espera da legislação.

Generoso de Almeida afirma também que o governo angolano está estudando a hipótese de devolução das empresas aos seus antigos proprietários desde que se reinvesta nas empresas nacionalizadas. (pp. 19 e 21)

EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS DEIXARAM DE CRESCER (Angola)

No mês de novembro realizar-se-á, em Luanda, mais uma edição da FILDA, a fei

ra internacional da capital de Angola. O interesse dos empresários portugueses é crescente, posto que depois de terem aumentado em 12 bilhões de escudos em 1988, 24 bilhões em 1989 e 7 bilhões em 1990, as exportações portuguesas para Angola deixaram de crescer este ano.

Angola é o maior cliente africano de Portugal. A estrutura das exportações portuguesas para Angola são de caráter normal para um país pouco industrializado, com grande destaque para as máquinas e equipamentos mecânicos. Entre os produtos alimentares o óleo de soja possui o maior destaque, estando em segundo lugar no valor das exportações portuguesas para Angola.

A matéria possui um quadro com a relação das exportações portuguesas para Angola, em milhares de escudo. [um dólar vale cerca de 145 escudos]. (p. 20)

ESTA NO TURISMO ANGOLANO

A ESTA - Gestão de Hotéis S.A.—começou a gerir no mês de setembro mais duas unidades hoteleiras na cidade de Luanda. Trata-se do Hotel Império e do Hotel das Forças Armadas. Entretanto, estas unidades estão à disposição dos elementos que integram a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), portanto fora dos circuitos de comercialização. A ESTA possui também a gestão dos Hotéis Tivoli e Mundial, em Luanda, além do complexo hoteleiro da Sonangol. A ambição da empresa é consolidar-se em todos os PALOP. (p.22).

ANGOLANOS SÃO DEZ MILHÕES

Angola atingirá este ano os dez milhões de habitantes, 60% dos quais vivendo nos grandes centros urbanos, revela um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE). O grupo etário mais numeroso em Angola é o das crianças com menos de 14 anos de idade, cerca de 2 milhões, seguido pelo grupo com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, com mais de 1 milhão. (p. 25)

SAVIMBI MUDA DE TOM (Angola)

Tomas Savimbi participou da sessão extraordinária da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), em 01/10, usando um tom que destoou do utilizado durante o seu comício em Luanda, que inquieta alguns setores políticos.

Savimbi declarou que não tinha "nem a intenção nem o interesse" de repetir a crise que opôs, recentemente, a UNITA ao governo, e apelou à comunidade internacional para ajudar a resolver o problema logístico relativo ao acantonamento das tropas da UNITA e do governo. Acrescentou também a necessidade de extinção das hostilidades entre as rádios da UNITA e do MPLA. (p.25).

CABO VERDE: IGREJA QUER FIM DO ESTADO LAICO

Cabo Verde, o país africano culturalmente mais próximo do Ocidente, pode regressar politicamente ao período anterior à Revolução Francesa. A Igreja Católica cabo-verdiana — possuidora de diminuto clero, mas com uma hegemonia espiritual sobre 99% da população —, parece estar exigindo sua contraparte ao apoio nas eleições de janeiro. O presidente, Antônio Mascaranhas Monteiro, e o primeiro-ministro, Carlos Veiga, estão diante de exigências extremas como: o término do Estado laico, com Deus figurando no preâmbulo da futura Constituição como "Supremo Legislador", abolição de toda e qualquer imunidade, proibição do divórcio e do aborto, etc.

Muitos dirigentes nacionalistas (e marxistas) são filhos de católicos, mas, com certeza, exigências tão extremas produzirão intensos debates e algumas divisões. (p.26)

**GUINÉ-BISSAU PREPARA MUDANÇA
PARTIDOS LEGALIZAM-SE NA GUINÉ-BISSAU
LIBERDADES NA GUINÉ-BISSAU**

Foi aprovado pelo Parlamento guineense o chamado "pacote de leis", alterando a legislação sobre informação, o que, somado à alteração da lei-quadro sobre os partidos, completa o quadro jurídico para a instalação de um regime multipartidário. A oposição, que presentemente estrutura-se em torno da Frente Democrata Social, liderada pelo "histórico" Rafael Barbosa, e da Frente Democrática, liderada por Aristide Meneses, queixa-se ainda, de restrições que o regime de Nino Vieira impõe às suas atividades. (p. 27)

O MASSACRE DOS NINJAS (Moçambique)

"BP em cima", este é o grito de guerra contra os ninjas (terminologia retirada dos filmes orientais), mas que, em Moçambique, é sinônimo de ladrão, bandido, salteador e assassino.

Em Maputo, o povo, cansado de tanta insegurança, e confrontado com a ineficácia da polícia, começa a reagir com grande violência queimando os ninjas capturados.

As causas do fenômeno estariam no desemprego em Maputo. Há pouco, em consequência da reunificação das Alemanhas, chegaram mais de 10 mil trabalhadores da ex-RDA, alimentando, os índices em Maputo de mais pessoas sem trabalho e sem meios de subsistência, ou absorvidas no subemprego. A própria polícia, também vítima dos baixos salários, além da ineficiência, torna-se presa fácil do suborno. (p. 29)

**RENAMO E MAPUTO RETOMAM DIÁLOGO (Moçambique)
SANTO EGÍDIO À ESPERA DE PAZ**

Estava prevista para o dia 07/10 a reabertura das negociações entre a Renamo e o governo moçambicano, mediadas pelo governo italiano, pela Comunidade Católica de Santo Egídio e o arcebispo da Beira. O representante italiano nas negociações, deputado Mario Raffaelli, considera serem díspares as pretensões das partes acerca de um ponto fundamental, o cessar-fogo; a Renamo pensa que deve ser ele o momento final, o governo defende que seja o elemento prioritário. A chegada do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha a Maputo confirma o interesse deste país por Moçambique, prevendo-se a ampliação da cooperação para depois da assinatura de paz. (p. 32)

**OS GOLOS DE MANDELA (África do Sul)
IMPOSTO DO "APARTHEID"**

Há dois anos da data prevista para as eleições, a campanha eleitoral do ANC já teve início. Nelson Mandela, demonstrando grande habilidade, colocou seu movimento à frente da constestação ao novo imposto (o IVA), e apoiou publicamente a reintegração da África do Sul aos circuitos internacionais de críquete e rugby.

A primeira medida tem forte ressonância entre a população negra e a segunda visa captar simpatias entre o eleitorado branco (hostil em grande parte ao ANC), devido à popularidade destes esportes entre os boeres. (p. 33)

ÍNDICE

ÁFRICA GERAL/PALOP01-06
ANGOLA07-25
CABO-VERDE26
GUINÉ-BISSAU27
MOÇAMBIQUE28-32
ÁFRICA DO SUL33-35

Cooperação e Integração em África

António Silva*

UM POUCO por toda a parte assiste-se hoje à procura de propostas de soluções que permitam ultrapassar as limitações e insuficiências do estado-nação, seja no campo político, seja o campo económico.

É assim na Europa dos Doze com a próxima criação do Mercado Único, é assim na América do Norte com a proposta da criação de uma zona de comércio livre, integrando os Estados Unidos, Canadá e México, ou ainda na América do Sul com a recente criação do Mercosur, que associa a Argentina, Brasil e Uruguai.

Num mundo cada vez mais global e interdependente, as transformações registadas num país ou num continente acabam por ter mais ou menos repercussões nos restantes. Daí que face à evolução da Europa comunitária e da Europa do Leste os governantes dos países africanos sejam levados a reflectir sobre as implicações dessa evolução e a perspectivar novas soluções para a crise económica, política e social — que a grande maioria delas atravessa. Não admira pois que na recente cimeira da OUA (Organização da Unidade

Africana) que teve lugar em Abudja, na Nigéria, os chefes de Estado africanos tenham decidido avançar na criação de um mercado comum ou comunidade económica dos estados da África. O objectivo é, numa primeira instância criar um mercado comum que poderá, posteriormente, evoluir para formas mais elaboradas de cooperação económica e mesmo política.

Aliás a questão da cooperação e integração regionais em África não é nova. Ao longo de 30 anos de independência foram inúmeras as experiências neste campo. Actualmente, contam-se em África cerca de 200 organizações de cooperação regional nos mais diversos sectores. A todas estas iniciativas presidiu a vontade política dos dirigentes africanos que com mais ou menos convicção viam na cooperação a interiorização regional, um investimento do desenvolvimento económico.

Vontade política que teve a sua expressão maior no plano da acção de Lagos, aprovado em 1980, e que se propunha construir um quadro conceptual e programático para a cooperação e integração regionais na África subsariana. Assim, deviam criar-se três grandes sub-regiões: a África do Norte, a

África Central e a África do Leste e Austral. Para cada uma estabelecia-se um esquema com objectivos e calendários específicos, mas que previa a passagem por três fases da cooperação regional: a criação de uma zona de comércio livre, a união aduaneira e a comunidade económica.

Dez anos depois verifica-se que a vontade política não foi suficiente para pôr em prática as medidas propostas. O continente africano, em especial a África subsariana, está hoje mais pobre do que estava há dez ou vinte anos.

São africanos os países mais pobres do mundo e é em África, na África subsariana, que se registam as mais elevadas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de subnutrição e de fome.

Para este falhanço contribuíram muitos e variados factores, uns externos, como a depreciação das matérias-primas ou a recessão nas economias dos países desenvolvidos; outros internos como os desequilíbrios estruturais, a debilidade dos mercados internos ou a incipência das infra-estruturas essenciais no domínio dos transportes, da energia e comunicação, mas, sobretudo, foi a incapacidade política de grande número de diri-

gentes africanos, para mobilizar e dinamizar as populações, as sociedades civis respectivas, para projectos de cooperação regional que, necessariamente, trazem custos a curto e médio prazos e que terão de apontar para objectivos claros e exequíveis.

A África das regiões

Hoje, é claramente assumido este falhanço assim como a necessidade de o ultrapassar neste quadro que a integração regional aparece, cada vez mais, como um instrumento do desenvolvimento em África.

A África do futuro será a África das regiões ou não. E terá de ser partir das experiências do passado, da sua correcção e aperfeiçoamento, que se partirá para a criação de zonas de integração regional eficazes e instrumentalmente úteis para o desenvolvimento dos países africanos.

Entre essas experiências cabe destacar:

A CEDEAO — Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental — que agrupa 16 estados da África Ocidental — da Mauritânia à Nigéria e incluindo Cabo Verde e a Guiné Bissau.

Até hoje os avanços na integração desta região são limitados. Os obstáculos tarifários e não tarifários não foram, praticamente reduzidos a trocas inter-regionais

maném-se ao nível do início da década de 70, ou seja, apenas a 3% das trocas são feitas entre os países membros. A mobilidade da mão-de-obra, os movimentos de capitais e a diversificação das exportações são reduzidos ou nulos.

A CEAC — Comunidade Económica dos Estados da África Central — que inclui S. Tomé e Príncipe, é outra experiência cujos resultados estão longe dos objectivos inicialmente propostos. Também aqui as trocas inter-regionais diminuíram e o processo de integração tem sido ainda mais lento que na CEDEAO, por exemplo.

A DTA — Zona de trocas preferenciais para os estados da África do Leste e da África Austral — que agrupa 19 estados entre os quais Angola e Moçambique, visa promover as trocas regionais reduzindo as barreiras tarifárias e não tarifárias e sobretudo dando tratamento preferencial a determinados produtos. Também aqui os resultados são por ora reduzidos.

A SADCC — Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral — criada em 1980 pelos chamados «Países da Linha da Frente» e o então independente Zimbábue, tinha por objectivo diminuir a dependência económica dos

países membros em relação à África do Sul. Característica importante é a sua «informalidade» ou seja cada país membro é responsável por um sector da actividade não havendo uma organização burocrática e centralizadora. Por outro lado, a SADCC constituiu-se em interlocutor credível e eficaz para a comunidade internacional tendo obtido avultados recursos financeiros para projectos de âmbito regional. No entanto, a evolução interna na África do Sul (na recente cimeira da SADCC), foi feito um apelo à África do Sul para acelerar as reformas políticas internas e integrar a SADCC como membro de pleno direito e a articulação com a DTA levará necessariamente a um redimensionar desta experiência de cooperação regional.

Estas quatro experiências de cooperação e integração regionais em África, aqui apenas enunciadas, são exemplos a ter em conta na construção da África das regiões. Dos seus falhanços e sucessos, dos seus objectivos ambiciosos e fracos resulta-

dos alcançados, tiram hoje os ensinamentos necessários e possíveis, todos aqueles que, sobretudo em África, buscam soluções para o futuro.

Soluções que passam por uma abordagem de pequenos passos como ficou claro quando da reunião de Maastricht na Holanda em Julho do ano passado.

Governantes de países do Norte e de países africanos debateram o futuro das privações entre os dois blocos procurando chegar a propostas concretas e exequíveis. Ai se reafirmou que o desenvolvimento requer, impõe, um grau mais elevado de integração e cooperação regional em África mas que os objectivos e as medidas a propor teriam que ser graduais e realistas. Assim, deviam estabelecer-se programas de cooperação regional no domínio alimentar, liberalizando o comércio dos produtos agrícolas em África. Em seguida, avançar-se-ia para a liberalização das trocas de outros produtos e bens com os objectivos de racionalizar as actividades económicas existentes e facilitar a emergência de industriais integradas. Esta liberalização seria apoiada pela comunidade internacional através de programas de justamento, créditos à exportação e acordos de pagamentos a ser consolidados num fundo para a integração africana. Outra medida importante refere-se à liberalização das importações — bens, equipamentos e serviços — necessários aos sectores de exportação não tradicionais. Esta medida, indispensável para o relançamento das economias africanas, seria apoiada por fundos de diversificação.

Finalmente, é sugerida a racionalização das organizações regionais existentes que hoje constituem, maioritariamente, centros de burocracia lenta e ineficaz.

Poderá afirmar-se que apesar de tudo se trata de um programa ambicioso. No entanto, se se tiver em conta que se trata de medidas elaboradas a partir da experiência concreta dos países africanos e que por outro lado a integração e cooperação regionais são condições «sine qua non» do desenvolvimento africano terá de concluir-se que se trata de um programa mínimo para responder às necessidades actuais dos países africanos.

Cabe agora aos dirigentes políticos destes países, às sociedades civis na sua riqueza e diversidade, transformar aquilo que apenas tem sido vontade política em projecto mobilizador e de concretização possível.

Cenários portugueses e protagonismos africanos

Os indicadores da economia portuguesa e o apoio aos PALOP foram os temas que maior atenção mereceram dos participantes no 21.º Seminário Internacional para Banqueiros Estrangeiros, promovido pelo BPA

MIGUEL BELEZA fez o discurso de abertura destacando a boa performance da economia portuguesa nos últimos cinco anos, por contraste com a situação aterradora que se viveu no primeiro quinquénio de 80.

O crescimento económico, as taxas de evolução do investimento, a recuperação do défice da balança de transacções correntes, tudo serviu para mostrar o bom serviço prestado ao país pelo actual Executivo. Pelo meio apenas o reconhecimento de um "senão": a taxa de inflação não há meio de respeitar os objectivos governamentais.

Assim, em termos da taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), «foi de 6 por cento ao ano, em média, entre 1986 e 1990», disse Miguel Beleza, que justificou este valor pelo «comportamento do investimento e das exportações, que aumentaram no mesmo período a taxas superiores a 11 por cento ao ano».

No domínio das nossas contas com o exterior, também aqui o actual ministro das Finanças traçou um quadro risonho, uma vez que «a balança de transacções correntes passou de um défice médio que correspondia a 6,9 por cento do PIB, entre 1981 e 1985, para nos cinco anos seguintes passar a um saldo positivo que representava, em média, 0,3 por cento» do mesmo indicador macroeconómico.

Emprego: "ex-libris" do Governo

A imagem de marca do sucesso do actual Executivo parece ser a cada vez menor taxa de desemprego. Se uma taxa de 4,7 por cento de desemprego já fazia inveja às autoridades governamentais dos países de origem dos banqueiros presentes, Miguel Beleza não quis deixar de surpreender. Assim, esta taxa evoluiu ainda mais favoravelmente durante o corrente ano, sendo no final do primeiro semestre de 1991, de 4,2 por cento. Melhor que isto só no Luxemburgo!

«Estamos assim numa situação de "pleno emprego"

técnico», disse enfaticamente Beleza, que não se esqueceu de referir que «a taxa de desemprego em 1986 era de 8,6 por cento».

O pagamento antecipado da dívida foi possível - e constituiu mais uma das virtudes do Ministério de Cavaco Silva - pela entrada de capitais não relacionados com essa mesma dívida e pela já referida evolução ao nível da balança de transacções correntes. O facto de as nossas reservas em divisas ultrapassarem a nossa dívida externa actual, decorrente dos dois aspectos anteriores, foi também destacado.

Inflação: a nódoa negra

A pressão do consumo interno é que veio lançar a nódoa neste quadro idílico. A inflação, depois de ter evoluído de acordo com as intenções das autoridades, voltou ao vício antigo de assumir valores fora dos interesses nacionais. As várias metas para o valor deste indicador nunca foram atingidas nos últimos dois/três anos e, em 1991, a meta dos 11 por cento para a taxa de inflação está mais uma vez longe de ser alcançada. Doze por cento segundo uns, ou 12,6 por cento segundo os menos optimistas, serão valores mais razoáveis para este indicador no corrente ano.

Previsões, Miguel Beleza não fez. «Ao próximo responsável pela pasta das Finanças caberá definir as novas linhas de orientação estratégica e, portanto, estabelecer metas e fazer previsões» - disse.

Miguel Beleza procedeu à apresentação destes números na cerimónia de abertura do 21.º seminário para banqueiros estrangeiros promovido pelo BPA e após o discurso de abertura de João Oliveira, presidente da instituição.

O tema do ministro serviu de base ao painel que se lhe seguiu e que seria moderado por Ernâni Lopes e contava com as participações de Victor Constâncio e Vasco d'Orey.

Qualquer dos três assumiria uma postura menos optimista que Miguel Beleza. No futuro que esteve em causa durante este período foi uma «conjuntura particularmente favorável à economia portuguesa, a que não foram estranhos os fundos comunitários, o investimento estrangeiro, e a evolução favorável dos termos de troca».

O investimento estrangeiro foi o tema do segundo painel, que contava com a moderação de Rui Machete, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Henry Wallace, da Ford Motor (que destacaria as virtudes do investimento da Ford/VW) e Harri Butch, da Neste Química Comercial, foram os participantes do painel, que destacou as virtudes e potencialidades geradas pelo investimento estrangeiro em Portugal, recorrendo-se de dois casos concretos: o da Ford/VW e o da Neste.

Apoio aos PALOP

Durão Barroso falaria sobre a situação actual e as perspectivas que se abrem para os PALOP actualmente. Com um discurso eminentemente político, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, destacaria o papel desempenhado por Portugal em todo o processo de paz para Angola e demais países africanos de língua oficial portuguesa.

O Governador do Banco de Moçambique, Adriano Maleiane, e o Vice-Governador do Banco Nacional de Angola foram os oradores de maior destaque do painel subsequente.

A necessidade de um apoio mais consistente aos PALOP foi a conclusão objectiva do painel. O representante do Berliner Handels-und Frakfurter Bank, Oliver Dresler, faria mesmo uma sugestão à generalidade da banca presente, no sentido de seguirem uma intenção do seu banco no sentido de proporcionar formação a quadros bancários de ambos os países. Esta proposta viria a ser acolhida com fortes aplausos.

Entretanto, o apoio a estes dois países conhece já um forte impulso no nosso país, com várias instituições bancárias nacionais a fornecerem formação a quadros bancários dos PALOP. Este apoio passa quer pela vinda até Portugal de quadros daqueles países, quer pelo envio de formadores aos PALOP.

Associação Pró-África

Criada pelo Banco Português do Atlântico mas ainda em fase de elaboração dos estatutos, está a Associação Pró-África.

A primeira tarefa desta associação será criar nestes países um programa ao estilo do programa JEEP - Jovens Empresários de Elevado Potencial. O programa, dadas as limitações destes países, poder-se-ia chamar de NEEP - Novos Empresários de Elevado Potencial, e em que quer o limite de idade para candidatura é alargado, quer as condições complementares serão menos exigentes que entre nós.

Em Moçambique está criada a Associação dos Jovens Empresários Moçambicanos, que coopera com a sua congénere portuguesa.

Na Associação Pró-África, estão ainda o BFE, a AJEP, BNU e a FLAD.

J.M.V.

Cofaco prepara África

O grupo açoriano Cofaco vai investir cerca de seis milhões de contos em novas fábricas conservadoras e aquisição de arrastões enquanto prepara uma estratégia integrada para África.

No domínio dos investimentos, a Cofaco vai aplicar 1,6 milhões de contos na construção de uma nova unidade na Ilha de S. Miguel que se dedicará exclusivamente ao atum, a que se juntarão mais 300 mil contos na adequação e ampliação da sua unidade da ilha do Pico.

No Continente, a empresa pesqueira iniciou esta semana a construção de uma nova fábrica na Figueira da Foz que substituirá a existente. O investimento ronda os 700 mil contos. Também na Madeira através da sua associada Comada, o grupo vai construir uma nova fábrica para substituir a existente na ilha e que envolverá um investimento de 670 mil contos. A unidade da Figueira da Foz é a única que não se dedicará exclusivamente ao atum ou à cavala, produzindo também sardinhas e lulas de conserva.

Este plano de expansão deverá estar concluído até ao fim do próximo ano, altura em que a Cofaco prevê ter já a operar alguns dos 10 arrastões com que deverá enriquecer a sua frota até 1995. Só em barcos fabricados em fibra de vidro e com equipamento tecnologicamente avançado por uma associada do grupo o investimento em quatro anos será de cinco milhões de contos.

Hiper nos Açores

A estratégia para África está centrada numa empresa constituída para o efeito - a Cogedipa - que está atenta a todas as privatizações que no domínio das conservas de atum possam verificar-se em Angola explicou ao Semanário uma fonte da empresa. A Cogedipa renovou recentemente, com o Estado moçambicano, o contrato de

gestão das fábricas de conservas do Índico, na Beira, que depois de algumas dificuldades de abastecimento tem apresentado um desenvolvimento promissor admitindo a Cofaco que a curto prazo a empresa possa exportar para mercados vizinhos.

Ainda nos PALOP's, a Cogedipa tentará regressar a Cabo Verde, depois de uma experiência há alguns anos não totalmente feliz.

Apesar de recentemente ter assumido a totalidade do capital da Cereda, a distribuidora das suas conservas no mercado interno, a Cofaco decidiu constituir uma nova empresa nessa área, a Cepecil.

"A intenção é em breve lançar novas marcas através desta nova associada que permita o escoamento das produções acrescidas com a entrada em funcionamento de novas fábricas" - acrescentou a mesma fonte.

A Cepecil assumir-se-á, assim, como uma concorrente da Coresa e em breve fará o lançamento no mercado das suas próprias marcas. Presente em todos os sectores do circuito da actividade pesqueira, a Cofaco tem ainda em projecto a construção de um hipermercado em Ponta Delgada, em associação com um partner local e possivelmente, a Sonae.

Depois de ter tomado uma posição de controlo na fábrica de bolachas Sena, na Amadora, a aposta na distribuição alimentar (através de um hiper e um cash and carry) é mais um passo na sua estratégia de diversificação. Terreno em Ponta Delgada já existe, um parceiro do negócio - Nicolau de Sousa Lima, Lda - também. "É um investimento muito elevado, ainda está em projecto mas é seguramente, para arrancar para o próximo ano" - explicou o responsável da Cofaco que confirmou a existência de contactos exploratórios com a Sonae, tendo em vista uma associação na construção e gestão do hipermercado.

Televisões cooperam pela saúde pública

CAMPANHAS publicitárias destinadas a televisões e rádios de países africanos e sul-americanos, entre outros, para auxiliarem a população na prevenção de doenças causadoras de altas taxas de mortalidade são uma das iniciativas da Universidade Radiofónica e Televisiva Internacional (URTI), entidade sob os auspícios da UNESCO, que agrega meia centena de organismos.

Esta acção preventiva no campo da saúde pública, cujos contornos serão traçados num seminário a realizar em Lisboa no princípio de 1992, conta com o apoio técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto de Medicina Tropical, disse ao EXPRESSO Carlos Pinto Coelho, presidente do Comité Norte-Sul da URTI. Aquele instituto português de investigação é um dos mais reputados no plano internacional, com uma história de quatro séculos no combate a doenças tropicais.

A marcação do seminário será feita na segunda-feira, na capital portuguesa, durante uma reunião do Comité Norte-Sul. Desidratação, cólera, diarreia, malária ou

sida são algumas das doenças alvo dos «spots» publicitários, para cuja produção as TV e rádios dos países pobres do Sul contam com a experiência e o «know how» das suas congéneres do Norte.

A cólera, por exemplo, não cessa de fazer mais vítimas. Segundo os mais recentes dados da OMS, em África estão registados cerca de 100 mil casos, com mais de 10 mil mortos; na América Latina, foram contagiadas 300 mil pessoas, das quais morreram cerca de 3200.

Existente há mais de meio século, a URTI, agregando «as TV e rádios menos ricas do mundo» e ainda universidades com centros audiovisuais, dispõe de um fundo de programas — sobretudo documentários culturais e informativos — alimentado pela contribuição dos seus membros.

A RTP e a RDP estarão presentes na reunião, em que participam ainda as televisões FR3 (França), RAI (Itália), RTBF (Bélgica), TVE (Espanha), TDM (Macau) e de Moçambique, Camarões, Argélia, Cuba ou Gabão, entre outros; além de responsáveis portugueses da área da Cooperação.

Icep forma quadros nos Palop

O ICEP está a desenvolver um intenso programa de formação de técnicos oriundos dos países africanos de expressão portuguesa, na sequência de acordos bilaterais estabelecidos com departamentos governamentais dos cinco países africanos lusófonos.

Em 1990, 328 quadros africanos receberam formação sobre comércio internacional, prevendo-se que este ano o número de formandos envolvidos ultrapasse as quatro centenas.

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

'Joint-venture' em hotéis

OS HOTÉIS Village Cascais e Vila-moura Marinotel deverão integrar, a partir do próximo ano, a Estoril-Sol Ocidental Hotéis, uma «joint-venture» luso-espanhola recentemente constituída. A nova empresa, que por enquanto faz a exploração dos hotéis Estoril-Sol e do Guincho, tem por objectivo a formação de uma cadeia hoteleira de raiz portuguesa com vocação internacional. Além de Portu-



gal, os países da África lusófona, Brasil e Macau vão ser os mercados preferidos por este grupo, que vai apostar nas unidades de quatro e cinco estrelas.

A Ocidental Hoteles, o parceiro espanhol da Estoril-Sol na nova empresa, dispõe, nos dez países onde está presente, de seis mil camas em hotéis de cinco estrelas e de 6.800 em unidades de quatro estrelas.



Encontro no Brasil

Literatura de PALOP gera uma associação

A CRIAÇÃO de uma Associação Brasileira de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa foi um dos resultados mais importantes do primeiro encontro de docentes da matéria, realizado na Universidade Fluminense, em Niterói.

O encontro, que decorreu na semana passada, teve a participação de cinco escritores angolanos e de professores de 22 universidades do Brasil, de França e de Portugal.

Em declarações à Lusa, o escritor Manuel Rui Monteiro destacou a importância de uma entidade do género para a própria divulgação das literaturas em causa no Brasil.

O autor de *Quem me Dera Ser Onda* e *Crónica do Mujimbo* manifestou a sua admiração pelo nível do estudo

académico num país onde não circulam edições de livros dos países africanos de língua portuguesa e cuja divulgação se baseia em «mecanismos de expediente voluntarista», como a importação de exemplares através de amigos e a sua disseminação através de fotocópias.

A associação poderá servir de intermediário entre produtores das literaturas africanas de língua portuguesa e agentes do mercado livreiro do Brasil, levando à importação de exemplares e até mesmo à publicação de livros dos «Cinco» neste país.

Os organizadores lamentam que as literaturas africanas de expressão portuguesa ainda tenham um estatuto de «apêndice» à disciplina de Língua Portuguesa nas universidades do Brasil.

Literaturas africanas no Brasil

A CRIAÇÃO de uma associação brasileira de professores de literaturas africanas de língua portuguesa foi um dos resultados mais importantes do 1º encontro de docentes da matéria, realizado na Universidade Fluminense, em Niterói. O encontro, que decorreu na passada semana, teve a participação de cinco escritores angolanos e de professores de 22 universidades do Brasil, França e Portugal. O escritor angolano Manuel Rui Monteiro destacou a importância de uma entidade do género na divulgação das literaturas africanas no Brasil. ■

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

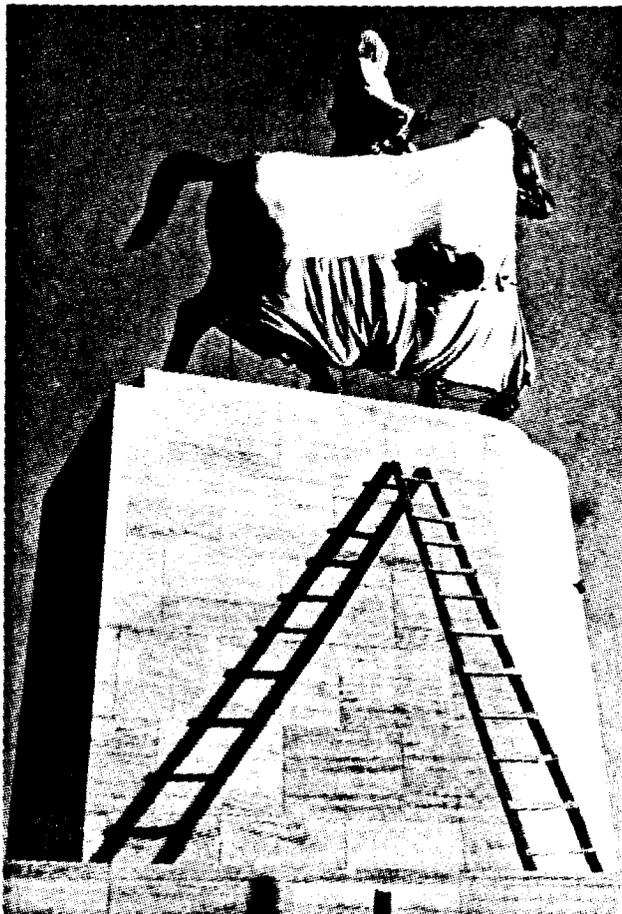
Coimbra: Encontros em Novembro

AS FOTOGRAFIAS vão voltar a Coimbra. Após o intervalo de 1990, regressam os Encontros, lugar decisivo, ao longo da década de 80, da divulgação da fotografia internacional e de alguns inícios de carreiras portuguesas. As datas estão fixadas: de 9 a 24 de Novembro. O programa está em vias de conclusão, e é já possível revelar algumas direcções principais.

Duas retrospectivas de Lartigue e Cartier-Bresson estarão no centro das atenções, tal como a mostra de Herbert List (1930-1970) apresentada pelo Instituto Goeth — naturalmente acompanhadas por exposições representativas da criação fotográfica mais recente (Fotografia subjectiva alemã; o belga André Jasinski, apresentado pela Contretype, etc.). Por outro lado, a fotografia portuguesa ocupará um lugar de destaque: do pioneiro Cunha Morais ver-se-ão cerca de 50 fotografias realizadas em Angola, em 1870, pertencente à colecção de Nicolas Monti; uma produção dos Encontros estabelecerá um confronto com a África actual — Maças de Carvalho foi fotografar a Guiné —, expondo-se ainda fotografias feitas em Moçambique por Pepe Diniz. Outros nomes presentes serão os de Luís Pavão e Sérgio Mah. Parte da colecção de fotografia da SEC deverá também ser mostrada, pela primeira vez depois da sua apresentação inicial em Lisboa.

Durante os Encontros será apresentada em estreia uma série de «photo-romans» (filmes realizados por fotógrafos) de que a RTP foi co-produtora. Entre eles encontra-se um trabalho de Paulo Nozolino realizado em Barcelona sobre um argumento de Vasquez Montalban.

Para a edição de 1991, a 11ª, Albano Silva Pereira e os Encontros de Coimbra contaram com um importante subsídio da SEC (15 mil contos, que atendem também ao défice do CEF agravado pela interrupção do ano anterior, às iniciativas de celebração dos 700 anos da Universidade), para além dos patrocínios da Gulbenkian, da Câmara de Coimbra, da Aliança Seguradora e da Caixa Geral dos Depósitos.



Herbert List, Atenas 1937

Africa The unwritten page

THE AFRICAN EXPERIENCE. By Roland Oliver. Weidenfeld & Nicolson; 284 pages; £19.99

THE site is "ugly, steep, desolate, stony and hot". Olduvai gorge has changed since tool-making men first imposed their superiority there upon the other animals. But their descendants still find the African continent a pretty inhospitable place. Roland Oliver knows more than anybody about what happened there in the intervening 1.8m years. The monument of his scholarship is the "Cambridge History of Africa" which he edited, in eight volumes, with J.D. Fage. Now, in retirement, he has condensed his wisdom in a book that is both graceful and comprehensive.

It is also slim, for there is startlingly little history in Africa. The chief reason is obvious: nobody could write it down until literate monotheists arrived from the north, selecting the oral history they wanted to hear from their converts and collaborators.

North of the Sahara, to be sure, the records are as full as, and older than, those of any part of the world. But the story of the Mediterranean cultures and the peoples to their south tells mostly of predation. Pre-Dynastic Egyptian pots portray black people as pinioned captives, not as *Gastarbeiter*. No other peoples have been so exploited, and exported, by outsiders.

Europeans shipped out many more slaves than anybody else, but they did not

begin the trade. Domestic slavery was common in ancient Africa. When, in the 15th century, the Portuguese began to sail along the coasts, they met established local dealers, keen to sell off their surpluses and to get more. In exchange for slaves, the Iberians brought the resources for Africa's first transformation. They introduced storable food-crops—maize and cassava, the African staples—from the almost equally new-found Americas. Africans took to them fast; well-fed, they increased faster than they were depleted by the export of their enslaved brothers and sisters.

Building, almost everywhere, was of timber or clay. Metal, discovered early, was too precious to discard; it was melted down and used again, leaving nothing for the archaeologist. So the story of man in Africa must be deduced mainly from shifts in the myriad languages that the isolated family groups developed, and which still divide Africans from their neighbours. Pre-invasion civilisations existed, to be sure, at Nok or, much later, around Great Zimbabwe. But the relics there are trifling by the standards of the American civilisations which Europeans began smashing up around the same time that they got to work on Africa.

And it was outsiders who brought about the biggest change of all, only just outside living memory. In 1900 there were fewer than 100m black Africans. The rival colonists of Europe's rough scramble for the continent introduced money and markets and peace and rural roads, then schools and medicine and piped water. Today there are at least 450m Africans. By 2030 (barring a catastrophe, which may be AIDS) there will be more than three times as many. The empty spaces will fill up, the wild creatures die away. Africans must quickly learn new patterns of production and of social organisation, without which they will go on get-

ting poorer and more numerous still.

Professor Oliver, braver as well as wiser than most historians, carries his story right through to now, and to the political revolution that is speeding across the continent from Algiers to the Cape. A quarter of a century ago, the departing colonisers bequeathed to their successors the damaging belief that governments not only should but could run every detail of national economies. Now, in the guise of aid agencies and multilateral banks, they seek to rectify the consequences of that bad advice by a rival panacea, called "structural adjustment". But foreigners can do little to help promote the social adjustment without which economic reforms probably will not work.

Nothing in this book will give comfort to those who want a past for Africa. What Africa has is a future, and only those who live there can determine it. Professor Oliver knows that, and wishes them well.

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

Eva africana, Adão chinês

O JARDIM do paraíso era afinal em África e, a acreditar numa recente teoria, foi neste continente que Eva fez comer a Adão a maçã dos nossos pecados. Segundo o professor Allan Wilson da Universidade de Berkeley, já falecido, há evidências de que toda a espécie humana descende de um ancestral comum africano — uma mulher que viveu há 200 mil anos e cujos «filhos» se disseminaram depois pela face da Terra, substituindo as espécies primitivas então existentes. Foi o início do reino do «homo sapiens». Até agora admitia-se que as espécies anteriores menos evoluídas — primeiro o «homo habilis» e depois o «homo erectus» — tinham surgido

em África, sim, mas depois ter-se-iam espalhado pelos continentes e dado origem em diferentes lugares ao «sapiens».

A conclusão, polémica, foi feita com base num estudo comparativo do ADN, repositório humano da informação genética, mas não explica a razão da existência de um Adão chinês, com a sua característica face achatada. Tal fóssil, um «homo erectus» que viviu há 1,25 milhões de anos na China levou agora o professor Milford Wolpoff, também americano, a perguntar: «será que os africanos herdaram a face chinesa?». Não parece provável. A menos que tenham saído ao pai.

O BANCO de Fomento e Exterior assinou um acordo com a Sociedade Financeira Internacional (entidade pertencente ao Banco Mundial) que se especializou no apoio ao sector privado, para aumentar o capital social do APDF-African Project Development Facility. Este instrumento financeiro internacional dirige-se a empresários africanos de países localizados a sul do Saara.

BFE apoia empresas em África

O BANCO de Fomento e Exterior (BFE) acaba de participar no segundo aumento de capital da APDF-African Project Development Facility, um instrumento da Sociedade Financeira Internacional pertencente ao Grupo do Banco Mundial. Os recursos postos à disposição da SFI pelo BFE, num montante de 400 mil dólares (cerca de 56 mil contos), vão ser utilizados em trabalhos a realizar por empresas portuguesas de consultoria junto de empresas da África Austral, nomeadamente de Angola e Moçambique.

A APDF dirige-se a empresários africanos de países localizados ao sul do Saara, que pretendem estudar o lançamento de novos projectos industriais ou modernizar as suas unidades.

RTC quer 40% da Tobis e investe nos PALOP

PÚBLICO
SABADO, 5 OUTUBRO 1991

A Rádio Televisão Comercial vai participar noutras actividades, para além “da concessão de publicidade da RTP”, afirmou ao PÚBLICO João David Nunes, presidente da empresa. Uma das opções a curto prazo é a candidatura da RTC à “compra de cerca de 35 a 40 por cento do capital social da Tobis, que vai ser realizada por negociação directa”, precisou o responsável da RTC.

“Merchandising”, ‘publishing’, ‘home video’ e comercialização e venda dos programas da RTP” são outros dos investimentos realizados e a serem reforçados pela RTC e que constituem uma das fontes de receitas paralelas, além da actividade estritamente publicitária. A RTC detém também, neste momento, posições noutras empresas. É o caso da LPE — Lisboa, Publicidade e Es-

pectáculos, Lda., uma empresa de publicidade estática (51 por cento) e da TCS — Publicidade e Promoções, Lda., uma empresa de publicidade exterior do sector dos transportes (33,3 por cento). Nesta última empresa, a RTC tem contratos com o Metropolitano de Lisboa, a Carris, a CP e a Transtejo, para além de estar “neste momento em negociações com a Rodoviária Nacional e também com a ANA (Aerportos e Navegação Aérea)”, com a qual conta em breve obter “o acordo até ao fim deste ano”, referiu João David Nunes.

Quanto a outras empresas participadas, o presidente da RTC nomeou a TV-Guia (em que a RTC detém 14 por cento do capital social), “que é, como se sabe, um dos maiores grupos editoriais do país”, e outras empresas onde esperam vir a “entrar brevemente”. A Eurovídeo, da qual pretendem ficar com “a maioria do capital, cerca de 55 por cento”, que faz comercialização de programas, da área desportiva, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e nas comunidades portuguesas em todo o mundo, é uma das empresas em que a RTC tenciona investir, seguindo uma estratégia de diversificação da empresa “noutras áreas da comunicação social”.

Além destes projectos a concretizar em Portugal, a RTC contempla outros objectivos “no exterior, nomeadamente nos PALOP, onde a perspectiva da empresa é simultaneamente de coopera-

ção e comercial, através do desenvolvimento de empresas, para já em Angola e Moçambique, juntamente com as entidades que exploram a televisão nestes países”. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé são outros dos países com quem a RTC tem mantido contactos, acrescentou o presidente do conselho de gerência.

Facturação de 16 milhões de contos

“Há a salientar que, mais do que os 16 milhões de contos divulgados pela Sabatina, é o facto de em termos comparativos isso representar um ganho da quota de mercado face aos outros meios”, explicou João David Nunes. A recuperação de “cerca de dois pontos percentuais face à média do ano passado” é outro dos pontos vinculados pelo responsável da RTC.

Enquanto que no primeiro semestre deste ano a empresa se ficou por cerca de 51 por cento da quota de mercado, no ano passado a situação reportava-se a uma média de 49 por cento. Para este administrador, isto representa uma evolução positiva: “Quando tomámos posse, este crescimento era um dos nossos objectivos em termos de gestão, estancando a quebra de ‘market share’ que se tinha verificado em anos anteriores no domínio da televisão.”

“Tentaremos chegar ao fim deste ano recuperando pelo menos um ponto percentual, isto é, tentaremos fixarmo-nos numa quota de mercado de 50 por cento”, contando que no segundo semestre se regista uma grande quebra publicitária nos meses de Verão. Esta situação é, segundo João David Nunes, a ideal para se atingir em termos de facturação global da RTC, os “cerca de 30 milhões de contos” durante o ano de 1991.

Referindo-se ao futuro da publicidade em Portugal, o presidente da RTC afirmou que, “devido às características do país, a televisão tem e terá tendência em manter uma forte quota de mercado de cerca de 50 por cento”. E, para ser mais claro, acrescentou que, com “televisão”, não quer dizer “em termos de RTP, já que, quando houver televisões privadas, a quota de mercado englobará as televisões privadas”.

O que tem acontecido noutras países, “nomeadamente em Itália”, com o aparecimento da televisão privada, é a constatação de um “ligeiro aumento, de cerca de 10 a 20 por cento no máximo, do bolo publicitário destinado à televisão”, com-

entou João David Nunes. Segundo ele, o aumento de publicidade na televisão italiana, terá sido “recolhido essencialmente nos jornais semanários e revistas”. A deslocação “ou transferência” dos investidores publicitários para a televisão é, na opinião do administrador da RTC, a evolução natural, se tivermos em linha de conta o que aconteceu nos restantes países europeus. Uma evolução que, por outro lado, não é assim tão “previsível, já que muito depende dos projectos de televisão que forem implantados e do próprio crescimento ou não crescimento do mercado publicitário”, acrescentou.

Neste momento a evolução internacional não tem sido de crescimento, assistindo-se mesmo a uma certa recessão dos investimentos dentro do mercado publicitário. Portugal tem sido a excepção desta descida nos investimentos publicitários, o que “não quer dizer que continue a sê-lo, até porque as decisões internacionais sobre publicidade têm cada vez mais um carácter global”. As grandes estratégias são definidas internacionalmente e “Portugal irá ressentir-se naturalmente de uma certa retracção no crescimento publicitário”, adiantou João David Nunes.

Se para este ano está prevista para Portugal uma taxa de crescimento, em termos reais, no investimento publicitário da ordem dos 15 por cento, em França o que se prevê é uma taxa de “crescimento de zero”, sublinhou o presidente da RTC. ■

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 1 OUTUBRO 1991

BESCL: NOVA ADMINISTRAÇÃO QUER SUCURSAL EM ANGOLA

— O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) tenciona abrir uma sucursal em Angola, pelo que vai solicitar a respectiva autorização. Esta é uma das decisões saídas da primeira reunião de trabalho do novo conselho de administração do banco, ontem eleito em assembleia geral — que registou a participação dos accionistas com direito a voto, representando 85 por cento do capital. A situação e as perspectivas de resultados para este ano e o próximo e as grandes linhas do orçamento para 1992 foram outras da questões analisadas no encontro. A nova administração do BESCL é presidida por Alexandre Vaz Pinto, em representação do Estado, tendo como vogais José da Silveira Godinho, Mário Martins Adegas, António Souto e Miguel Horta e Costa. Os outros dois vogais representantes do Grupo Espírito Santo (GES) são Ricardo Salgado e Mário Musqueira do Amaral.

José Eduardo dos Santos recebe hoje Jonas Savimbi

Um novo braço de ferro

Margarida Santos Lopes

José Eduardo dos Santos recebe hoje, em Luanda, Jonas Savimbi, pela primeira vez desde os acordos de paz de Lisboa. Mas, o líder da UNITA, que se considera o único rival político do Presidente angolano, não estará satisfeito por a sua audiência ter sido marcada para o mesmo dia em que são recebidas outras figuras da oposição. Terminada a guerra, desenha-se um braço de ferro político.

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, recebe hoje, em audiências separadas, três dos seus principais opositores políticos, os líderes da UNITA, Jonas Savimbi, da FNLA,

Holden Roberto, e do Fórum Democrático Angolano (FDA), Jorge Chikoti, mas estes encontros estão, aparentemente, a gerar alguma polémica em Luanda.

É o primeiro frente a frente entrè José Eduardo dos Santos e Savimbi desde a assinatura dos acordos de paz do Estoril, embora, curiosamente, o líder da UNITA seja o último a ser recebido nas três audiências previstas hoje pelo chefe de Estado angolano.

Savimbi, que regressou domingo a Luanda após 16 anos de ausência, gostaria de ser o único a conferenciar hoje com o Presidente, preferindo que os encontros com os restantes dirigentes da oposição ocorressem noutros dias, afirmaram fontes em Luanda.

O líder da UNITA vem reclamando para si e para o seu movimento um estatuto de mais alto nível. No Lobito, a etapa que precedeu a sua entrada triunfal em Luanda, Savimbi deixou bem claro o que pretende: "Agora estamos em cena, o Presidente

José Eduardo dos Santos e eu... Tenho muito respeito por novos partidos, estou disponível para os receber [...], mas quem está em cena somos nós os dois. Agora vai aquecer, agora entrei em cena e fico..." [Ver PÚBLICO de 30 de Setembro].

Estas declarações de Savimbi, posteriormente repetidas num comício em Luanda, geraram protestos dos outros partidos da oposição, que recusam ser relegados para o "terceiro plano" a que ele os queria votar.



Jonas Savimbi cumprimenta os delegados governamentais da CCPM

GUILHERME VENÂNCIO/LUSA

do Fórum Democrático Angolano (FDA), um grupo formado em 1989 nos Estados Unidos por dissidentes da UNITA, descontentes com as violações dos direitos humanos alegadamente cometidas pelo movimento de Savimbi.

O adeus de Péricles

As audiências de hoje, que se enquadram num programa de consultas para preparar o calendário do processo eleitoral, surgem um dia depois da tomada de

posse do novo comandante da Missão das Nações Unidas para a paz em Angola (Unavem 2), o general nigeriano Edward Ushie Unimna, que substitui o brasileiro de igual patente, Péricles Ferreira Gomes, em funções desde Janeiro de 1989.

A Unavem foi criada no âmbito dos acordos de Nova Iorque, de Dezembro de 1988, sobre a independência da Namíbia, e tinha por objectivo inicial controlar a retirada de 50 mil soldados cubanos estacionados em Angola.

Em declarações à agência noticiosa angolana ANGOP, um dia antes de cessar funções, o general Ferreira Gomes indicou que 43.083 soldados governamentais e 9765 guerrilheiros da UNITA estão acantonados nas zonas de localização previstas pelos acordos de paz.

Referiu ainda que 279 observadores militares, de um total de 350 previstos nos acordos, se encontram já em Angola. Na sua opinião, o processo de paz está a correr "globalmente bem", podendo ser "facilmente ultrapassadas" quaisquer dificuldades.

O mandato de Ferreira Gomes terminava originalmente em Julho deste ano, a data prevista para a partida do último soldado cubano em Angola, mas como Havana antecipou a retirada dos seus militares, a ONU solicitou ao general brasileiro que prorrogasse a sua missão.

Fontes em Luanda salientaram que a UNITA "tentou tirar partido" desta situação, sugerindo ter exercido pressões para a substituição de Ferreira Gomes, porque ele "não teria contado bem os cubanos", muitos dos quais permaneceriam ainda em território angolano.

O mandato do novo comandante da Unavem 2 deverá durar até às primeiras eleições multipartidárias em Angola, que poderão realizar-se entre Setembro e Novembro de 1992. ■

Por toda a Europa, a música africana faz furor. Boni Bikaye, Mory Kanté, Manu

Dibango, Fela Anikulapo Kuti, King Sunny Ade, Youssou N'Dour, Ray Lema, Salif Keita são alguns dos ilustres embaixadores das sonoridades negras no velho continente. Da Nigéria, do Senegal, do Mali ou dos Camarões, o contingente negro deita fogo aos palcos e aos estúdios, um pouco por todo o lado. A França, antiga potência colonial, foi a primeira a compreender o fenómeno e a dele retirar dividendos. Os estúdios lançaram-se numa correria louca atrás das koras, cabasas, bala-fons e outros instrumentos exóticos. Percebia-se que a música tinha começado ali, entre os trópicos. Que o coração batia ainda ao mesmo compasso da mãe, tal como acontecia durante o limbo intra-uterino. O apelo do ritmo, do ritual, do transe dos corpos, subitamente descobertos, revelava-se ainda por cima rentável. Inventou-se à pressa o termo "world music" para etiquetar sons provenientes do princípio dos tempos, quando os costumes não se deixavam ultrapassar pelas modas. Claro que eram necessárias concessões. A penetração nos mercados ocidentais exigia uma abertura de atitudes, de maneira a evitar a confrontação directa, violenta. Houve cedências, é certo. Um realinhar de forças. O essencial, contudo, permaneceu.

Digamos que há interesse para ambas as partes. Para os países africanos é a possibilidade de se fazerem ouvir, de levar a sua cultura a outras latitudes, de ajudar o mundo a crescer, lembrando-lhe a era do fogo, da terra, da floresta, exterior e interior, quando ainda era criança. Vem esta introdução a propósito da edição do novo álbum do músico angolano André Mingas, irmão de Ruy Mingas, músico bem mais conhecido entre nós. O disco chama-se "Coisas da Vida", quinto na carreira do cantor. Gravado no Brasil, país com o qual o artista desde há anos vem mantendo contactos, "Coisas da Vida" inclui, para

além de originais de André Mingas, tradicionais africanos, recolhidos com a ajuda preciosa de Filipe Mukenga.

Como se vê, André Mingas está longe de ser um novato nestas andanças. Tocou ao lado de nomes como Salif Keita, Mory Kanté e os Toure Kunda, no festival do "L'Humanité". Nelson e Winnie Mandela quiseram conhecê-lo para lhe prestar uma homenagem simbólica. Uma cassete com a sua música chegou às mãos de Peter Gabriel. O resultado provável será o convite para tocar no próximo disco do antigo vocalista dos Genesis. Por tudo isto, justificava-se a entrevista.

PÚBLICO — Há alguma razão especial para "Coisas da Vida" ter sido gravado no Brasil?

ANDRÉ MINGAS — A gravação no Brasil aconteceu, primeiro, por razões que se prendem com a ausência de infra-estruturas em Angola. Já tinha feito várias apresentações neste país, tendo recebido um convite para gravar lá o disco. Por outro lado, tem que ver com a tentativa de encontrar, através da troca de experiências, uma linguagem que, sendo angolana, tivesse além disso a possibilidade de universalização.

P. — É notória, em certos temas, a influência da música brasileira...

R. — Não se trata exactamente de uma influência do Brasil. Há um tema, "Coisas do amor", que é um samba-canção, feito para criar um espaço de abertura também no mercado brasileiro. Angola e Brasil têm afinidades do ponto de vista cultural. Nós somos um bocado a fonte, temos uma grande responsabilidade na formação daquilo que é hoje a cultura brasileira. Naturalmente que o que é brasileiro tem sido mais divulgado, até como resultado de um maior desenvolvimento tecnológico.

Aquilo que fazemos hoje, e partindo do princípio de que o canto africano é de uma maneira geral rico, é a exploração harmónica desse canto. No caso de

Angola, o resultado aproxima-se da música brasileira porque há, na base, uma afinidade cultural e a essência é a mesma. Por vezes é difícil situar exactamente onde acaba o samba e começa o "semba" ou vice-versa; a origem é comum. Mas, à excepção desse tema, que é de facto intencional, o resto são andamentos típicos de Angola.

P. — Por que motivo não foram traduzidos para português alguns dos temas?

R. — Havia, por um lado, razões editoriais. Era minha intenção cantar em português, naturalmente porque me estava a dirigir a um espaço onde se utiliza prioritariamente a língua portuguesa [o disco vai ser lançado nos países de expressão portuguesa]. Por outro lado, também é um disco para ser consumido no interior do meu país, onde se fala internamente as línguas nacionais. É muito difícil fazer uma tradução directa da língua nacional para o português, de estabelecer a correspondência.

P. — Quais os principais temas abordados em "Coisas da Vida"?

R. — Por exemplo, um tema como "N'zambi" é um alerta para algumas consequências da guerra, como o caso concreto da fome. "O que eu quero", cantado em português, é outro alerta, este sobre a situação dos mutilados, na sua maioria jovens, aquelas pessoas que poderiam efectivamente dar uma contribuição excelente à revolução do meu país. O disco aborda temas como a guerra e o amor. Num país com 30 anos de guerra, o amor tem de ser cantado e muito.

P. — Tocou ao lado de músicos como Salif Keita ou Mory Kanté, que têm uma implantação forte no mercado europeu. Vê alguma hipótese de acontecer algo semelhante com a música angolana?

R. — É essa a intenção dos músicos, hoje — poderem fazer uma música que possa penetrar no mercado internacional. Não fechando-se na música tradicional, mas criando música que possa, por um lado, preservar uma certa identidade, que a afirmem como característica de um

espaço geográfico explícito, mas que possua, por outro lado, uma linguagem universal, capaz de lhe facultar a entrada nesse mercado, tornando-a audível a outros espaços geográficos. As diásporas resultantes da expansão cultural africana no mundo são uma extensão dessa cultura, e não a sua negação. Nelas estabelece a ponte e reencontro o meu próprio continente.

P. — Como aconteceu a homenagem que lhe fizeram Nelson e Winnie Mandela?

R. — Quando da primeira viagem de ambos a Angola, houve uma recepção oferecida pelo Presidente da República ao ca-

sal e para a qual fui convidado para actuar. No final do "show", devido a algumas intervenções que fiz sobre a situação na África do Sul e, em particular, sobre Winnie Mandela, Nelson Mandela manifestou interesse em me conhecer e quis homenagear-me simbolicamente. Fui inclusivamente convidado para actuar na África do Sul, quando a situação mudar. É um motivo de orgulho para mim.

P. — Como surgiu o convite para tocar com Peter Gabriel?

R. — Essa informação foi-me dada pelo meu agente em Londres, que deu a conhecer o meu trabalho ao Peter Gabriel. Ele gostou. Não conhecia a música angolana e manifestou interesse em realizar algo em conjunto. Ele está numa fase de experiências com músicos africanos, na procura de uma música diferente, aliás muito ao estilo de Paul Simon. É provável que essa procura de outras músicas e de outras geografias o tenha motivado.

P. — A concretizar-se tal convite, seria para si a grande oportunidade de projecção internacional...

R. — Exacto. Aliás, estou a fazer tentativas no sentido de que isso seja efectivamente materializado, até porque iria criar não só um espaço onde eu pudesse projectar a minha música, mas também um espaço de intervenção para outros músicos angolanos poderem levar a sua música mais longe.

P. — Quais são os seus próximos projectos?

R. — Estou a preparar já o próximo álbum, previsto para o próximo ano, no qual irei provavelmente tocar com dois músicos camaronenses, da banda de Salif Keita. ■

Savimbi agita quadro político

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 3 OUTUBRO 1991

O encontro entre o líder da UNITA, Jonas Savimbi, e o Presidente Eduardo dos Santos só hoje de manhã terá lugar. Os dois dirigentes angolanos deveriam ter-se encontrado ontem, na sequência de outras entrevistas que o chefe de Estado tinha programado com dirigentes da oposição. A audiência terá lugar no Palácio dos Congressos, local utilizado pelo parlamento angolano para as suas reuniões, frustrando assim as expectativas de Savimbi de se deslocar ao Futungo de Belas, onde está instalada a Presidência da República e Eduardo dos Santos costuma receber os seus convidados de honra.

A audiência a Holden Roberto também ficou sem efeito, por este se encontrar actualmente nos Estados Unidos da América em visita privada.

Assim, dos encontros agendados para ontem, apenas um acabou por se realizar, com o líder do Fórum Democrático Angolano, Jorge Chikoti, um dissidente da UNITA. Na ocasião, Chikoti expôs a opinião do seu partido segundo o qual as primeiras eleições livres em Angola deveriam ter lugar apenas em Maio de 1993, por forma a permitir tempo de preparação das formações políticas emergentes. Com eleições daqui a um ano e prevendo-se uma campanha de nove meses, só o MPLA e a UNITA estariam em condições de disputar os votos, disse o jovem dirigente do FDA: "1993 será a altura ideal em que todas as formações políticas poderão concorrer em pé de igualdade".

Savimbi disse não concordar ser recebido pelo Presidente no quadro da auscultação dos partidos políticos, tendo solicitado uma audiência em privado para troca de impressões pertinentes sobre o processo de paz e de democratização do país.

Falando num colóquio realizado na tarde de ontem, no Museu de História Natural, o líder da UNITA manifestou a sua estranheza pelo facto de a data para as eleições avançada pelo Fórum ser coincidente com a proposta que o Governo levava para a mesa das conversações antes da assinatura dos acordos, dando a entender que o FDA estaria "feito" com as autoridades de Luanda.

Ao chegar à capital, Jonas Savimbi constatou que os epítetos de "combatentes da liberdade e da democracia", que a UNITA reivindica, não eram reconhecidos e que o seu movimento necessitaria de novas formas de luta política para conseguir manter o inegável apoio de que usufrui em sectores significativos da população angolana.

Como signatário dos acordos de Bicesse e presidente da UNITA, Savimbi sente-se com direito e poder para negociar, de igual para igual, as mil e uma exigências que a sua organização vem fazendo desde a sua instalação na capital angolana.

No entanto, a atitude de Eduardo dos Santos é sintomática: ele quer mostrar que a UNITA não gozará de privilégios por ter feito a luta armada, contrariamente ao que o próprio Savimbi reclamou no seu comício de domingo em Luan-

da, ao dizer que a UNITA era a única força capaz de pressionar o Governo e que não podia ser posta em pé de igualdade com as demais formações que estão a surgir no cenário angolano.

Os "partidos emergentes"

A questão não diz apenas respeito ao Governo e à UNITA. É muito sensível para os chamados "partidos emergentes" que, independentemente de saudarem o regresso de Savimbi a Luanda, se insurgiram contra tal argumentação e rea-

gem, de uma forma geral, contra a ameaça de monopolização da vida política pela UNITA e MPLA, "até porque a força das armas acabou", argumentam.

Esta posição terá sido mais um indicador para a UNITA de que, afinal, a chave do problema angolano não estava apenas nas suas mãos e nas do Governo, mas que haverá que contar com outras organizações que, mais ou menos implantadas no país, têm vindo a fazer um trabalho aturado e persistente ante o mar de adversidades que a actual legislação lhe coloca.

Jonas Savimbi já prometeu dialogar com outros dirigentes da oposição, embora continue a insistir num Governo de maioria absoluta para depois das eleições, posição que contrasta com a do partido no poder, que agora defende uma coligação para que, depois do primeiro escrutínio livre em Angola, a reconstrução se faça com várias sensibilidades.

A presença de Savimbi em Luanda constitui um grande avanço não só para o processo de paz como para a própria democracia. Os outros partidos poderão reclamar, mas não deixa de ser uma realidade que os homens da UNITA têm outro "peso" e que ele far-se-á sentir em várias esferas, nomeadamente, na dos direitos dos partidos da oposição.

Legalização do PDA

Ontem, Alberto Neto, em nome do Partido Democrático Angolano (PDA), entregou no Tribunal Supremo as 3000 assinaturas necessárias ao registo do seu partido. O PDA torna-se assim o segundo partido registado, depois do MPLA, até agora o único legalmente inscrito. Em declarações à imprensa, Neto propôs a constituição de um "Governo provisório de transição" até à realização das eleições e que, além das forças políticas legalizadas, deveria incluir "tecnocratas".

Actualmente, estão credenciadas 12 comissões instaladoras de partidos políticos que se vêm aflitas para reunir as 3000 assinaturas. A grande dificuldade resulta não só da mobilização de 150 membros em pelo menos 14 das 18 províncias angolanas, mas também da excessiva burocracia para emissão da documentação exigida. Por este motivo, grande parte delas exige do Governo a alteração da lei dos partidos. Amanhã, inicia-se mais uma sessão da Assembleia do

Povo (parlamento) que poderá rever essa situação.

Questões ainda pendentes no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), como a libertação dos prisioneiros de guerra, a livre circulação de pessoas e bens, e a extensão da administração central a todo o território, poderão ser desbloqueadas desde já com a presença dos mais altos membros da UNITA em Luanda.

A forma ordeira como Jonas Savimbi foi recebido na capital e o modo como está a ser tratado poderão contribuir para o fim de incidentes como a ocupação pela UNITA dos escritórios da companhia angolana de petróleo (Sonangol) no Huambo, impossibilitando que os seus trabalhadores lá entrem e possam laborar. No Lobito, foi morto e lançado à baía um simpatizante do MPLA. Em Malanje, membros da UNITA ocuparam as instalações da Polícia Judiciária. Também em Malanje se verificou o assassinato de um responsável militar da UNITA, o coronel Pedro Makanga, o que motivou o imediato envio de uma comissão de inquérito da CCPM.

De uma coisa se parece estar certo em Luanda: a presença de Jonas Savimbi e seus colegas da direcção da UNITA é um enorme alento para o processo de paz, põe fim ao mito das "duas repúblicas", ou dos dois poderes, e abre espaço para que a democracia possa avançar como vontade popular. ■

Investimentos portugueses

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 3 OUTUBRO 1991

Angola aprovou 12 projectos e deu parecer positivo a 134

O NÚMERO de projectos de intenção de investimento português em Angola é actualmente de 379, dos quais 134 têm já parecer positivo. Há, por outro lado, já 12 projectos aprovados, que se referem fundamentalmente à formalização das empresas de construção civil já a operar em Angola.

"Das declarações de intenções de investimento, 46 referem-se à área das privatizações", revelou Carvalho Pereira, director do Departamento de Cooperação Internacional da Associação Industrial Portuguesa (AIP).

No rescaldo da visita de cinco dias a Luanda de uma missão empresarial portuguesa, Carvalho Pereira adiantou que 123 projectos de intenção de investimento foram apresentados de "forma incorrecta ou incompleta".

Por outro lado, constatou-se que há "pouca solidez em grande parte dos projectos, quer na sua concepção técnica, quer formal". Daí que a AIP tenha acertado com o Gabinete de Redimensio-

namento Empresarial de Angola, o organismo que trata das privatizações, a elaboração de um guia para o investidor em Angola, o qual será feito por técnicos de ambas as partes.

Carvalho Pereira referiu ainda que enquanto em Angola não forem modificadas algumas leis, nomeadamente a lei dos solos, a lei fiscal e a lei cambial, "será difícil aos empresários apostarem em Angola". Para já, de acordo com informações das autoridades angolanas, a lei cambial deverá ser alterada em Outubro. A nova lei deverá aproximar o câmbio ao câmbio real, ou seja, ao do mercado paralelo. Assim sendo, sublinhou, abrem-se "perspectivas de intensificação do investimento".

O responsável da AIP considera ainda que de momento a tarefa é "identificar oportunidades e avançar com projectos de intenção de investimento, enquanto que a concretização deste seria para mais tarde".

Este ponto é, segundo Carva-

lho Pereira, muito importante até porque a "concorrência é grande, muito embora 62 por cento das intenções entradas sejam de portugueses". Contudo, "só nos próximos dias, visitarão Angola missões da África do Sul, Estados Unidos e Espanha".

Durante a visita da delegação a Luanda, os empresários presentes revelaram forte apreensão pelas limitações de crédito, facto que os impossibilita de concorrer com o crédito que, por exemplo, Espanha e Itália oferecem. Daí que haja quem esteja a tentar avançar para aquele mercado "recorrendo às migalhas" dos créditos daqueles países. Esta questão é particularmente sensível na área comercial.

Ainda no que respeita a esta missão, cujo objectivo era o de permitir aos empresários um primeiro contacto com a realidade angolana, Carvalho Pereira, referiu que "salvo as empresas que já lá estão, ainda é cedo para se concretizarem investimentos".

No último dia da visita, Maria Helena Cerveira, directora da AIP, reuniu-se com Norberto Castro, vice-ministro da Informação da UNITA. De acordo com a empresária aquele movimento político "está desejoso que os portugueses vão para lá", bem como na cooperação a todos os níveis, nomeadamente na formação de quadros e no arranque das empresas hoje paralizadas ou destruídas.

No entanto, o dirigente do movimento presidido por Jonas Savimbi, declarou-lhe que "logo que Angola tenha um Governo democrático, seja ele da UNITA ou não, será levantada a questão da legalidade de uma série de processos ocorridos ou em curso no país". Norberto Castro referia-se à entrega de empresas a interessados, "ultrapassando eventualmente os antigos donos". Neste aspecto, a organização quer toda a transparência e a máxima legalidade.

A empresária acrescentou que as autoridades angolanas, e os diversos partidos políticos lhe revelaram que "muito mais importante que os contactos com o Governo português, são os investidores nacionais que eles preferem" já que há um país para reconstruir e são necessários investimentos, quadros e "muita experiência". ■

João Seabra

Comissão quer monopolizar cooperação com Angola

O JORNAL 4.10.1991

O comissário espanhol Manuel Marin pretende dirigir desde Bruxelas as relações dos Doze com Angola, anulando o carácter bilateral dos contactos

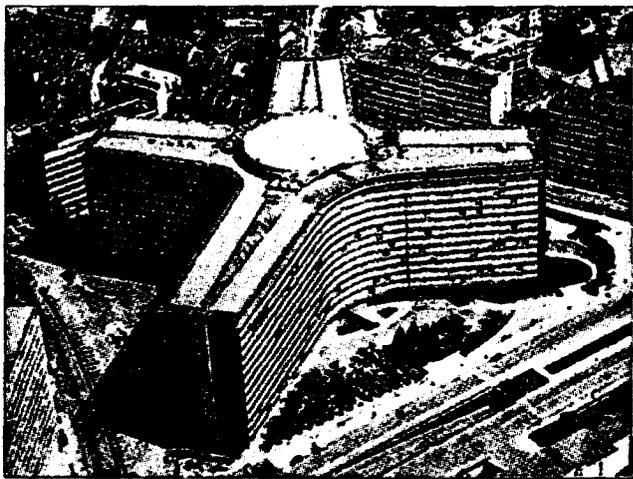
Paulo de Matos
Bruxelas

PORTUGAL não aceitará que a cooperação bilateral actualmente mantida com Angola seja diluída num pacote global de cooperação comunitária, como pretende o vice-presidente da Comissão da CEE, o espanhol Manuel Marin.

A ideia surgiu na sequência da recente visita do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, à Comissão Europeia, em Bruxelas, durante a qual surgiu a tese de se lançar um programa global de reabilitação da antiga colónia portuguesa. Esse programa visa, no essencial, dar um grande contributo para o esforço de reconstrução do país.

Parceiros como Portugal, Reino Unido, Itália, Espanha e França, que mantêm uma importante e intensa cooperação bilateral, gostariam de dar um contributo a esse programa, para além do que possa vir a ser disponível mediante o estipulado no Acordo de Lomé IV.

Mas a Comissão, que também mantém uma



Bruxelas quer dominar relações com Angola
«Empacotar» a cooperação é a proposta de Marin

intensa cooperação bilateral com Luanda, gostaria que a dos parceiros comunitários fosse acooplada na sua, por forma a criar um pacote único e uma «voz única comunitária» numa eventual conferência de doadores no sentido de sistematizar toda a ajuda.

Esvaziar cooperação

Esse facto esvaziaria de conteúdo político toda a cooperação luso-angolana o que, para Portugal, dadas as suas relações profundas e especiais com aquele país, representaria uma perda política de grande importância.

Outros Estados-membros também não pa-

recem dispostos a abrir mão de um instrumento que lhes garante grandes dividendos de ordem política e económica.

De qualquer forma a realização da citada conferência constitui um dado positivo pois permitiria disciplinar e harmonizar todo o complexo quadro de ajudas que Angola recebe, ou vai, receber. Como a administração pública local não tem capacidade de resposta para atender às exigências que a cooperação criou, os resultados da conferência permitiriam estabelecer os parâmetros em que a parte angolana se moveria para poder receber e dar aplicação prática, de forma eficaz, às ajudas em questão.

Entretanto, a ajuda através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), no valor de 115 milhões de ecus, entre 91 e 95, que conheceu alguns atrasos devido à situação de guerra, conhece agora a normalização, pelo que os programas por ela abrangidos deverão ser aplicados. Esses programas dizem respeito, nomeadamente, a projectos de desenvolvimento rural e infra-estruturas. Por outro lado, a CEE irá apoiar o programa angolano de ajustamento estrutural, já acordado com diversas instituições financeiras de âmbito mundial. A contribuição comunitária terá o valor de 30 milhões de ecus e far-se-á a partir dos recursos previstos no Acordo de Lomé IV.

Um balanço positivo

A experiência africana da Associação Industrial de Aveiro

Com um grupo de vinte e seis pequenas e médias empresas, a Associação Industrial do Distrito de Aveiro foi a Angola e afirma ter conseguido plenamente os objectivos a que se tinha proposto. E já planeia uma nova missão — agora a Moçambique. Entretanto, os empresários aveirenses marcam já passagens nos aviões para África

ASSOCIAÇÃO Industrial do Distrito de Aveiro é, como o seu nome diz, uma associação limitada a um distrito, está ora das duas grandes áreas do poder industrial — Lisboa e Porto — e, para além de partilhar o meio empresarial da sua área com outras associações, congrega quase exclusivamente pequenas e médias empresas. É, portanto, um excelente exemplo na área da cooperação e do esforço de alargamento de espaços de negócio para além do tão falado Mercado Comum. Um exemplo que merece ser aqui trazido.

Ciente dessa peculiaridade, a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA) organizou recentemente uma missão de empresários seus associados a Angola e prepara já outra com os mesmos objectivos a Moçambique.

A missão a Angola

A missão a Angola, que teve lugar em Junho passado, integrava trinta e cinco empresários e técnicos representando vinte e seis empresas, para além de cinco dirigentes e técnicos da própria AIDA. Quarenta pessoas ao todo, número tido por ideal.

Essa missão levava propostas diversificadas mas concretas: 21 das empresas pretendiam exportar; 18 propunham cooperação empresarial («joint ventures», tomadas de participação em capital, assistência técnica, formação, etc.); 16 propunham-se para investir em Angola; e uma pretendia também importar. Saliente-se que apenas quatro das empresas que formavam a missão iam somente com o objectivo de exportar, enquanto que, por outro lado, duas apenas pretendiam investir em Angola. Na maioria levavam ofertas diversificadas.

Por áreas de actividade, salientem-se cinco empresas de construção e obras públicas, cinco metalomecânicas, três produtoras e exportadoras de vinhos, dois fabricantes de equipamentos eléctricos e de comunicações, um fabricante de calçado, uma empresa de pesca de arrasto, uma empresa de serviços de engenharia, uma cooperativa que pasteuriza e engarrafa leite e um fabricante de moldes para plásticos.

Objectivos plenamente conseguidos

Perguntámos aos responsáveis pela iniciativa se a missão tinha valido a pena. E a resposta foi bem elucidativa:

«Em termos gerais podemos afirmar que os objectivos a que nos tínhamos proposto

— prospecção de oportunidades de investimento, incremento das trocas comerciais, análise da situação económica e estreitamento das relações a nível associativo — foram plenamente conseguidos. Neste momento vive-se em Angola um ambiente de grande abertura ao investimento português, havendo mesmo por parte da classe empresarial angolana, uma grande apetência para empresários portugueses. A demonstrar o êxito desta missão, estão as marcações de novas deslocações individuais de empresários aveirenses para os próximos meses a Angola.»

Tanto as entidades oficiais como os empresários angolanos receberam a missão com grande interesse e o quadro da AIDA que nos informou dos resultados obtidos usa mesmo a palavra carinho.

A nível oficial, para além

de sessões de esclarecimento que foram proporcionadas aos componentes da missão e onde se debateram temas como as potencialidades económicas e financeiras de Angola e os aspectos práticos da importação e exportação naquele país, a missão foi recebida nos ministérios ligados à economia — Planeamento, Comércio, Indústria — no Banco Nacional de Angola e noutros departamentos que têm a ver com aquelas áreas.

«Nesses encontros — disse-nos um dos quadros da AIDA responsável pela missão — a Associação teve oportunidade de trocar impressões sobre alguns aspectos que preocupam os empresários, tendo sido concretamente abordado o problema cambial que neste momento é um entrave ao investimento em Angola. Exemplo disso é a existência de dois tipos de câmbio — o câmbio oficial em que um dólar é igual a sessenta kuanzas novos e um câmbio paralelo em que um dólar é igual a oitocentos. Mas foram também focados outros assuntos, como as dificuldades em assegurar as importações de matérias-primas essenciais ao funcionamento das uni-

dades industriais, a inexistência de hábitos de trabalho e a falta de mão-de-obra qualificada ou mesmo semiquificada. Foi garantido à AIDA que estas questões estavam a ser analisadas, prevendo-se, inclusivamente, uma nova desvalorização do kuanza, bem como o desvio de «plafonds» de importação, anteriormente canalizados para produtos alimentares e para o esforço de guerra, para outros sectores vitais para o desenvolvimento de Angola.»

E a própria AIDA ofereceu a sua colaboração, pois que tendo sido solicitado ao vice-ministro da Indústria a elaboração de um cadastro industrial e de uma lista de prioridades de investimento estrangeiro, ficou acordado que tal levantamento será feito com a colaboração da Câmara do Comércio e Indústria de Angola e da AIDA.

A indústria angolana tem grandes deficiências

Os contactos da missão da AIDA foram feitos através da Câmara do Comércio e Indústria de Angola. E, sobre isso, o mesmo quadro salienta:

«Do ponto de vista associativo, deparamo-nos com uma estrutura extremamente dinâmica que apoiou passo a passo

a missão empresarial da AIDA e que contribuiu de uma forma exemplar para o seu êxito. De facto, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola, demonstrou aos empresários portugueses e à AIDA que podemos contar com o seu apoio, quer como interlocutor válido entre empresários estrangeiros e entidades governamentais, quer entre investidores e empresas angolanas. Para além do carinho transmitido a todos os elementos da missão, demonstraram uma eficiência extraordinária.» E o nosso interlocutor acrescenta:

«Foram assinados dois protocolos de cooperação entre a Câmara do Comércio e Indústria de Angola, a Associação

Comercial e Industrial de Luanda e a AIDA. Estes protocolos permitirão que os empresários aveirenses sejam acompanhados nas suas deslocações a Angola por aquelas entidades, quer em Luanda quer nas restantes províncias — que disponham de parques industriais, bem como possibilitarão estágios de empresários angolanos em empresas do distrito de Aveiro. Em última análise, esta primeira missão empresarial obteve resultados que ultrapassaram todas as expectativas, sendo de salientar que todas as empresas participantes eram PME, facto que reforçou a confiança entre o empresário angolano, uma vez que é neste contexto de PME que o tecido empresarial de Angola tem vindo a desenvolver-se.»

Durante a sua permanência em Angola, a missão fez contactos com sessenta e sete empresas daquele país. Nesses contactos, os seus componentes notaram existir ainda alguma indefinição de objectivos por parte dos empresários angolanos. Notória foi também a vontade, por parte daqueles empresários, de celebração imediata de contratos comerciais. A missão efectuou algumas visitas a unidades industriais. «Todas elas apresentam grandes deficiências, quer do ponto de vista organizativo, quer produtivo, quer laboral» — diz-nos um dos técnicos que acompanhou a missão. «O parque industrial angolano encontra-se completamente inoperante devido à falta de equipamento produtivo e, fundamentalmente, devido à falta de matérias-primas.»

Uma preocupação demonstrada pelos empresários do distrito de Aveiro é a de que o Estado português deveria reforçar as linhas de crédito para os países de língua oficial portuguesa, especialmente para Angola. Segundo a opinião generalizada entre aqueles industriais de que é necessária a criação de linhas de crédito especiais, à semelhança do que acontece já com outros países, nomeadamente a Espanha.

Aldemiro Vaz da Conceição
(vice-ministro de Informação de Angola)

Crise no Zaire mancha imagem de África

Carrelo da Rocha

NUMA entrevista concedida durante a sua recente estada em Lisboa, o vice-ministro da Informação de Angola, Aldemiro Vaz da Conceição, falou a *O Jornal-África* das actividades ligadas ao seu ministério e da cooperação com Portugal no âmbito dessas actividades. Mas falou também das forças políticas do seu país, de fronteiras e a cobiça que as riquezas angolanas despertam. E, com muito optimismo, disse o que pensa do futuro de Angola e do papel que nesse futuro vai ter o seu partido — «um papel importantíssimo», disse, pois «neste momento a única organização de carácter nacional é mesmo o MPLA».

Eis as nossas perguntas e as suas respostas:

«*O Jornal-África*» — Poderão os acontecimentos que se estão a verificar no Zaire vir a prejudicar Angola numa perspectiva futura de cooperação dos países europeus?

Aldemiro Vaz da Conceição — O Zaire tem uma fronteira com Angola muito grande, cerca de mil e seiscentos quilómetros, e existem afinidades étnicas e culturais com a República do Zaire. O Zaire viveu no passado momentos muito conturbados que se estão a repetir agora e que no meu entender mancham a imagem de África. Nesse sentido, o que está a suceder poderá vir a afectar Angola. Mas creio que, neste momento, a comunidade internacional está de certo modo surpreendida com aquilo que se tem vindo a passar no meu país. O processo de paz, sobretudo na vertente do cessar-fogo, tem decorrido sem perturbações e isso favorece Angola. Pelo que tenho ouvido aqui em Portugal há entusiasmo em torno do modo como está a decorrer o processo angolano, há muita gente interessada em investir no nosso país e também muita gente disposta a ir para Angola. Assim, embora o que se está a passar no Zaire possa tocar ligeiramente as pessoas não irá afectar grandemente as suas intenções.

P. — Angola acaba de sair de uma guerra civil de catorze anos, diz-se que com trezentos mil mortos, cem mil mutilados e mais de quinhentos mil deslocados. Que papel está a ter a informação no sarar desta tão grande ferida?

R. — É inevitavelmente grande o papel que a informação vai desempenhar no que respeita à pacificação dos espíritos. E é um papel tão importante que os próprios acordos fazem referência a isso: a necessidade de cessação de toda a campanha

hostil entre os dois beligerantes. O que quer dizer que se tem de manter uma certa continência verbal. Como sabe, os meios de comunicação em Angola são públicos, embora neste momento a Lei de Imprensa preveja a criação de jornais privados. Os meios públicos têm, portanto, um grande papel no que respeita à formação cívica das pessoas. Os meios de comunicação tanto podem reacender e acirrar antigas paixões como também podem desempenhar um papel morigerador. Neste momento o governo de Angola está precisamente empenhado em que os meios de comunicação social mantenham uma certa equidistância em relação aos partidos políticos e contribuam para um espírito de tolerância e de aceitação recíproca entre todas as forças políticas existentes em Angola.

P. — Isso quer dizer que existe por parte das autoridades que tutelam a comunicação um novo programa de actuação para este período que vai anteceder as eleições?

R. — Sim. Há um novo programa. A existência de novas forças políticas implicou naturalmente uma conversão no papel a desempenhar pelos meios de comunicação social e na sua actuação.

P. — Que prevê inclusivamente a criação de novos meios?

R. — Actualmente podem ser criados livremente novos meios, sobretudo jornais. No que respeita à televisão, que tem outras implicações técnicas e financeiras, creio que não existem neste momento condições para subsistir televisão privada em Angola. No entanto, a Lei de Imprensa, no seu artigo vigésimo quarto, abre a possibilidade da existência de rádios privadas se se verificarem as condições necessárias à criação dessas rádios que terão de viver à base da publicidade.

P. — Durante esta sua estada em Portugal estabeleceu alguns contactos no sentido de uma maior cooperação entre os meios de comunicação portugueses e angolanos?

R. — Os contactos que tive podem abrir algumas perspectivas. Só que o Ministério da Informação define uma política, em conjunto com os meios de comunicação social, mas estes meios em Angola são autónomos. Podemos desbravar algum caminho no que respeita à cooperação mas as direcções dos vários meios de comunicação é que terão de ver as vantagens dessa cooperação e concretizar ou não os respectivos acordos.

P. — Foi recentemente noticiado que estaria em vias de concretização um acordo entre a RTC e a Televisão de



6 O MPLA tem à partida vantagens em relação a todos os outros movimentos. É uma organização acentuadamente nacional, tem experiência governativa e conta com uma plêiade de quadros

Angola. Esse acordo foi já firmado?

R. — Esse acordo, neste momento, é apenas uma intenção. Uma intenção que, a concretizar-se, poderá ter grande repercussão no que respeita à formação de quadros e à realização conjunta de programas. Sei que está para se deslocar a Angola uma delegação da RTC, já neste mês de Outubro, que apresentará ali um projecto de cooperação nas áreas da formação, da realização de programas e da publicidade.

P. — Nessas áreas que cooperação existe já entre Portugal e Angola?

R. — Em termos de permuta de programas há já uma cooperação muito grande entre a RTP e a Televisão de Angola. E também em termos de formação de quadros. Portugal, este ano, colocou à disposição de Angola quinze bolsas para formação de quadros superiores de comunicação social. E nós queremos ver se aumentamos essa cooperação, alargando-a à reciclagem e a estágios porque a carência é muito grande. E Portugal, neste domínio, é o país preferencial porque o

terá sempre um papel destacado. Já pelos laços históricos que existem entre os dois povos já porque os portugueses conhecem o país e adaptam-se ali facilmente.

P. — No que respeita ao futuro político de África existem alguns problemas que são destacados pelos observadores europeus e dos quais gostaria que me falasse. Um desses problemas é o das fronteiras, que foram traçadas por imposição das potências coloniais então mais influentes, pelo que se fala muitas vezes dessas fronteiras como não definitivas. Será que Angola irá ter um dia problemas de fronteiras?

R. — Esse problema das fronteiras põe-se, de facto, com grande acuidade em África. E de tal forma a própria Carta da OUA inclui um artigo onde se diz que as fronteiras herdadas do período colonial têm de ser respeitadas. E, felizmente, até este momento as tentativas de secessão em África não resultaram. Angola, como país africano, tem naturalmente alguns problemas, mas estou em crer que a integridade territorial do meu país se vai manter. Como aliás em todos os países africanos, exceptuando talvez o caso da Eritreia. Os africanos fazem questão nisso, se não teríamos a balcanização de África e a criação de milhares de estados, o que não conviria nem aos africanos nem à comunidade internacional não africana.

P. — Uma outra preocupação levantada pelos observadores exteriores a África é a de que a democratização, multipartidária à europeia, emergente ali, nomeadamente em Angola, arraste consigo a criação de grandes partidos de raiz tribal ou religiosa que acabem por afastar as elites que em muitos casos ficariam minoritárias. Que pensa disso, no caso de Angola?

R. — Essa é uma outra particularidade de África e um outro perigo: os partidos virem a ter uma base étnica. Em Angola, neste momento, o MPLA é o partido que apresenta a maior profundidade territorial e o que conta com uma base social de apoio mais ampla. O MPLA é um partido que conseguiu, já pela sua origem, já porque se preocupou desde o início com esse problema, combatendo-o, afastar-se de qualquer ligação a esta ou àquela tribo. O MPLA tem uma base popular. Teve a sua origem em Luanda, criado por um grupo de intelectuais que à partida são indivíduos libertos de qualquer preconceito tribal ou racial, e depois estendeu-se às áreas rurais com a guerra da libertação. Já o mesmo se não pode dizer da UNITA, que é uma organização de carácter

instrumento de trabalho da comunicação social é a língua, que é comum.

P. — Na área da comunicação social existe cooperação entre Angola e outros países?

R. — Há também o Brasil. E temos alguns quadros que foram formados na Europa de Leste mas que depois tiveram grandes dificuldades em exercer a profissão porque não têm o domínio da língua.

P. — Que tipo de cooperação tem Angola com o Brasil?

R. — Não há muita troca de programas com o Brasil, a não ser as telenovelas que vêm de lá. A cooperação é mais no domínio da formação. Quadros nossos que vão estagiar no Brasil. Principalmente redactores e maquetistas que vão trabalhar em jornais e estagiários na televisão, nas áreas da realização e da operação de câmaras.

P. — A cooperação com Portugal continuará a ter um papel destacado no futuro angolano ou acabará por diluir-se perante outras propostas?

R. — Acho que Portugal

étnico. Eu até nem diria étnico, diria uma organização de carácter acentuadamente regional. A sua direcção assenta essencialmente nas pessoas da região de Andulo, no planalto central, província do Bié. Teremos ainda de considerar a FNLA, uma outra organização de feição tribal, que se apoia essencialmente nos Quicongos. Neste momento a única organização de carácter nacional é mesmo o MPLA.

P. — É essa a vantagem com que conta o MPLA?

R. — O MPLA tem à partida vantagens em relação a todos os outros movimentos. É uma organização acentuadamente nacional, tem experiência governativa e conta com uma plêiade de quadros.

P. — Voltando às fronteiras. Quando foram traçadas os valores económicos eram outros e coisas como petróleo, bauxite ou urânio não contavam ainda. Hoje essas riquezas apresentam-se, por vezes, a cavalo das fronteiras. Não irá Angola ter problemas devido a realidades destas?

R. — Já várias vezes se disse que Angola era vítima da cobiça por causa das suas potencialidades. E também se disse que se essas potencialidades eram um bem para Angola, também eram um mal. E isso porque Angola ia ser alvo de várias perturbações fomentadas a partir do exterior, devidas exactamente às suas potencialidades.

Mas eu creio que, no caso concreto de Angola, atingido o objectivo da paz depois de um processo longo de lutas intestinas, fratricidas, o espectro da guerra está afastado. Uma redefinição de fronteiras em Angola iria implicar um novo conflito armado porque nenhum governo iria aceitar que se pusesse em causa a integridade do território. Pelo menos eu ainda não ouvi ninguém declarar-se favorável a essa ideia. E uma nova guerra ninguém quer.

P. — Mas há um movimento no Norte, em Cabinda, tendo a ver aparentemente com o petróleo...

R. — Mas isso é um movimento separatista que não tem qualquer expressão. Pelo menos em termos militares não tem qualquer expressão.

P. — E em termos de apoios externos?

R. — Tanto quanto eu saiba também não. É uma organização apagada, cinzenta.

P. — Está então optimista em relação ao futuro de Angola?

R. — Muito optimista.

P. — E em relação ao seu partido como elemento dinamizador desse futuro?

R. — O meu partido irá sempre desempenhar um papel importantíssimo na política de Angola. O MPLA é de entre todas as organizações principais, ou mais tradicionais, em Angola, a mais antiga. É a única que até este momento não tem mácula. É a única de que se não pode dizer que tenha colaborado com forças que se tinham oposto ao povo de Angola.

Ao contrário do que sucede com as outras forças. E creio que vamos vencer as eleições.

O CUMPRIMENTO trocado entre os membros da UNITA é um ritual em dois tempos. No primeiro, as mãos fecham-se uma sobre a outra, à altura do ombro, formando os antebraços um V invertido. No segundo, os punhos fechados são atirados um contra o outro. O gesto inicial pode querer significar solidariedade ou unidade; o outro é antes um sinal de força ou confrontação.

A mensagem deixada pelo líder da UNITA, Jonas Savimbi, no trajecto que o levou na semana passada a várias cidades angolanas, antecedendo a sua apoteótica entrada em Luanda no domingo, pode resumir-se na saudação do movimento, que o chefe dos guerrilheiros fez milhares de vezes nesses dias de euforia. O seu discurso oscilou sempre entre, por um lado, o apelo à conjugação dos esforços de todos para a preservação da paz e a reconstrução de um país arrasado por 16 anos de guerra civil e por uma administração centralizadora, burocrática e incompetente, e, por outro, a mobilização das fileiras da UNITA para que permaneçam aguerridas na luta contra o governo, ou seja, invertendo o aforismo de Clausewitz, para continuarem a guerra por outros meios: através da política.

Esta não foi a única dualidade de Savimbi através da sua empolgante retórica. O chefe da resistência ao regime marxista-leninista de Luanda cultivou sempre dois tipos de postura: para as massas, uma atitude radical, populista e jacobina de exigência imediata do bem-estar e do controlo de certos instrumentos de poder; para as elites, os diplomatas e os organismos internacionais, um posicionamento moderado, respeitador na íntegra dos acordos de paz assinados há quatro meses em Lisboa com o MPLA.

O problema é que, depois de ouvidos atentamente todos os seus discursos, declarações políticas e conferências de imprensa, restam sérias dúvidas sobre qual a personalidade dominante em Savimbi: se a do lobo, se a do cordeiro. É uma questão básica. O périplo de Savimbi transformou-o num candidato credível às eleições previstas para daqui a 11 meses, dele podendo depender o futuro de um dos países potencialmente mais ricos de África, como dependeu até hoje.

As interrogações centram-se sobretudo à volta destes pontos:

Nacionalismo. As afirmações de Savimbi sobre «os angolanos primeiro», repetidas em cada comício, apesar de aclamadas por multidões delirantes, causaram uma onda de choque na comunidade europeia e nos meios diplomáticos. No essencial, o líder da UNITA não se cansou de prometer que acabaria com a «discriminação» que leva os técnicos estrangeiros a ganharem mais em Angola do que os

quadros locais com as mesmas habilitações. Chegou a criticar os cooperantes, acusando-os de só quererem levar dinheiro do país, tendo afirmado ao EXPRESSO que «a questão da cooperação devia ser estudada de outra maneira, pois está a fazer mal aos quadros nacionais». Quanto aos investimentos, sugeriu que os capitais angolanos (que ninguém sabe onde se encontram) deviam ser privilegiados face aos estrangeiros. Savimbi alegou em conversas com os jornalistas que o mundo industrializado desprezava a África e não acreditava no seu desenvolvimento futuro, olhando-a apenas como fonte de matérias-primas e de lucros fabulosos. No Lobito, onde fez o seu discurso mais radical, Savimbi deu vivas a Nkrumah, seu herói e um dos campeões do pan-africanismo. (Não são ideias novas no presidente da UNITA, mas haviam sido relegadas nos últimos anos). Um embaixador ocidental, no dia seguinte ao do comício de Luanda, desabafava: «São princípios dos anos 60, de Mobutu, Nyerere e outros, e veja-se em que estado estão esses países agora.» Um diplomata português garantia: «Este discurso está a ter péssimos resultados em Lisboa.» E um gestor português do ramo da hotelaria chegava ao desespero: «Eles não compreendem que não vão a lado nenhum sem nós? E quem é o cooperante que quer vir para cá, longe da família e sem condições, ganhar como os quadros angolanos?» Savimbi não conseguiu conciliar as suas promessas de justiça social com uma perspectiva viável de desenvolvimento.

Segurança. Depois dos acordos de paz e da entrada da UNITA em Luanda, o Governo do MPLA, um dos mais repressivos de toda a África, perdeu a autoridade social. Entre a população espalha-se a ideia, tão em voga em Portugal após o 25 de Abril, de que não há limites para a permissividade e a tolerância. As greves por melhores salários (se se pode falar em greves num país onde quase todas as fábricas estão paralisadas e o absentismo é um hábito universal) explodem por toda a parte. A criminalidade e o banditismo (muitas vezes praticados por soldados desmobilizados que conservam as suas armas) estão a pôr Angola em estado de sítio. O recente roubo de um lote de diamantes no valor de 60 milhões de dólares na empresa estatal Endiama só pode ter sido levado a cabo com complicitades a alto nível. Na zona dos diamantes, já se faz garimpagem individual em larga escala, o que é proibido por lei. Em Benguela, os gre-

vistas do hospital responderam à Polícia com tiros. Há misteriosos assassinios de gente importante na capital que trazem alarmados os seus habitantes. Em síntese, o poder está a cair na rua. Savimbi, que aposta na desagregação do Governo, estimulou o movimento grevista e apelou à revolta generalizada contra os responsáveis pela segurança interna, acusando-os de continuarem a mover perseguições políticas. E a UNITA tem vindo a ocupar casas que diz que lhe pertenciam e foram confiscadas pelo MPLA depois de expulsar o movimento rival para as matas. Nestas condições, é pouco provável que o Governo consiga chegar até às eleições, podendo dar lugar ao caos, que, em último caso, paralisará o processo democrático.

Partidos. Savimbi gosta de sublinhar a legitimidade do seu movimento, e tem razões para o fazer. Sem o combate da UNITA contra as tropas de Cuba e do MPLA, apoiadas por conselheiros soviéticos, não estaria em curso a actual abertura democrática. Mas, em Luanda, o líder da guerrilha reclamou para a sua organização um estatuto especial face aos partidos entretanto surgidos: «O Governo não pode dar à UNITA o mesmo tratamento que dá a esses partidos». A declaração suscitou naturalmente a reacção dos «ofendidos», lembrando que em democracia não há partidos de primeira e de segunda.

Tribalismo. A guerra, ao desencadear amplos movimentos migratórios, eliminou algumas das fronteiras tribais que no passado foram determinantes para o abrir de disputas em Angola. Mas o sentimento étnico não desapareceu por completo, notando-se sobretudo uma rivalidade entre os povos do Norte e os do Centro e Sul. Savimbi terá uma espinhosa tarefa para eliminar a propaganda do MPLA segundo a qual a UNITA era uma organização tribal baseada nas etnias centrais. Em todos os discursos, o líder da UNITA pareceu siicero ao apelar ao fim do tribalismo e ao proclamar que a sua organização está acima dessas divisões. Mas, em Luanda, ao dizer algumas frases em quimbundo (dialecto dominante à volta da capital) não encontrou a entusiástica receptividade que teve com o umbundo (dialecto do planalto central) em Huambo ou no Lobito. Aliás, recorreu a intérprete em Luanda, de que não necessita nas outras regiões. Também estão ausentes da assistência aos seus comícios os brancos e os mestiços, apesar de Savimbi ter vindo a garantir a multiracialidade da

Savimbi: a tática do lobo e do cordeiro

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

Do nosso enviado Joaquim Vieira

UNITA (e, aparentemente, a bater-se para que ela seja uma realidade).

Apesar de tudo isto, quando o mesmo Savimbi, na passada terça-feira, chega à audiência com a CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar para a aplicação dos acordos de paz) e apela ao fim do «ódio», prometendo que dará ordens à sua emissora clandestina de rádio para abandonar a agressividade contra o Governo e o MPLA, ou quando defende perante os embaixadores a cooperação e o investimento estrangeiro, é-se levado a perguntar: será este o genuíno Savimbi? É possível. Só que, entretanto, a população, já galvanizada por um discurso eleitoralista, pode pensar outra coisa, tudo acabando por mudar de rumo, contra a vontade do próprio líder carismático e natural que é Jonas Savimbi.

Venha a UNITA a ser poder ou oposição

Savimbi quer rever investimento estrangeiro

A UNITA dispõe-se a questionar todo o tipo de investimentos estrangeiros que têm vindo a ser feitos em Angola e, mal esteja concluído o processo eleitoral, vai exigir a criação de uma comissão de reavaliação, não apenas das potencialidades de cada investimento, mas também do modo como foram concretizadas as negociações.

Aquela iniciativa será tomada, independentemente da UNITA ser poder ou oposição, e vem colocar uma questão que está a ser encarada com muita seriedade e alguma preocupação em meios empresariais já estabelecidos naquele país africano, uma vez que tudo começa a ser questionado, desde os títulos de propriedade de fábricas entretanto recuperadas até a lei dos solos ou a legislação fiscal.

A intenção de passar em revista todos os projectos de investimento estrangeiro em Angola aprovados pelo actual Governo foi anunciada por Norberto Castro, vice-ministro da UNITA para a Informação, no decurso da visita efectuada recentemente a Luanda por uma delegação da Associação Industrial Portuguesa.

Segundo Helena Cerveira, que chefiou a missão da AIP, «não está em causa a continuidade do investimento português em Angola, mas é certo que tudo terá de ser analisado com muito cuidado, por que os angolanos estão cada vez mais interessados em assegurar que aquilo em que se investe e o modo como se investe vai ao encontro das necessidades reais do país e é feito dentro da maior legalidade».

Quadros do MPLA: qualidade e competência

Helena Cerveira afirmou ao EXPRESSO ter ficado «muito bem

impressionada» com a qualidade e a competência da generalidade dos quadros superiores do MPLA, que não esconderam a inevitabilidade de, a curto prazo, começarem a surgir no país problemas de ordem cambial,

podendo ocorrer em Outubro uma desvalorização da moeda.

No relatório com as conclusões da visita, a apresentar à AIP no início da próxima semana, Helena Cerveira regista, apesar de tudo, a existência de

Cimangola: consórcio português recorre a Eduardo dos Santos

O CONSÓRCIO português que se candidatou ao concurso público internacional aberto pelo Governo de Angola para a venda de 49 por cento da cimenteira Nova Cimangola vai recorrer junto do presidente angola-

guês se encontrou com Eduardo dos Santos em Paris (foi, aliás, o único assunto económico discutido entre os dois governantes) e no decurso da sua visita a Angola, no passado mês de Setembro.

no, José Eduardo dos Santos, da decisão das autoridades locais, que acabam de aprovar a proposta concorrente, liderada pela multinacional norueguesa Scancem.

O grupo português, constituído pela Secil, Cimpot e Banco de Fomento e Exterior, oferecia cerca de 25 milhões de dólares por aquela parcela do capital da única cimenteira

operacional em Angola, pagos «à cabeça» e não condicionados a resultados futuros, e todas as informações recebidas pelos concorrentes portugueses apontavam para uma vitória clara da sua proposta. O assunto foi, inclusive, abordado por Cavaco Silva, em duas ocasiões: quando o primeiro-ministro portu-

guês se encontrou com Eduardo dos Santos em Paris (foi, aliás, o único assunto económico discutido entre os dois governantes) e no decurso da sua visita a Angola, no passado mês de Setembro.



Eduardo dos Santos: concurso público em causa

as autoridades angolanas tomaram uma decisão inesperada, sublinhando a mesma fonte que «o consórcio português discorda em absoluto deste tipo de procedimentos, em que se procura usar a figura do concurso público para se dar credibilidade a processos de decisão exclusivamente políticos».

uma grande receptividade ao investimento português e sublinha «a irreversibilidade do processo de transformação de uma economia planificada em economia de mercado».

Os responsáveis pela AIP Portuguesa procederam a uma identificação da situação política e económica de Angola e colheram elementos para a definição das estratégias a desenvolver, para o que foi fundamental o conjunto dos contactos estabelecidos com membros do Governo do MPLA e altos quadros da UNITA.

No decurso da visita foi assinado um protocolo de cooperação entre a AIP e a Câmara de Comércio e Indústria de Luanda, com vista à formação de gestores e quadros superiores angolanos. Uma componente importantes desta cooperação passa ainda pelo fornecimento de «know-how» para a realização de feiras, sobretudo no que concerne à assistência técnica e tecnológica.

Um guia para investir em Angola

Durante a visita, a AIP recolheu novos elementos que lhe permitem concluir que os PALOP continuam a constituir um «espaço atractivo para a internacionalização das pequenas e médias empresas portuguesas». Na opinião de Helena Cerveira, há múltiplos factores que fundamentam esta conclusão, como a proximidade histórica e cultural, «a clara preferência dos consumidores desses países por produtos portugueses, o conhecimento directo ou indirecto desses mercados e respectivas potencialidades e a possibilidade de realização de projectos compatíveis com a dimensão das capacidades das PME».

Apesar dos riscos ainda existentes



Jonas Savimbi: a UNITA vai exigir a criação de uma comissão de reavaliação das potencialidades de cada investimento e do modo como foram concretizadas as respectivas negociações

— o que leva à necessidade de uma grande ponderação no momento da decisão de concretizar um investimento —, o mercado angolano pode constituir a «primeira porta para a desejável internacionalização da actividade das pequenas e médias empresas portuguesas».

Para auxiliar e sistematizar o investimento em Angola, a AIP vai passar a editar um «Guia do Investidor em Angola», em colaboração com o Gabinete do Investimento Estrangeiro, abrirá em breve uma delegação em Luanda e tem em projecto a realização de um «Estudo de Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas».

Este conjunto de iniciativas é encarado por Helena Cerveira como «um importante contributo para auxiliar o investidor português, que ocupa uma posição relevante no tocante a intenções de investimento em Angola. Cerca de 60 por cento do

total das declarações entregues ao Gabinete de Investimento Estrangeiro têm origem portuguesa. Já foram aprovados doze projectos, com particular destaque para a legalização das empresas de construção civil que operam há vários anos em Luanda. A curto e médio prazo poderá ser aprovada mais centena e meia de projectos».

Subsiste, no entanto, o problema das deficiências no apoio ao investimento prestado às PME, com reflexos no domínio técnico, como demonstra o facto de mais de 120 projectos de investimento apresentados por empresas portuguesas em Angola terem surgido com incorrecções técnicas e processuais. Helena Cerveira fala ainda de insuficiência de apoio no terreno (apesar das acções desenvolvidas pelos delegados do ICEP e do ICP), a que se junta a ausência dos «necessários e adequados» apoios financeiros.

Angola: terminou a primeira fase

SEMANÁRIO 4 OUT 91

Uma hora e cinco minutos foi o tempo que durou o encontro de quinta-feira entre Jonas Savimbi, líder da UNITA, e o presidente angolano José Eduardo dos Santos. E Savimbi disse que, finalmente, «a corrente passou».

O encontro do Futungo de Belas culminou a estada do líder da UNITA na capital angolana. Este encontro marca por sua vez o fim da primeira fase do processo de normalização da vida política angolana pós-independência.

O «regresso às armas» é cada vez mais improvável, mas o conteúdo da «segunda fase» ainda está por definir, dependendo da rapidez de acção da CCPM — até aqui muito lenta — e do papel que venha a ser atribuído à sociedade civil, condição essencial para a democracia em todos os países em transição, quer a Leste quer a Sul.

Luanda constitui a derradeira etapa desta digressão de Savimbi por quatro cidades de Angola. No aeroporto e na praça da Independência foi recebido por cerca de 75 mil pessoas, um total que não é muito elevado considerando os dois milhões de Luandenses, e se compararmos com os 250 mil manifestantes que acolheram Eduardo dos Santos após a assinatura dos acordos do Estoril — uma concentração já feita sem as coacções a que o ex-partido único recorreu no passado.

No entanto, o número é considerável para quem tem no Planalto Central a sua grande zona de apoio, e ainda não teve muito tempo para criar na capital uma nova imagem. Diversos observadores afirmaram que os participantes do comércio do passado domingo eram oriundos do Planalto, o que não altera a importância do número, já que a população de Luanda é um mosaico compreendendo quase todas as etnias angolanas.

Este elemento vai revelar-se de grande importância quanto aos resultados eleitorais na capital.

O discurso do líder da UNITA foi feito no seu estilo tradicional, e os analistas atribuem-lhe grande «vigor e forte presença política».

Mas ao mesmo tempo deixou em suspenso vários pontos do projecto da UNITA para o futuro.

Por exemplo, não explicou o que pretende implementar a nível económico na sequência da mudança que pretende operar na «actual cooperação» nem como vê o processo eleitoral quando diz que a UNITA não pode ter tratamento igual aos dos partidos emergentes.

Quarenta e oito horas depois, na CCPM, Savimbi foi extremamente conciliador, um tom que também caracterizou a saudação que lhe dirigiu o general Franca Ndalú, representante do governo.

Processo lento

É provável que a visita de Savimbi e a advertência do subsecretário norte-americano Herman Cohen, de que o processo não está a caminhar com o ritmo desejável, possam fazer sair da letargia.

O acantonamento das tropas dos dois lados ainda não atingiu sequer a meta de efectivos, e calcula-se neste momento que estejam nos pontos de concentração cerca de 50 mil FAPLA e 10 mil FALA. Nestes pontos, aliás, às condições logísticas, sobretudo alimentares, são deploráveis, o que leva muitos soldados a adoptar uma atitude reticente. Alguns actos isolados de violência têm sido assinalados, com ambos os lados a acusarem-se de agressão e até morte do delegado da UNITA em Malanje. A CCPM está a debruçar-se sobre o assunto, enquanto nos meios das «terceiras forças» receia-se a entrada num «clima de intimidações».

Os mais optimistas, porém, acreditam que se tratam de situações pontuais e na CCPM Savimbi defendeu esta tese, dizendo que os inimigos da paz «quer estejam nas FALA ou nas FAPLA, são apenas inimi-

gos da paz e não obedecer a ordens superiores».

Proporcionalmente ao número de habitantes de cada uma das quatro cidades visitadas por Savimbi, o maior comércio terá sido no Lobito, e o menor no Lubango, zona tradicionalmente pacifista. De salientar que o líder da UNITA não se deslocou a Benguela, a escassos quilómetros do Lobito, onde o MPLA e certas forças emergentes têm maior implantação.

SEMANÁRIO 4 OUT 91

França na rota dos diamantes

A SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos), antiga Diamang, e a companhia angolana Endiama estão em negociações para apurar a responsabilidade do roubo ocorrido há menos de 3 semanas na exploração diamantífera da Lunda, em Angola, de mais de 25 mil quilates de diamantes, num valor superior a 750 mil contos.

Segundo uma fonte ligada ao processo, a SPE e a Endiama têm um contrato assinado para a exploração conjunta daquela zona — contrato com mais de um milhar de páginas — facto que leva agora a que as duas partes envolvidas analisem as várias interpretações possíveis e decidam a quem cabe a responsabilidade — que pode obrigar mesmo ao pagamento de uma indemnização por parte da companhia portuguesa. Ainda segundo a mesma fonte a SPE e a Endiama já têm suspeitos.

Um elemento ligado à empresa angolana confirmou entretanto ao *Semanário* que os suspeitos, à hora de fecho desta edição, já poderão estar detidos em Luanda, na cadeia de S. Paulo. O roubo não implicou grandes meios operacionais, já que 25 mil quilates de diamantes correspondem — dependendo, claro, da qualidade dos diamantes — a um volume pequeno, comparável a uma bola de basquetebol. Na mesma altura, as instalações da Endiama em Luanda e na Lunda foram assaltadas, tendo sido roubados e destruídos vários registos da companhia angolana.

Outra fonte relacionada com o caso informou de que pode haver interesses franceses neste processo, já que nos últimos meses tem havido movimentos dos serviços secretos franceses na Lunda, mais propriamente na zona da exploração de diamantes.

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

Governo angolano analisa lei eleitoral

O CONSELHO de Ministros angolano vai apreciar hoje o pacote de legislação eleitoral e a redução do Orçamento Geral do Estado, possível devido à diminuição das despesas militares com o fim da guerra.

Em causa estarão a lei do recenseamento, o registo eleitoral, as eleições presidenciais e legislativas e a calendarização do processo eleitoral angolano. Após ser aprovado, o pacote será enviado, provavelmente durante a próxima semana, à Comissão Permanente da Assembleia do Povo.

Embora não conste nos documentos, fontes governamentais sugeriram ao EXPRESSO que «não haverá coincidência» de datas entre as eleições presidenciais

e as legislativas previstas para o ano. A data das eleições deverá ser analisada em breve, em consultas entre o Governo angolano e a UNITA e as chamadas forças políticas emergentes.

O encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, previsto para quarta-feira, foi adiado 24 horas depois de Savimbi recusar «ser colocado ao nível dos outros partidos políticos», contrariando a pretensão do Presidente angolano de o receber no mesmo dia em que concedeu audiências aos outros líderes da oposição.

No final do encontro o líder da UNITA afirmou que os compromissos assumidos serão mantidos e que os dois vão ver-se mais vezes.



UNITA quer reavaliar investimento em Angola

A UNITA propõe-se reavaliar todo o investimento estrangeiro efectuado em Angola, colocando particular ênfase nas potencialidades dos projectos e o modo como se concretizaram as negociações. A iniciativa, anunciada em Luanda pelo vice-ministro da UNITA para a Informação, Norberto de Castro, deverá avançar após o processo eleitoral e independentemente dos seus resultados. O assunto está a ser encarado com alguma preocupação pelos meios empresariais já estabelecidos em Angola, uma vez que, desde os títulos de propriedade de instalações industriais já recuperadas, até à legislação dos solos ou fiscal, tudo pode ser questionado. (ver Caderno Economia).

O galo voa baixo nos gabinetes

4.10.1991 O JORNAL

Chegou arrogante a pedir tratamentos especiais para a Unita. Mas parece ter percebido que os tempos são de paz e democracia

Lina Pacheco Pereira

com William Tonet, em Luanda

O LÍDER da Unita reconheceu ontem que José Eduardo dos Santos «está firme nos compromissos assumidos em Lisboa» e manifestou satisfação pela forma como decorreu o encontro com o presidente angolano em Luanda.

A audiência concedida pelo chefe de Estado no Futungo de Belas foi antecedida de alguns problemas que quase inviabilizaram o encontro, marcado inicialmente para quarta-feira. Primeiro, o corpo de segurança de José Eduardo dos Santos opôs-se à circulação da guarda pessoal de Savimbi na residência oficial do presidente, o que levou à transferência da reunião para o Palácio dos Congressos. Depois, foi Savimbi que não aceitou ser recebido no âmbito de audiências concedidas por Eduardo dos Santos

aos vários partidos políticos, reivindicando o estatuto de signatário dos acordos de Bicesse.

Desfeitos os contratempos, o encontro decorreu no Futungo, ontem de manhã e, no final, Savimbi era um homem aparentemente satisfeito. Embora não tivesse pormenorizado os temas abordados com o presidente angolano, o líder da Unita revelou que foi debatida a legalização do movimento e abordadas questões que decorrem da aplicação dos acordos de paz. Da «agenda» elaborada pela delegação da Unita ficaram por discutir algumas questões, o que, segundo Savimbi, se deveu apenas às limitações de tempo do presidente.

Savimbi partiu ainda ontem para a Costa do Marfim e seguirá hoje para os Estados Unidos, onde se encontra com o presidente George Bush na próxima segunda-feira. O líder da Unita iniciará então um périplo pela Europa e regressará a Luanda para uma nova digressão às capitais provinciais.

Fontes próximas de Savimbi manifestaram a convicção de que um novo encontro com José Eduardo dos

Santos poderá ocorrer no regresso a Luanda. Continua, no entanto, sem se saber se Savimbi irá fixar residência na capital angolana ou se optará por uma cidade onde tenha maiores apoios.

Nesta sua primeira passagem por Luanda, Savimbi reuniu-se também com a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que supervisiona os acordos de paz, à

pliou que a maior dificuldade em cumprir o calendário reside no acantonamento das tropas e que isso se deve a problemas logísticos.

Discurso do capim não pega na cidade

O presidente da Unita foi mal aconselhado pelos seus assessores e entrou em Luanda à espera dos níveis de au-



Jonas Savimbi na CCPM
O regresso ao diálogo

qual garantiu que a sua organização não voltará a criar problemas que provoquem o atraso do processo. Na conferência de imprensa que se seguiu ao encontro, o chefe do grupo do Governo na CCPM, general António dos Santos França (N'Dalu), ex-

diência que tinha nas cidades há 16 anos. Mas o seu discurso não se ajusta à época de transição democrática e os chamados partidos emergentes não o pouparam a críticas.

Savimbi chegou finalmente à capital angolana no dia 29, a bordo de um avião

do seu amigo Houphouët-Boigny, presidente da Costa do Marfim. Trazia um discurso pacificador, mas o dispositivo de segurança pessoal previamente instalado e a própria pistola que ostentava no coldre traíram-no.

Logo à chegada, decidiu desfazer as especulações sobre o seu regresso definitivo a Luanda. «Viemos para ficar. Temos por hábito conquistar e depois consolidar», disse o líder da Unita aos cerca de 60 mil apoiantes que juntou na Praça da Independência, ex- Largo 1º de Maio.

Se este discurso levou à rendição total dos seus apoiantes, criou preocupação e indignação às restantes forças partidárias, ao reivindicar para a Unita um estatuto especial no cenário político angolano.

«A Unita é um partido antigo. A Unita está implantada em todo o país: palmilhámos de Cabinda ao Cunene, do

Luau ao Lobito, logo o Governo não pode tratar a Unita da mesma maneira que trata os outros partidos. Primeiro, porque não pode; segundo porque nós não aceitamos — nós somos combatentes», disse Savimbi.

Os partidos entretanto for-

mados em Angola — PDA, de Alberto Neto, FDA, de George Chikoti, e PRD, de Joaquim Pinto de Andrade — foram unânimes em acusarem a Unita de comportar-se como dona absoluta da paz e acusaram Savimbi de arrogância.

Alberto Neto, dirigente do PDA (Partido Democrático Angolano), acusou o líder da Unita de ter feito um «discurso demagógico» e ridicularizou Savimbi a propósito da palavra de ordem — «o galo voa» — lançada no comício, recordando que aquele animal quando muito esvoaça.

Pouco satisfeitos com a intervenção de Savimbi terão ficado também os membros do corpo diplomático e os dirigentes dos países que ultimamente se têm aproximado do governo angolano. O líder da Unita defendeu que Angola «se deve virar para África» e explicou: «Se virarmos as nossas atenções para outros continentes seremos roubados, seremos explorados».

Savimbi mudou, no entanto o tom, na quarta-feira, quando se reuniu com o corpo diplomático acreditado em Angola, a quem clarificou a sua posição quanto à cooperação internacional. «Nós queremos cooperar de forma diversificada com todos os países do mundo tecnicamente desenvolvidos e de uma forma justa para que o nosso povo não nos acuse de neocolonialistas», esclareceu.

Petróleo, diamantes e pescas fazem de Angola um país rico

O JORNAL 4.10.1991

ANGOLA é um dos maiores e mais ricos países do continente africano. Com uma área de 1 246 700 quilómetros quadrados e uma população de 9,4 milhões de habitantes, é, também, um dos países africanos com mais baixa densidade populacional. Quando ascendeu à independência, em 1975, Angola tinha uma economia diversificada, com um dos sectores fabris mais significativos do continente. Quarto produtor de café do mundo, com 210 mil toneladas anuais, contava ainda com o petróleo, influente na sua economia desde 1968 e que nos anos setenta constituía já 30 por cento de todas as re-

ceitas de exportação. O café, o petróleo e os diamantes eram, aliás, os três pilares básicos da economia angolana pré-independência.

Depois veio a guerra civil, a somar à libertação, e que foi o que se sabe: fuga de técnicos, descapitalização e degradação dos equipamentos industriais, paralisação total da actividade económica nas áreas mais afectadas pelo conflito.

Aliás, segundo estimativas das Nações Unidas, os catorze anos de guerra civil custaram a seguinte factura: 10 biliões de dólares de custos directos; 3,5 biliões de quebra no rendimento do comércio externo; 750 mil-

hões de quebra nos rendimentos do tráfego em trânsito. E, depois dos dólares — é triste mas é assim —, as estimativas concluem com 300 mil mortos, 100 mil mutilados e 500 mil deslocados. Nem mais.

Uma guerra que, segundo uma publicação das próprias Nações Unidas — «*Development Business*» — «acabou devido ao relaxamento da guerra fria, pois se travava entre o partido MPLA apoiado pela União Soviética e os rebeldes da UNITA apoiados pelos Estados Unidos».

O ressurgimento da economia

Em 1987 o governo de Angola anunciou um «Plano de Saneamento Económico e Financeiro», seguido em 1989 por um programa de dois anos de «Recuperação Económica».

Estas medidas implicavam a adesão de Angola ao FMI e ao Banco Mundial e incluíam a redução do orçamento do Estado de 30 para 15 por cento do produto interno bruto, o levantamento dos preços

controlados em 52 produtos agrícolas, uma maior autonomia para as empresas estatais, o início de privatização de pequenas empresas e uma melhoria dos incentivos dados à mão-de-obra.

No âmbito destas medidas, em Outubro do ano passado o Governo levou a efeito uma troca de moeda: 5 novos kuanzas por 100 dos antigos.

E, em Março deste ano, uma desvalorização de 29,92 kuanzas por dólar para 60 kuanzas.

Sucedem, porém, que continua a haver um câmbio paralelo em que o dólar oscila entre os 800 e os 900 kuanzas, pelo que o governo admite para breve uma nova desvalorização.

Estas e outras medidas parece terem dado algum resultado pois que há presentemente sinais de dinamização da economia, os quais estão a atrair o interesse de investidores de vários países. A economia de Angola é presentemente, ainda apoiada quase só pelo petróleo, os diamantes, as pescas e alguma produção agrícola.

O petróleo e a sua importância económica e política

O petróleo em Angola constituiu sempre — de resto não fugindo à regra — um instrumento de política externa e uma riqueza fundamental. Encontrando-se o sector petrolífero angolano numa área que sempre esteve controlada pelo governo do MPLA, é paradoxalmente — ou talvez não — conduzida por companhias americanas lideradas pela Chevron, com sede na Califórnia. A exploração de petróleos em Angola é dominada pela Cabinda Gulf Oil, cujos capitais pertencem 51 por cento à Sonangol (empresa estatal angolana), 39 por cento à Chevron Corporation e o restante à Agip.

O rendimento do petróleo atinge dois biliões de dólares por ano, ou seja, 92 por cento do total das exportações e 32 por cento do Produto Nacional Bruto. Presentemente, a Cabinda Gulf Oil está a despende, juntamente com a Elf, à roda de um bilião de dólares

na expansão das suas operações *off-shore*, pois que, segundo um porta-voz da Chevron recentemente declarou, «em termos do que se conhece em todo o mundo, Angola é uma das duas ou três maiores oportunidades ainda disponíveis».

Já este ano, o governo de Angola abriu à exploração mais 16 blocos na sua plataforma continental, pelos quais logo se interessaram a British Petroleum, a Exxon, a Royal Dutch Shell, a Total, a Elf e a Mobil. Quanto aos diamantes, cuja produção anual baixara de 2,1 milhões de carats nos anos setenta para 266 mil carats em 1986, voltou a subir no ano passado para 1,2 milhões de ca-

rats, crescimento que se espera continue, sobretudo agora que a produção de diamantes de alta qualidade está a baixar, quer na África do Sul quer na Namíbia. Uma outra grande possibilidade de Angola está nas pescas. Dispondo de cerca de mil milhas de costa atlântica, Angola chegou a atingir em 1975 um total de capturas da ordem das 600 mil toneladas. No ano passado ficou-se ainda pelas 317 mil, mas as potencialidades lá estão.

Um grande parque industrial paralisado

A indústria de Angola era por alturas da independência, como se disse, das mais interessantes de África. Hoje existem ali registadas 687 empresas — industriais e de serviços — quatrocentas das quais são do Estado, mas uma parte das quais este visa privatizar.

No que respeita às empresas industriais, os seus principais problemas são a degradação do parque de equipamentos devido a longos períodos de paralisação e à falta de sobressalentes, a carência de pessoal minimamente qualificado e a dificuldade de abastecimento de matérias-primas importadas.

Este último problema vai ser resolvido à medida que as verbas que eram dirigidas para o esforço de guerra vão sendo progressivamente desviadas para a importação de matérias-primas. Quanto à degradação de equipamentos e à reposição dos quadros técnicos adequados, são áreas que por si só já constituem grandes oportunidades abertas à cooperação das pequenas e médias empresas portuguesas.

Seja como for que se apresente actualmente a situação, as potencialidades angolanas são de tal forma desmedidas que o futuro a médio ou a longo prazo terá de ser o de um grande e rico país.

Assim a paz seja duradoura e as cobiças externas se contenham, mesmo que cinicamente, em limites razoáveis.

Generoso de Almeida, vice-governador do Banco Nacional de Angola

O JORNAL 4.10.1991

Bancos estrangeiros ainda este ano

As reformas do sistema monetário e financeiro avançam rapidamente e os primeiros bancos privados de capitais estrangeiros poderão surgir ainda este ano

O BANCOCENTRAL está inserido na política de reformas preconizado pelo programa de acção do Governo angolano e cabe-lhe proceder à reforma do sistema financeiro. Neste momento temos já um sistema bancário a dois níveis: Banco Central e banca comercial. Há já três bancos comerciais a actuar em Angola», começou por dizer a «O Jornal da Economia» Generoso de Almeida, Vice-Governador do Banco Nacional de Angola.

Generoso de Almeida, que veio a Portugal convidado pelo Banco Português do Atlântico para falar no âmbito do

21º Seminário Internacional para Banqueiros Estrangeiros, iniciava assim o relato das transformações por que passa presentemente o sistema monetário e financeiro angolano, com vista a adequá-lo às novas realidades sociais e políticas de Angola.

«Até ao final do corrente ano teremos publicada toda a legislação que delimitará as competências do Banco Central e da banca comercial», explicitou.

Os bancos estrangeiros poderão actuar directamente no mercado angolano ainda este ano. Segundo Generoso de Almeida, «a legislação referente à constituição e participação dos bancos estrangeiros também será publicada até Dezembro próximo».

Estas são as duas principais decisões a tomar pelo Banco Nacional de Angola nos três últimos meses de 1991.

Nestes dois domínios, refira-se que as leis já foram publicadas. Nesta fase, apenas está em falta a regulamentação específica «no domínio do investimento estrangeiro

do mercado financeiro», esclarece o Vice-Governador, que afirma ser possível «até ao final do ano será possível a abertura de sucursais de bancos estrangeiros e a criação de sociedades parabancárias».

Neste contexto, 1992 poderá ser o ano do arranque em Angola de um sistema monetário e financeiro perfeitamente consentâneo com as regras de uma economia de mercado, como pretendem as autoridades angolanas.

Portugueses na primeira linha

Neste sentido, os bancos portugueses parecem estar com algum avanço face à eventuais concorrentes. Assim e para além do Banco de Fomento Exterior, os bancos Português do Atlântico e Totta Açores abriram recentemente escritórios de representação em Angola. O que poderá ser interpretado como uma manifestação de intenção de passagem a sucursais tão logo isso seja permitido pela legislação angolana.

Isso mesmo decorre das palavras de Generoso de Almeida ao reconhecer que «aqui em Portugal há bancos interessados em instalar-se em Angola».

Nessa regulamentação virão definidas «as regras quanto a reservas obrigatórias, taxas de juro, taxas de câmbio, à maior abertura na compra e venda de divisas, etc», explicita o responsável do Banco Nacional de Angola.

Esta legislação está enquadrada no plano de reformas macroeconómicas e financeiras que Angola tem em curso. Para já, os três bancos comerciais existentes naquele país africano são de capitais públicos e de empresas privadas angolanas.

O modelo adoptado para as reformas em curso no sistema monetário e financeiro angolano segue de muito perto o modelo português, com as devidas adaptações às particularidades do caso angolano.

«Mantemos contactos estreitos com o sistema bancário português. Neste domínio temos vários assessores portu-

gueses. Contamos também com o apoio do Fundo Monetário Internacional, que nos presta assistência nesta reforma», esclarece Generoso de Almeida.

O facto de a paz ainda não estar completamente garantida não é impedimento para que as reformas prossigam. «Apesar de não termos ainda um programa de grande envergadura com o Fundo Monetário Internacional, há cooperação entre as duas partes, temos trabalhado com equipas do FMI, a Comissão do artigo 4º (dos Estatutos do Fundo) já esteve por duas vezes em Angola, há outras missões do FMI que se têm deslocado ao nosso país, enfim, temos trabalhado com esta organização económica internacional e as nossas reformas têm merecido o consenso do Fundo. A partir daqui, falta apenas o Governo fazer o "tal" acordo de envergadura com o FMI», adianta o Vice-Governador do Banco Central angolano.

Esta decisão, contudo, só deverá ser tomada depois de

consolidado o actual processo de paz em curso no país.

A cooperação portuguesa

Neste momento a cooperação com Portugal no domínio monetário e financeiro é considerada «boa». «Existem vários acordos e linhas de crédito entre a banca portuguesa e o Banco Nacional de Angola - refere Generoso de Almeida que acredita que também ao nível do investimento em Angola e com o aperfeiçoamento da nossa legislação sobre o investimento estrangeiro, é natural que a cooperação se estreite».

Um outro domínio que poderá vir a proporcionar numa ainda maior aproximação entre os dois países decorre do processo de privatizações de empresas pertencentes ao Estado angolano. Por essa via esperam as actuais autoridades deste país africano que mais empresários portugueses se voltem para Angola.

J.M.V.

Exportações portuguesas deixaram de crescer

O JORNAL 4.10.1991

Depois de terem aumentado 12 milhões de contos em 1988, 24 milhões em 1989 e 7 milhões em 1990, as exportações portuguesas para Angola deixaram este ano de crescer. No primeiro semestre ficaram mesmo abaixo do ano passado.



Filda 91: uma presença portuguesa com reforçada esperança

VAI REALIZAR-SE no próximo mês em Luanda mais uma edição da FILDA, a feira internacional da capital de Angola. E os fabricantes e exportadores portugueses vão estar lá mais uma vez, agora com uma reforçada esperança na pacificação daquele enorme e rico país da África Ocidental. Aliás, Angola é já, e de longe, o maior cliente africano de Portugal, pelo que as expectativas têm razão de ser.

Ou deveriam ter. A evolução das exportações portuguesas para Angola tem vindo a progredir significativa-

mente, como se poderá verificar pelos seguintes valores em milhares de contos:

1987 -	14 612
1988 -	26 313
1989 -	50 420
1990 -	57 690

Curiosamente, é este ano, o primeiro de paz, que as vendas de Portugal para aquela sua antiga colónia dão mostras, se não de regredir, pelo menos de suspenderem o crescimento. De facto, enquanto no primeiro semestre de 1990 Portugal expor-

tou para Angola 28 239 milhares de contos de mercadorias, no mesmo período deste ano aquele valor não foi atingido, ficando-se as nossas vendas pelos 28 215 milhares de contos.

A estrutura das exportações portuguesas para Angola

A estrutura das exportações portuguesas para Ango-

la tem a característica normal da das compras feitas por um país pouco industrializado, como se pode ver pela relação que damos a seguir e se refere às principais vendas portuguesas àquele país no primeiro semestre deste ano.

Grande destaque para as máquinas e equipamentos mecânicos, para as máquinas e aparelhos eléctricos, para o mobiliário e para os veículos automóveis e suas peças, sendo que as duas primeiras ru-

bricas atingiram naquele período mais de dois milhões de contos. É, para além do calçado, na casa de milhão de contos ou acima deste valor, apenas produtos alimentares: óleo de soja, segundo valor das nossas exportações para Angola no primeiro semestre deste ano, bebidas, enchidos e conservas de carne.

Nas bebidas, não deixa de ser curiosa a composição das vendas: cervejas, 350 mil contos; vinhos, 347 mil; bebidas não alcoólicas, com excepção de sumos de frutos, 184 mil contos; aguardentes, licores e semelhan-

tes, 150 mil contos; e águas minerais, 49 mil contos.

Os tecidos e fios, de algodão e sintéticos, atingiram o importante valor de 1561 milhares de contos, cabendo 998 milhares aos de algodão. Os livros e brochuras continuam a ter um peso significativo nas exportações portuguesas para os PALOP. Para Angola, e no primeiro semestre deste ano, as exportações atingiram 905 mil contos.

Mas vejamos a relação das principais mercadorias exportadas para Angola no primeiro semestre deste ano, em milhares de escudos:

Máquinas e outros equipamentos mecânicos	2 225 088
Óleo de soja	2 008 543
Máquinas e equipamentos eléctricos	2 006 741
Calçado	1 383 436
Móveis (incluindo mobiliário médico)	1 092 755
Veículos automóveis e peças	1 081 129
Bebidas	1 080 211
Enchidos e conservas de carne	1 066 933
Tecidos e fios de algodão	998 493
Livros e brochuras	905 122
Vestuário e acessórios e roupa para o lar	888 140
Produtos farmacêuticos	863 450
Sabões	756 154
Obras de ferro e aço	733 562
Carnes congeladas	716 537
Tecidos e fios sintéticos e artificiais	562 928
Margarinas	547 186
Papéis e cartão	296 915
Preparações de cereais	282 122
Pneumáticos	280 254
Óleos minerais	272 414
Conservas e outros preparados de peixe	268 680

SEMANÁRIO 4 OUT 91

Angola devolve empresas

A promessa foi reafirmada. O vice-governador do Banco Nacional de Angola, Generoso de Almeida disse ao **Semanário** que o governo angolano está a estudar a hipótese de devolver as empresas aos seus antigos proprietários desde que se reinvesta nas empresas nacionalizadas.

Generoso de Almeida que defende a abertura total da economia angolana à economia de mercado, referiu ainda que em breve deverá autorizar a abertura de três bancos portugueses: o Banco Português do Atlântico (BPA), o Banco Totta & Açores (BTA) e Banco Fomento e Exterior (BFE). Estes bancos que já se encontram presentes na praça financeira angolana, deverão num futuro próximo desenvolver actividades comerciais. O primeiro deverá ser o BPA que poderá já actuar através duma sucursal.

O mesmo responsável angolano disse que o executivo angolano deverá em breve lançar um programa de incentivos à constituição de empresas luso-angolanas.

Entre as principais medidas que o executivo angolano deverá tomar an-

tes das eleições legislativas naquele país foram referidas a liberalização generalizada dos preços e uma nova desvalorização da moeda, o que permitirá a liberalização de operações cambiais. Generoso de Almeida disse ainda que até ao final do ano o Estado angolano deverá anunciar a privatização das empresas industriais.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso que falava num seminário para banqueiros estrangeiros organizado pelo BPA disse que «as empresas portuguesas estão mais perto da realidade angolana e, logo, como melhores condições para aí se instalarem do que as suas congéneres europeias».

Moçambique virá depois

Afonso Maleiane, governador do banco central moçambicano convidou os banqueiros presentes no seminário a instalarem-se na praça financeira de Moçambique. Maleiane que referiu que a reestruturação da economia é, mais que a estabilização monetária, o principal desafio que se

coloca aos responsáveis moçambicanos.

Nesta perspectiva disse que será desaconselhável reformas que privilegiem «a ruptura imediata e total com as medidas e instrumentos financeiros anteriormente em vigor».

No Seminário que o BPA organizou para banqueiros estrangeiros em Vilamoura foi também anunciado que os empresários dos países africanos de língua oficial portuguesa vão beneficiar, a partir do início de 1992, de um programa que apoiará projectos de investimento inspirado no modelo do JEEP (Jovens Empresários de Elevado Potencial). O programa a criar para os PALOP, que se denominará Novos Empresários de Elevado Potencial (NEEP), terá o apoio do BPA, BFE, Banco Nacional Ultramarino (BNU), Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, e da Associação de Jovens Empresários Portugueses (AJEP).

Estas entidades vão criar uma associação, a Pró-África, no quadro da qual desenvolverão os apoios a projectos de empresários no âmbito do NEEP.

O JORNAL 4.10.1991

Jonas Savimbi passa por Lisboa?

Jonas Savimbi poderá fazer uma paragem em Lisboa depois de visitar Washington, na próxima semana. Círculos próximos da UNITA deixaram transparecer o interesse do seu líder num encontro com o primeiro-ministro do Governo saído das eleições para a Assembleia da República

Esta no turismo angolano

A ESTA-Gestão de Hotéis S.A., começou a gerir no passado mês de Setembro mais duas unidades hoteleiras na cidade de Luanda, em Angola. Trata-se do Hotel Império e do Motel das Forças Armadas, conforme disse à agência Lusa uma fonte ligada à empresa.

O Hotel Império possui 30 quartos duplos, oito suites, restaurante e bar, enquanto o Motel das Forças Armadas é constituído por 17 vivendas com três quartos cada (individuais e duplos), restaurante, bar e campo de jogos.

De acordo com a fonte da Esta, as unidades em causa encontram-se actualmente fora dos circuitos de comercialização, por estarem afectas ao alojamento dos elementos que integram a Comissão Conjunta Político-Militar de acompanhamento da execução dos acordos de paz celebrados entre o Governo angolano e a UNITA.

A Esta, que tem como accionistas a Tap-Air Portugal e a Estoril Sol, ganhou recentemente, por outro lado, o concurso público para a gestão do Hotel Tivoli, em Luanda, considerada a mais moderna unidade hoteleira da capital angolana.

Segundo afirmam os responsáveis da Esta, «o Hotel Tivoli é apenas a ponta visível de uma grande base de sustentação representada pela empresa nos países africanos de língua oficial portuguesa».

Refira-se que a Esta tem ainda a seu cargo a gestão do Hotel Mundial e de apartamentos em Luanda, bem como o complexo hoteleiro da Sonangol, que inclui um restaurante de primeira classe e um self-service.

Resta apenas acrescentar que a Esta foi criada com a intenção de se tornar numa cadeia hoteleira de matriz portuguesa, por forma a dinamizar o sector turístico no países africanos de língua oficial portuguesa, independentemente de também vir a desenvolver actividades em Portugal.



A Esta — Gestão de Hotéis, S.A. passou a gerir, em Setembro, mais duas unidades hoteleiras em Luanda

O novo exame de Jonas Savimbi

PÚBLICO

SÁBADO, 5 OUTUBRO 1991

JONAS SAVIMBI terá em George Bush, na próxima segunda-feira, na sala oval da Casa Branca, um ouvinte atento e um interlocutor interessado, após o seu périplo angolano por quatro cidades que culminou com uma estada de cinco dias em Luanda: uma "tourné" desigual, surpreendente, polémica.

A capital angolana foi inteligentemente deixada para o fim, enquanto o Huambo, o Lubango e depois o Lobito serviram como ensaios gerais e simultaneamente como teste aos primeiros — e por isso mesmo decisivos — passos da organização de Savimbi fora das matas e desse "bunker" sagrado que foi, durante dezasseis anos, a Jamba, no Sul de Angola.

Tudo era, à partida, possível pois tratava-se aqui não já — ou apenas — de "existir" fora do quadro de um universo bélico, assente numa disciplina férrea e numa cadeia de comando fortemente hierarquizada, mas de conseguir sobreviver ao confronto "civilizacional" com a cidade e, ao mesmo tempo, de impor com credibilidade e verosimilhança uma organização política, um projecto e um programa.

Em causa estava não só essa transição da selva para o asfalto como a necessidade de averbar boa nota no exame: muitos eram, dentro e fora de Angola, os olhares que seguiram esta caminhada e do seu bom êxito dependia, muito simplesmente, o sucesso — e o futuro... — de Jonas Savimbi como candidato político a chefiar um exército e não já um exército de homens fardados, acotados numa mata.

A "saída da Jamba"

Uma aventura — é o mínimo que se lhe pode chamar — que começou nos bastidores, logo após o dia 31 de Maio, quando, em Lisboa, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi assinaram os acordos de paz. A partir daí, trabalhou-se dia e noite no quartel-general da Jamba para montar no terreno as estruturas capazes de preparar com eficácia e emoldurar com dignidade a passagem de Savimbi por terras angolanas.

Centenas de homens, ainda vestidos de caqui e de arma ao ombro, foram uns após outros saindo da Jamba, para diversos pontos do mapa de Angola (o destino devia coincidir com o local de nascimento ou outro tipo de raiz), onde se juntavam a outros militantes — ex-clandestinos —, da UNITA. Em poucas semanas, foram nascendo no país alguns "comités-piloto", antecedendo as delegações partidárias que serão homologadas quando a UNITA for legalmente reconhecida como partido político.

Existem já sete destes comités políticos (Namibe, Bié, Luena, Lubango, Benguela, Malange, Huambo), muitos a funcionar ainda, dada a falta de casas para a UNITA, nos próprios lares de alguns desses militantes. Foi aí e assim que tudo começou, com este movimento a trilhar os pri-

meiros passos a caminho da conquista do poder, com o horizonte fixado nas eleições de 1992: nas ruas e nos aeroportos, assistiu-se, à passagem de Savimbi, ao balbuciar de uma pré-campanha eleitoral em tudo inspirada em modelos, padrões e "marketing" ocidentais — do boné à bandeirola, passando pela "t-shirt", houve de tudo; nos auditórios dos cinemas, promoveram-se sessões de esclarecimento e debates abertos a diversos sectores da sociedade — autoridades tradicionais (sobas, rainhas), representantes de igrejas (católica e protestante), estudantes, quadros, empresários. E, nos estádios, produziram-se comícios e concentrações.

Do Huambo a Luanda

Tudo isto numa viagem que decorreu em crescendo: no Huambo, o ambiente foi morno, à excepção do comício festivo e concorrido — o que encontra nas ruínas da cidade e no traumatismo da população uma forte explicação, mais do que na rejeição dos valores ou dos homens da UNITA. No Lubango, alterou-se o tom: entusiasmo, mais gente (curiosa ou militante), maior receptividade. E o Lobito foi a festa: comício gigantesco, caravanas, frenesim e uma longa sessão de perguntas e respostas, num fogo cruzado memorável.

Primeira conclusão: Savimbi passara os exames, as estruturas locais, apesar de dificuldades e vicissitudes, tinham estado à altura. As lições da Jamba serviram para alguma coisa, quanto mais não fosse aquela que, durante anos, foi uma das máximas: "A necessidade aguça o engenho"... Saltou à vista desarmada que muitas das inevitáveis carências com que se defronta hoje, em Angola, um movimento com a natureza da UNITA foram ultrapassadas com base quase exclusivamente no engenho e na imaginação.

Aguardada com temor nunca iludido, Luanda — última etapa — seria o mostruário do espinhoso caminho que ainda aguarda o ex-guerrilheiro. Porque se era sobretudo aqui que Savimbi ia buscar o passaporte final para a sua credibilidade política e para a do seu movimento, o que permanece na capital angolana é o rasto iniludível de dúvidas e perplexidades.

Jonas Savimbi gosta de se definir como um resistente. Repetiu-o nesta viagem, em conversa com os jornalistas. Mas o guerrilheiro astuto e o estrategista militar brilhante vão ter que aguardar ainda a entrada em cena do "político". Ou melhor: de outro tipo de político, mais conforme com a actual realidade que pretende conquistar.

Savimbi vai, por outras palavras, ter que "resistir", uma vez mais: de outra forma é certo, mas com a mesma tenacidade obstinada e paciente que o levou, 16 anos consecutivos, a sobreviver nas matas. Isto é, resistir a um tom demasiado exuberante ("A exuberância é parte da minha alma", disse uma vez); à atmosfera ainda algo bélica que rodeia as suas entradas em cena; a um estilo excessivo; à truculência da sua "démarche". Isto quanto à forma — e não foi por acaso que a capital se inquietou nuns casos ou se assustou noutros.

As interrogações

Quanto ao conteúdo da mensagem política, duas interrogações cruzam-se agora sobre as águas de prata da baía de Luanda: Jonas Savim-

bi irá, assente no seu movimento, enveredar irreversivelmente — por ser essa a sua escolha — por um discurso panafricano, um hino à negritude, uma mensagem vinicamente nacionalista? Ou esta opção esconde, afinal, a falta de um projecto e de um programa, mais apurados, consistentes e definidos?

É certo que a UNITA anunciou um programa político, social e económico e que Savimbi o leva na algibeira para mostrar a Bush. Mas onde estão hoje alguns dos "sinais" — como o "socialismo", por exemplo — de que Savimbi se reclamou no passado?

Na noite da sua entrada na capital angolana, estalaram dúvidas, receios, indignações. A cidade vira na TV ou ouvira pela rádio o discurso exaltado de Jonas Savimbi, no comício dessa tarde, escutara o seu hino a África, observara o tom redutor e exclusivamente "africano" do seu projecto. A comunidade branca — com destaque evidente para a portuguesa — reagiu mal, a intelectualidade pior, a burguesia assustou-se (na memória de todos estão as bombas, os tiros e a destruição de Luanda perpetrada até há pouco pela UNITA...), os meios diplomáticos ocidentais torceram o nariz: Savimbi falhara o alvo?

No dia seguinte, em "petit comité", o líder da UNITA diria ao chefe da missão portuguesa à CCPM, António Monteiro, que "era evidente que contava com os portugueses e com a comunidade branca e mestiça". E justificaria o seu discurso com o facto de ele se dirigir "àquele público", de o ter feito para "consumo interno", de sentir ser necessário "estimular e levantar o angolano"...

Mas o facto é que Savimbi, dois dias depois, na reunião da CCPM, emendou a mão: trajou à civil, ostentou um "low profile", mediu as palavras, foi condescendente e tolerante, humilde e apaziguador.

E, vinte e quatro horas depois, averbou uma vitória quando levou Eduardo dos Santos a fazer marcha-atrás na sua intenção de desvalorizar o facto político que era a sua estada "pacífica" e "normal" em Luanda: em vez de ser recebido incluído num "pacote" de líderes da oposição, no Palácio dos Congressos, Savimbi encontrou-se a sós com o Presidente angolano — como sempre reclamara publicamente — no Futungo de Belas, residência oficial da Presidência da República. Como um "estadista". "E assim que quero ser olhado", diria.

É cedo para futurologias: o país ignora a alternância e ainda mais a democracia, está "verde" no combate político, o MPLA experimenta agora o figurino ocidental e mostra-se "moderado". E o anticomunismo deixou de fazer sentido histórico.

Será que a história — pródiga nestes desencontros — não vai, afinal, conceder a este sobrevivente a oportunidade da condução política dos homens, contentando-se com ter feito dele apenas um "resistente" e um dos maiores guerrilheiros deste século? ■

EUA poderão retirar Angola da lista de países marxistas

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, durante a sua recente visita aos EUA, poderá apoiar a retirada de Angola da lista norte-americana de países marxistas.

A NOTÍCIA foi veiculada pela agência Lusa, que cita fontes diplomáticas e do Congresso norte-americano.

Angola, apesar de ter renunciado ao marxismo, permanecerá na referida lista «até à realização de eleições livres e justas», nos termos da legislação aprovada pelo Congresso dos EUA, situação que é prejudicial às relações económicas e comerciais bilaterais. O Presidente Eduardo dos Santos, durante a visita que efectuou no mês passado a Washington, apelou à revogação das leis restritivas ao comércio bilateral.

Iniciativas de membros do Congresso para revogar essa legislação foram derrotadas por apoiantes da UNITA e, segundo fontes no Capitólio, continuarão a sê-lo enquanto não tiverem o apoio do movimento de Savimbi.

O líder da UNITA, que ontem iniciou uma visita aos EUA, de acordo com fontes que lhe são próximas, poderá apoiar a revogação da lei em causa se receber «garantias» dos empresários americanos



O líder da UNITA, Jonas Savimbi, que ontem iniciou uma visita aos EUA, será recebido amanhã pelo Presidente George Bush ^c Lusa

com interesses em Angola de que «não darão dinheiro ao Governo do MPLA». Savimbi, durante a sua estada em Washington, irá reunir-se com representantes de empresas com explorações em Angola para discutir essas «garantias».

Fontes empresariais referi-

ram à Lusa que essas empresas «têm todo o interesse em discutir esta questão» com Savimbi e tencionam levar para a reunião «propostas bastante positivas». Se Angola for retirada da lista oficial de países marxistas, o banco americano de exportação e importação — Eximbank —

será autorizado a financiar investimentos de empresas dos EUA naquele país.

Ainda não se sabe se Savimbi apoiará também a revogação imediata da chamada Emenda Grassley, que sujeita a tributação dupla os lucros das empresas com actividades em Angola.

Ouro para Angola no andebol africano

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 1 OUTUBRO 1991

A SELECÇÃO de Angola conquistou a medalha de ouro na competição de andebol feminino dos Jogos Africanos ao bater na final a Costa do Marfim por 23-19. Esta foi a primeira medalha de ouro da representação angolana na competição. Ao intervalo, a Costa do Marfim ganhava por 11-10, mas as angolanas — segundas nos Campeonatos Africanos desta época — recuperaram e beneficiaram de alguns erros das adversárias para se destacarem no marcador. Com esta medalha, Angola passou para o 13º lugar da classificação por medalhas, com 1 de ouro, 3 de prata e 4 de bronze. Moçambique está dois degraus acima, com apenas duas medalhas, mas ambas de ouro. O Egipto (82 de ouro + 48 prata + 45 de bronze), a Nigéria (35+45+34) e a Argélia (27+32+29), dominam a tabela. ■

BP angolano

O Banco de Portugal (BP) vai abrir uma delegação em Luanda, de acordo com a lei orgânica agora aprovada que prevê a abertura de escritórios no estrangeiro. As relações privilegiadas que o BP tem mantido com o Banco Nacional de Angola estão na origem desta decisão, bem como o «apoio a instituições financeiras angolanas e portuguesas» sediadas naquele país africano.

4 OUT '91

Comentário

José Mário Costa
em Luanda

PÚBLICO
DOMINGO, 6 OUTUBRO 1991

“O galo voa”?

LANÇADO pelo próprio Savimbi, logo no início deste seu “périplo do regresso” a Angola, o “slogan” do Galo Negro (que) voa constitui desde já o primeiro grande acontecimento mediático do actual período pré-eleitoral que o país atravessa. E, no entanto, nada parece consolidado nestes quatro meses de cessar-fogo — pelo menos para quem, recém-chegado a Luanda, vai ouvindo a “guerra das antenas” entre “Vorgen” e o programa “Angola combatente”, a última trincheira dos “falcões” da UNITA e do MPLA. Ou se apercebe do “estado latente” de violência incandescente desta cidade sacudida por tantas fardas, tantas armas e tantos estranhos “exércitos” paralelos.

“O galo voa”, repetiu vezes sem conta Savimbi, no comício da Praça da Independência (ex-Primeiro de Maio), num apelo meio cantado, meio dançado por uma multidão de fieis (60, 70 mil?) que desde o aeroporto até ao princípio da antiga estrada de Catete pôde finalmente exibir o vermelho e o verde das cores da UNITA. Era uma multidão claramente sintonizada com a UNITA e posteriormente electrizada pelo magnetismo do seu carismático líder.

Gente dos Musseques, onde tudo falta ainda mais, muitos jovens, para quem a mudança é condição da sua sobrevivência, grande parte deles transportados em camionetas das bandas de Viana, onde vivem os emigrados do sul, ovibundos como Savimbi.

E a corrente estabeleceu-se, à boa maneira africana: cantando e dançando, a multidão fez, de facto, o “Galo Negro” voar a alturas insuspeitáveis pelo próprio Savimbi nesta terra de ninguém.

Mais tarde, quando a televisão oficial passou (quase integralmente) o discurso, o efeito foi outro. Espectacular na mesma, mas já em sentido diverso do comício da tarde.

Como se confirmaria, ao longo da semana nas ruas, nos empregos, nos encontros ocasionais e de convívio — e como gostam de conviver os angolanos! —, o “slogan” pegara como rastilho. Crianças e adultos, homens e mulheres, gente de todas as condições, têm-no agora na ponta da língua, meio chalaça, meio chacota, mas sem a conotação partidária — imobilizadora — do ritual ao vivo.

Efeito inesperado da televisão — e, afinal, destes novos tempos em Angola. Num país em acelerada “conversão democrática”, os seus beligerantes (e os outros), os partidos emergentes, como aqui se denomina a oposição não-aramada, começam também por reciclar a sua nova mensagem (eleitoral), e a perceber que têm que saber fazê-la “passar” convenientemente na televisão.

E o primeiro a percebê-lo foi, mais uma vez, Savimbi: amaciando o discurso e a postura, esquecendo o “apelo étnico”, lançando pontes de diálogo inesperadas para quem o (ou)vira dias antes, comiciando.

Ainda na quarta-feira, em entrevista à TAP, Savimbi elogiava a “abertura” audiovisual angolana, admitindo pela primeira vez a aceitação de um sector da comunicação social independente (“equidistante”, como lhe chamou), susceptível de dissuadir a UNITA nos seus propósitos de avançar com projectos próprios de TV e rádio. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 6 OUTUBRO 1991

Angolanos são dez milhões

ANGOLA terá este ano atingido os dez milhões de habitantes, 60 por cento dos quais vivem nos grandes centros urbanos, revela um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), referido esta semana pelo “Jornal de Angola”. Luanda é a província mais povoada com cerca de 1,8 milhões de pessoas, seguida do Huambo e do Bié, com 1,5 e 1,1 milhões, respectivamente. Malange, Huíla e Uíge têm entre 870 a 890 mil habitantes, Benguela e Kuanza-Sul mais de 600 mil. O grupo etário mais numeroso em Angola é o das crianças com menos de 14 anos de idade, que são cerca de quatro milhões, seguido do grupo com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, com mais de um milhão. Estes números revelam uma tendência para o crescimento da população. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 2 OUTUBRO 1991

Savimbi muda de tom

COM POMPA, circunstância, aparato e algum nervosismo no ar, Jonas Savimbi chegou ontem, com trinta e cinco minutos de atraso, ao Hotel do Sol, em Luanda, para a sessão extraordinária da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), onde a sua intervenção era aguardada com indistincta expectativa.

Rodeado de Jeremias Chitunda, dos generais Puna e Ben-Ben e de Salopeta Pena, líder da delegação da UNITA na CCPM, e sentando-se diante de França Ndalu — chefe da delegação do Governo do MPLA —, do general Conceição “Gato”, dos coronéis José Maria e Higinio, e do vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, Savimbi usou de um tom que destoou do usado durante o seu comício de domingo, que “inquietou” alguns sectores políticos e sociais da capital angolana.

Começando por agradecer a hospitalidade do Governo — “apesar de ser angolano estou aqui como hóspede” —, repetiu de forma clara a sua intenção de “ficar”: “Não sou uma nuvem, vim para ficar, quero ser útil e trabalhar”, disse. Falando de improviso, classificou os trabalhos daque-

la Comissão como “espinhosos”, para declarar que não tinha “nem a intenção nem o interesse” de repetir a crise que recentemente opôs a UNITA ao Governo no seio da CCPM e reafirmar uma vez mais o seu “empenho na paz e no escrupuloso cumprimento dos acordos de Bicesse”. Pediu à comissão que “deixasse as pequenas coisas para se ocupar das grandes”, e apelou à comunidade internacional para ajudar a resolver o problema logístico relativo ao acantonamento dos soldados das FALA e das FAPLA. “O acantonamento é um passo decisivo para o ambiente e para a credibilidade da paz”, sublinhou.

Savimbi, que não falou com a sua habitual exuberância e usou de gestos comedidos e de um tom de voz baixo, insistiu numa “colaboração mais estreita” entre a UNITA e o Governo para acabar com conceitos como “territórios livres e não livres”. Num gesto observado como de tolerância e boa vontade, disse “ter para propor e oferecer” que tanto a Rádio da UNITA como a do MPLA — que apelidou de “laboratórios de ódio” — cessassem de vez de “atacar os meios e as pessoas do Governo e da UNITA”. E precisou: “Dei ontem esta ordem para a Jamba. Ouçam amanhã e vejam como vai sair diferente. É preciso ensinarmos a tolerância e a diferença”. (Ver pág. 20) ■

Maria João Avilez, em Luanda

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 7 OUTUBRO 1991

PAPA EM ANGOLA EM JUNHO — O PAPA João Paulo II estará em Angola na segunda quinzena de Junho de 1992, no âmbito de mais uma viagem pastoral a África, que o levará desta vez, também, a S. Tomé e Príncipe, segundo confirmou ontem o arcebispo de Luanda, cardeal Alexandre do Nascimento, citado pela agência Lusa. D. Alexandre Nascimento falava à comunicação social à chegada a Luanda, depois de regressar do Vaticano, onde se encontrou com João Paulo II. A viagem de João Paulo II — que chegou a estar prevista para a primeira quinzena de Julho — poderá ainda incluir a Namíbia, mas o cardeal Nascimento não se referiu a essa eventualidade.

Cabo Verde: Igreja quer fim do Estado laico

A IGREJA cabo-verdiana exigiu, em documento apresentado à Assembleia Nacional, que o país deixe de ser constitucionalmente um Estado laico e que Deus figure no preâmbulo da futura Constituição como o «Supremo Legislador». Toda e qualquer imunidade deveria ser abolida, o divórcio e o aborto constitucionalmente proibidos, assim como deveriam passar a ter efeitos civis os casamentos celebrados segundo os ritos católicos.

Exigências tão extremas, consideradas a «factura» do apoio da Igreja nas eleições de Janeiro, terão apanhado desprevenidos governantes e observadores, que pesam já as consequências de quaisquer das alternativas com que o Poder está confrontado.

A Igreja Católica, que reivindica jurisdição espiritual sobre 99 por cento da população cabo-verdiana, tem a originalidade de ter um reduzido clero nacional mas uma longa tradição de intervenção na vida do território. Tendo o clero

recusado quase abertamente o celibato até meados deste século, muitos dirigentes nacionalistas, como o ex-Presidente Aristides Pereira ou o ex-presidente do Parlamento, Abílio Duarte, são filhos de padres.

Antes da independência, as relações entre a Igreja e os nacionalistas eram más. Mas a acalmia que se seguiu só foi quebrada em 1986, e a causa próxima foi a lei do aborto.

Contudo, as relações institucionais entre a Igreja e a hoje chamada Primeira República eram aparentemente normais, pois apesar de apodado de marxista, o PAICV tem uma elevada percentagem de católicos filiados e sempre promoveu uma ampla liberdade religiosa.

Aos atritos de 1986 seguiu-se de novo a acalmia, e em 1989 o então Presidente, Aristides Pereira, adoptou atitudes apaziguadoras, interpretadas em certos círculos como de cedência.

Em Dezembro último, a Igreja, dando de barato que o líder da

oposição e agora primeiro-ministro, Carlos Veiga, tinha apoiado a lei de interrupção voluntária da gravidez, deu no púlpito consigna de voto «contra o partido que tinha permitido o aborto». Carlos Veiga ganhou com expressiva maioria e, em Fevereiro, Mascarenhas Monteiro derrotou Aristides Pereira com um «score» ainda maior.

Se, como tudo indica, Carlos Veiga tiver de aceitar as exigências da Igreja, é quase certo que se acentuarão as clivagens no interior do seu partido, cujo núcleo duro é trotsquista. A Terceira República terá então a originalidade de ser uma «república romana» face à República Islâmica da Mauritânia e ao Senegal, cada vez mais dominado pelo integralismo muçulmano. Cabo Verde, o país africano culturalmente mais próximo do Ocidente, terá então regredido politicamente ao período anterior à Revolução Francesa.

Manuel Delgado

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 DE OUTUBRO DE 1991

SEMANÁRIO

4 OUT 91

PR de Cabo Verde visita Lisboa

O PRESIDENTE da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, visita oficialmente Portugal no próximo mês, a convite do seu homólogo Mário Soares. Segundo fonte da cidade da Praia, a visita de Mascarenhas Monteiro decorrerá entre 10 e 17 de Novembro. O PR de Cabo Verde, primeiro democraticamente eleito, será acompanhado por membros do seu Governo.

Figueira em C. Verde

A Figueira Praia está esperançada em ganhar o concurso de exploração de quatro unidades hoteleiras estatais em Cabo Verde. A sociedade concorreu através da sua associada Confortéis que, além dos hotéis da Figueira Praia, vai passar a ser responsável pela gestão da Estalagem de Seia. O contrato foi assinado esta semana.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 1 OUTUBRO 1991

Guiné-Bissau prepara mudança

O QUADRO jurídico para a instauração de um regime pluripartidário poderá ficar completo nos próximos dias, caso a Assembleia Nacional Popular (Parlamento), que se encontra reunida em Bissau, aprove um pacote de leis há muito esperado.

Os deputados, divididos em três comissões com assessoria técnica de juristas, estão a analisar a lei de imprensa, o estatuto de jornalistas e a lei que cria um conselho de comunicação social. E, ainda durante esta sessão extraordinária que termina a 10 de Outubro, estarão em debate as leis de liberdade sindical, da greve e de requisição civil.

Tratando-se de leis fundamentais, conducentes à mudança do regime, bem se pode dizer que o futuro do país está nas mãos dos 150 deputados maioritariamente camponeses, que, em plena campanha agrícola, puseram as enxadas e os arados de lado para se ocuparem de matéria legislativa.

Acusado de pouca transparência e de retardar medidas de abertura, o regime de Nino Vieira dispõe-se a redinamizar o processo. No mês passado, a ANP alterou a lei-quadro dos

partidos, baixando para mil o número de assinaturas necessárias para a criação de formações políticas, e, por ocasião dos aniversários da fundação do PAIGC e da independência, comemorados a 19 e 24 de Setembro, Nino Vieira reafirmou a sua "opção de fazer prevalecer na Guiné a liberdade, democracia e progresso".

A oposição parece, contudo, não acreditar nestas palavras e insiste que "é hora do diálogo e de transparência". Rafael Barbosa, presidente da Frente Democrata Social, numa mensagem dirigida a Nino Vieira, disse que a intolerância e o monopólio da verdade só servem para criar confusão e perda de tempo, e convidou-o a um "diálogo responsável" com a oposição.

A Frente Democrática, liderada por Aristides Menezes, que aguarda a sua legalização pelo Supremo Tribunal de Justiça, denunciou que quatro dos seus militantes, entre eles um jovem de 14 anos, foram presos e espancados por envergarem camisolas com a sigla do partido. Convidado a pronunciar-se sobre este caso, Helder Proença, da Direcção do PAIGC e membro da presidência da Assembleia Nacional, disse não ter conhecimento nem comentários a fazer.

Em relação ao anunciado gabinete especial, onde a oposição poderá "apresentar as suas queixas e preocupações", diferentes fontes partidárias contactadas não souberam adiantar pormenores. ■

Aly Sakalá, em Bissau

PÚBLICO

SÁBADO, 5 OUTUBRO 1991

PARTIDOS LEGALIZAM-SE NA GUINÉ-BISSAU - A Frente Democrática Social (FDS), presidida pelo "histórico" Rafael Barbosa, tenciona legalizar-se no fim deste mês, apesar de todos os obstáculos que até agora o regime da Guiné-Bissau continua a levantar às diversas forças da oposição — disseram ontem ao PÚBLICO fontes daquele partido, em Lisboa. A FDS, um dos diversos grupos que ao longo do último ano têm vindo a exigir liberdade de actuação, alega que o Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", ainda não foi consequente na sua anunciada abertura ao pluripartidarismo. E manifesta o desejo de coordenar a sua acção com a de outros grupos, designadamente os presididos por Aristides Menezes, Victor Saúde Maria e Domingos Fernandes Gomes.

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 2 OUTUBRO 1991

Liberdades na Guiné-Bissau

O PARLAMENTO guineense aprovou ontem em Bissau a lei da liberdade sindical, uma legislação que retira à actual Central Sindical o monopólio da organização dos trabalhadores da Guiné-Bissau. Na segunda-feira, os deputados já tinham aprovado o chamado pacote de leis sobre a informação, designadamente a lei de imprensa, o estatuto do jornalista, a lei de acesso dos partidos aos órgãos de comunicação social e a lei do Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS). ■

PÚBLICO DOMINGO, 6 OUTUBRO 1991

Guiné-Bissau aumenta taxa de reservas

O BANCO CENTRAL da Guiné-Bissau (BCGB) aumentou a taxa de reservas obrigatórias para os depósitos em moedas nacional e estrangeira. A decisão de aumento da nova taxa de encaixe legal, fixada em 25 por cento, visa evitar o agravamento da actual situação económica do país, provocado por um excesso de liquidez gerado pelo sistema bancário durante o primeiro semestre deste ano. As taxas de reservas obrigatórias anteriormente praticadas pelo BCGB eram de 15 por cento para os depósitos constituídos em moeda nacional e de 20 por cento para a moeda estrangeira. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6 DE OUTUBRO DE 1991

Guiné-Bissau aumenta reservas obrigatórias

O banco central da Guiné-Bissau (BCGB) aumentou, desde o início do mês, a taxa de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional e estrangeira.

A nova taxa de encaixe legal, fixada pelo banco central de Bissau em 25 por cento, visa evitar o agravamento da actual situação económica do país, provocado por um excesso de liquidez gerado pelo sistema bancário durante o primeiro semestre do ano.

'Já privatizámos mais de 120 empresas'

O processo de liberalização da economia moçambicana já começou. Investidores estrangeiros estão a chegar e a inflação caiu

José Manuel Vasconcelos

O Jornal — Qual a orientação estratégica da política monetária e cambial e como serão estas utilizadas para o desenvolvimento de Moçambique?

Adriano Maleiane - O Banco Central tem acompanhado todas as transformações por que tem passado o país, tanto as políticas como as económicas. Desde 1984, quando se criou o Plano de Acção Económica, a intenção era mudar gradualmente a forma de orientação económica do Estado. A partir daí, também a forma de actuação do Banco de Moçambique se foi alterando, agindo em torno das novas orientações. Com a aprovação da nova Constituição, em Novembro de 1990, a economia passou a estar fundamentada nas forças do mercado. O que significa que o Banco Central tem de se reestruturar no sentido de um apoio sempre activo à economia. Em primeiro lugar, tem de trabalhar numa política de estabilização, o que significa tentar conter a inflação.

P. — Moçambique conhece, apesar de tudo, taxas de inflação significativas!

R. — Nem por isso. É necessário que se diga que passámos de uma taxa de inflação de 163,3 por cento em 1987 - ano em que se iniciou o programa de reestruturação económica - para um valor em torno de 33 por cento. Este último valor, referente a Julho do corrente ano de 1991, não pode deixar de se considerar muito bom dadas as condições em que Moçambique actualmente vive. Portanto, a estratégia passa por continuar com as políticas de estabilização.

Privatizações

P. — Não estão previstas privatizações de empresas em Moçambique?

R. — Estão previstas sim, mas inseridas já nas políticas de reestruturação económica. Nessa conformidade, definiremos políticas que, não deixando de ser restritivas, não contribuam para o estrangulamento do empresariado nacional.

P. — A situação de guerra que se vive em Moçambique não condicionará o sucesso de qualquer plano de desenvolvimento?

R. — Não direi que sei gozado. O que admito é que crie maiores dificuldades. É que, por exemplo, a nossa economia é baseada na agricultura. Cerca de 50 por cento do nosso PIB tem origem na agricultura, que por sua vez absorve cerca de 85 por cento da nossa população. A situação de guerra tem criado problemas ao nível da produção. Mas o país é grande, e há zonas protegidas e onde a economia funciona. É evidente que se não houvesse uma situação de guerra, os resultados seriam melhores. Ao longo destes anos, temos tido um crescimento do PIB ligeiramente superior a 4 por cento. Temos, portanto, registado algum crescimento, mas a situação de guerra condiciona bastante este crescimento.

P. — Várias vezes ouvimos os responsáveis moçambicanos declarar que estão abertos ao investimento estrangeiro. Em face das alterações de orientação económica e política, e tomando como pano de fundo o cenário de guerra, qual tem sido o sucesso de tais campanhas de sensibilização dos investidores estrangeiros?

A. M. — O processo está a andar relativamente bem. Em termos de números os resultados não são ainda muito significativos. Em termos acumulados, o investimento directo estrangeiro andará neste momento pelos 300 milhões de dólares. Mas este valor ainda não é suficiente para um país tão carente como Moçambique.

Investimento estrangeiro

Continuamos a apostar muito no investimento directo estrangeiro. A nossa situação em termos de dívida externa é muito grande. O serviço da dívida, sem reestruturação significa qualquer coisa como cinco vezes as nossas exporta-

ções. Ou seja, se não fizermos a promoção do investimento directo estrangeiro e não fizermos o reescalonamento da dívida, qualquer processo de crescimento, com estes cenários seria no mínimo difícil. Mas os primeiros passos estão já dados e foram já privatizadas cerca de 120 empresas. As privatizações efectuadas, nalguns casos, foram-no através de "joint-ventures" com capitais estrangeiros. A maioria, no entanto, passou para capitais privados moçambicanos. Por tudo isto, podemos dizer que o processo está no bom caminho.

P. — Qual a nacionalidade dos principais investidores estrangeiros em Moçambique?

R. — Felizmente temos uma grande diversificação de investidores. Por outro lado, não temos por estratégia definir posições relativas entre eles, até para não desencorajar ninguém. Americanos, ingleses, portugueses, italianos, alemães, estão entre os primeiros. Mas quando temos oportunidade de falar com os nossos amigos portugueses dizemos-lhes que eles é que deviam ser os primeiros. Por razões óbvias. E com isso queremos é que façam muito mais. Mas temos realmente uma carteira muito diversificada de investidores estrangeiros.

P. — Quais os sectores de actividade de destino desses investimentos?

R. — Agricultura e Indústria. Na área do turismo, também começam a surgir interesses. Mas esta actividade deve ser complementada com outras, designadamente a agricultura. E também passa pela criação de infraestruturas. Nas indústrias, a mineira destaca-se das restantes.

Infra-estruturas

P. — Para criar as infra-estruturas de apoio ao turismo, o Governo moçambicano está a desenvolver algum plano específico?

R. — Está sim. Está em curso um programam apoiado pelo Banco Mundial, que prevê a reabilitação de algumas das principais estradas. A nível interno, o próprio Governo desenvolve esforços no sentido de recuperar alguns dos itinerários turísticos. Portanto, não se trata de meras manifestação de intenção. Há um esforço efectivo no senti-

do de recuperar algumas infra-estruturas que permitam o desenvolvimento do turismo. Até porque é um dos sectores de maiores potencialidades na captação de divisas. Basta reter que no passado chegámos a obter receitas da ordem dos 150 milhões de dólares. Potencialidades existem. É só as pessoas acreditarem. Mas reconheço que tudo está condicionado pelo processo de guerra em que vivemos.

P. — O apoio de organizações internacionais e de países terceiros a Moçambique tem sido suficiente?

R. — Para os projectos que temos e para o nosso nível de desenvolvimento, o apoio é bom mas insuficiente. Mas reconhecemos também que apoio externo não pode resolver todos os problemas. Diria que, até agora, no que consideramos o valor mínimo, temos conseguido o apoio de doadores e financiadores externos. Para áreas como a educação, saúde, deveríamos ter muito mais apoio. Para o país crescer precisamos de ter quadros capazes e é preciso não só conseguir as escolas, mas também ter capacidade para as por a funcionar. Sempre que falamos com os nossos parceiros comerciais, os doadores e os financiadores, levantamos esse problema.

P. — Está optimista com o início das conversações de paz?

R. — Estou. O Mundo está a mudar. As pessoas já não olham a guerra como um meio de fazer qualquer coisa. Estão mais viradas para a cooperação em lugar da confrontação. E estou convencido que vai ser possível. Entre moçambicanos tem de haver entendimento. Para a nossa sobrevivência, a paz é necessária. Vão nesse sentido os esforços desenvolvidos pelo nosso Governo. Quanto mais cedo a paz chegar, melhor!

Insegurança em Maputo

O massacre dos Ninjas

Eles transformam as noites de Maputo num inferno. Cansada de tanta insegurança, a população reage com violência. E já só a polícia lhes vale...

Bem cima» deixou de ser exclusivamente *slogan* da gasoleneira estampado nas ruas de Maputo, para se transformar em grito de guerra contra os ninjas, semidonos da noite nos bairros suburbanos, com descidas frequentes à zona do cimento. Aliás toda a cidade é subúrbio, já o disse e escreveu o Zé Craveirinha, poeta nascido na Mafalala, agora laureado com o Prémio Camões.

A terminologia foi arrancada aos filmes orientais, aqueles homens ginasticados, capazes de atacar, ferir e fugir sem serem atacados, nem feridos. Vai entrar nos dicionários de português como sinónimo de ladrão, bandido, salteador, terrorista e assassino, nas tintas para a polícia, que conseguem ludibriar e ser-lhes mais fortes.

O povo é que, confrontado com a ineficácia da polícia, não se esteve pelos ajustes. Não se sabe como, nem se sabe de que central partiu a ordem, começaram a ser queimados sem atender ao tamanho do desmando. Basta o grito de «agarrar que é ninja», ou então, mais recentemente, «BP em cima».

«BP em cima» é *slogan* publicitário da conhecida gasoleneira para se implantar no mercado local. Aparece em largas faixas na rua, nos jornais e na televisão, mas, agora, é também grito contra o ninja.

É voz corrente que entrou em acção uma nova telenovela intitulada «Ninjas no Maputo», patrocinada pela BP, Mabor General e Fosforeira de Moçambique, que é como quem diz, apanha-se o ninja, juntam-se pneus em torno, regam-se com gasolina, chega-se-lhe um fósforo e era uma vez um bandido.

Recolher obrigatório

Não se trata, porém, de um fenómeno que tenha levado ao recolher obrigatório. Gente chegada de Portugal afiança que leu em semanário de reputação firmada a entrada em vigor no Maputo do recolher obrigatório, recolher que nunca vigorou, nem sequer vigora na capital de Moçambique. Só que as façanhas do ninja, a correrem de boca em boca, empoladas aqui e ali, criaram um clima de receio e, sobretudo, nos subúrbios, o medo de sair à noite. Que já se saía muito pouco, não há transportes nocturnos, os espectáculos escasseiam, os divertimentos nocturnos são caros, o dinheiro é mais que pouco, e começa a trabalhar-se, cedo, pela manhã.

Parece, no entanto, que o levantamento popular organizado pelo sentimento de defesa contra uma ameaça difusa contribuiu para diminuir a criminalidade e levou marginais a

optarem pela transferência de cidade.

«Nada, não diminui. O ninja espera pelo fim do mês, quando as pessoas recebem, para voltar a atacar», diz um frequentador da noite, tu-cá-tu-lá com a marginalidade.

Quem lhes vale é a polícia

Por ironia das coisas, quem lhes vale é a polícia, sempre que conseguem chegar a uma esquadra. Há dias, os agentes deslocaram-se ao bairro Polana-Caniço, para confrontar a população com quatro malfeitores que negavam actuar naquela zona. Uma operação de reconhecimento que se revelou fatal. A população em fúria arrancou-lhos das mãos, matou-os e queimou-os.

No dia 9, pela manhã, jardinava eu, tranquilamente, quando da casa contígua ouço o grito de «bandido, bandido», enquanto três jovens, saco na mão, corriam pelo Jardim dos Continuadores, para se escapulirem pelas ruas da cidade. Os perseguidos tomam a direcção do Hospital Central, a cerca de 500 metros. São apanhados e intervém a polícia do posto mais próximo, quando os populares já traziam pneus e gasolina. O método é o que é, presta-se aos maiores abusos, não ouve o suposto criminoso, não lhe reconhece direito de defesa, método que faz corar de vergonha e indignação qualquer código de direitos elaborado na mais rocôndita das cavernas. Acontece, porém, que o método é aprovado pela voz do povo e até os pensantes, livros na mão, lá bem no fundo, condenantes em nome das regras e do bom senso, conseguem verberar a conduta popular.

Fuga para outras províncias

A prática estendeu-se, agora, a outras províncias: atingiu Gaza, no Sul do país, capital Xai-Xai, onde pelo menos cinco indivíduos foram mortos, no passado mês de Agosto.

Fontes com autoridade afirmam que o recrudescimento da criminalidade na província se deve a uma possível invasão por quadrilhas de ladrões armados que fogem à fúria popular na cidade do Maputo. O «Jornal Notícias», que se publica no Maputo, diz que os linchamentos na capital já fizeram 35 mortos. Imagine o leitor se se aplicasse este método aos ratoneiros do Metro de Lisboa, quantos 35 já não teriam entregue a alma ao Criador... sem necessidade de recolher obrigatório...

O «Diário de Moçambique», com sede na cidade da Beira, escreve que «outra acção

da justiça popular, em Gaza, contra os ladrões de galinhas, patos e coelhos, é de injectar produtos nocivos nos olhos dos gatinhos, o que lhes provoca a cegueira». Leite condensado aplica-se, em Maputo, nos ouvidos.

As causas do fenómeno

Indagar das causas do fenómeno, em si mesmo, é um trabalho complexo, embora algumas delas sejam demasiado aparentes, mesmo gritantes, para serem silenciadas.

Maputo e o geral das cidades moçambicanas eram, até certo ponto, oásis, no vasto universo da criminalidade por esse mundo fora. Só que o desemprego campeia avassalador.

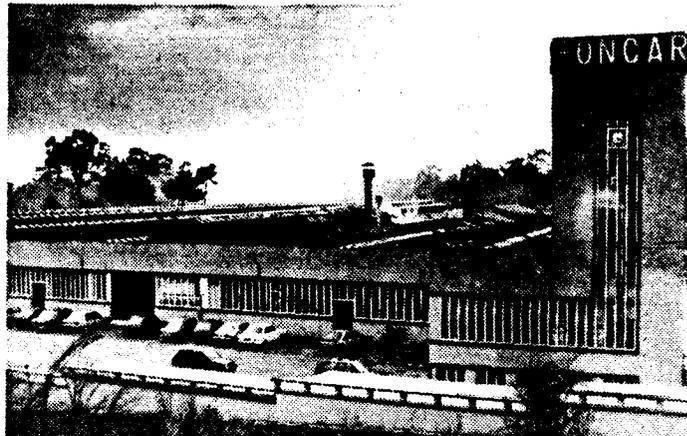
Há pouco chegaram muito para cima de 10 mil trabalhadores da RDA, consequência directa da reunificação, a maior parte deles ficaram-se pela capital, sem trabalho, nem meios de subsistência. Por outro lado, o próprio emprego, acaba por ser, na generalidade dos casos, um subemprego, já que o salário não chega, nem de perto nem de longe, para a vida quotidiana, sendo necessário inventar ou recriar esquemas. A própria polícia não escapa à regra: o polícia de giro não chega a ganhar 50 mil meticais — o preço de um par de sapatos.

Nem sempre recebe a tempo e horas. Já teve quatro meses de atraso e quanto aos retroactivos, resultantes de uma certa actualização dos vencimentos, há mais de seis meses que os não vê. Por isso, a corporação navega em clima propício ao suborno, ao não te rales, pouco apto a fomentar actos de valentia e risco.

Os salários da polícia reflectem, aliás, o panorama social do país. Não são excepção.

Augusto de Carvalho □ Maputo

Foncar investe em Moçambique



A reestruturação da Foncar passa por uma redução faseada das suas produções de série, que serão canalizadas para a Texlon

A SOCIEDADE têxtil Foncar iniciou um processo de reestruturação, cujo modelo foi encomendado à Sefis (grupo Espírito Santo) e à Roland Berger, que passa por uma redução faseada mas substancial das suas produções de série — a serem canalizadas para a empresa moçambicana Texlon. A empresa nortenha caberá o fabrico e o acabamento de produtos de alto valor acrescentado, que terão como mercado-alvo os países comunitários.

O processo, que se alarga também à Veldec (participada pelo grupo Amorim e Foncar), resultou da aquisição recente, por parte da Foncar, de uma fatia de 10 por

cento do capital da Texlon aos seus dois sócios portugueses — Manuel José Homem de Mello e André Gonçalves Pereira, que manterão posições de 20 por cento no capital da empresa. Os restantes accionistas são bancos moçambicanos, que controlam a maioria da Texlon.

Em declarações ao EXPRESSO, o presidente da Foncar disse que os responsáveis da empresa moçambicana assinaram já um protocolo em que é aprovado um plano de acção, desenvolvido pela Esfis, Soserfin e Roland Berger, que tem em vista o desenvolvimento das capacidades daquela que é considerada a unidade industrial

mais moderna de Moçambique.

«Vamos utilizar neste país máquinas que já não interessam ao industrial português que procura a qualidade mas que, para o nível da mão-de-obra existente em Moçambique, representam uma tecnologia perfeitamente adequada», explicou Carlos Pinto Leite.

Duas fábricas e uma plantação

Complementarmente a este processo, a Cimpoфин (empresa controlada pela Foncar e pela Soserfin) possui já um protocolo assinado com o Governo moçambicano tendo

em vista a construção de duas fábricas de descaroçamento de algodão, cuja matéria-prima será fornecida por uma plantação de 40 mil hectares, situada próximo de Nampula, de que a empresa portuguesa é já concessionária.

A Texlon encerra este ciclo, fabricando e acabando, entre outros produtos, telas de algodão que serão depois comercializadas através de Portugal. Os estudos no terreno estão a cargo de João Goulão, na sua qualidade de técnico da OCDE, a quem se deverão juntar, no final do mês, responsáveis da Foncar e Veldec.

António Eça de Queiroz

PÚBLICO

SÁBADO, 5 OUTUBRO 1991

Reatadas negociações sobre Moçambique

Santo Egídio à espera da paz

O DEPUTADO Mário Raffaeli, representante do Governo italiano nas negociações sobre a paz em Moçambique, declarou ao PÚBLICO que estas vão ser reatadas num dos próximos dias.

Os trabalhos poderão mesmo recomeçar durante este fim de semana — ou, o mais tardar, na segunda-feira — com uma sessão em Vila Madama, prosseguindo depois na Comunidade católica de Santo Egídio. Mas logo serão interrompidos, para o “meeting pela paz” que se efectua em Malta de 8 a 10 deste mês e de que aquela comunidade é um dos patrocinadores.

“Retomaremos as discussões sobre os assuntos que foram objecto de debates no último encontro. Isto é, sobre os três documentos entregues por nós às duas partes, para serem analisados separadamente. Ou seja, o preâmbulo político, o documento sobre a lei dos partidos e o referente à lei eleitoral” — disse Raffaeli, que tem estado a presidir às conversações entre o Governo moçambicano e a Renamo.

“Depois de um início muito positivo, que em Dezembro levou rapidamente ao acordo de um cessar-fogo parcial entre as duas partes, houve uma diminuição no ritmo das negociações, devido ao facto de que se estava a entrar na questão decisiva. Isto é, a questão política. E creio que se conseguirmos nesta fase um acordo sobre a política entramos na parte conclusiva das negociações” — prosseguiu o deputado, segundo o qual da parte do Governo se pensa colocar o cessar-fogo como um elemento prioritário, enquanto a Renamo afirma que o cessar-fogo deve ser o momento final.

A última concessão

“A Renamo, sendo um movimento de guerrilha, defende que o cessar-fogo seja a última concessão. Na agenda de negociações conseguiu-se chegar a um meio termo, porque uma

vez concluídos os pontos políticos se discutirá sobre o Exército único e sobre as garantias, acontecendo então o cessar-fogo” — explicou Raffaeli, que prosseguiu:

“Concluído o acordo sobre a parte política, os problemas serão apenas de natureza técnica: como fazer o cessar-fogo, como fazer o Exército único e que garantias internacionais obter”.

Ao longo da entrevista dada ao PÚBLICO, o representante do Governo italiano neste processo considerou que, se for possível ultrapassar o problema político, provavelmente a maior barreira será o mecanismo de garantias. E negou estar prevista a intervenção de novos medianeiros, para além da Itália e da Comunidade de Santo Egídio.

“Na fase seguinte, a do cessar-fogo e da integração do Exército, (é que) será necessária a ajuda internacional, para a formação de uma Comissão de Verificação do respeito pelo acordo de paz. Este será um trabalho muito importante” — continuou o deputado, segundo o qual:

“Não se pode compreender como uma região que se move positivamente rumo à paz tenha um pedaço de terra onde continue a correr sangue. O problema é o de criar uma maior confiança entre as partes... É muito importante que a comunidade internacional ajude ao entendimento”.

Para Raffaeli será “um passo decisivo” se por todo o mês de Outubro for possível assinar os três documentos que estão em agenda, a começar pelo preâmbulo político que estabelece as relações entre as duas partes e o quadro institucional desejável para Moçambique.

Até agora, — recordou — todas as posições tomadas pelos medianeiros foram comunicadas à Comunidade Europeia, aos Estados Unidos e aos países africanos, merecendo o consenso de todos. ■

Silvonei José, em Roma

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 1 OUTUBRO 1991

COHEN QUER VER DLAKHAMA

— O sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, espera encontrar-se “nas próximas semanas” com o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, para o “encorajar” a prosseguir com o processo de paz. Cohen falava durante uma conferência de imprensa, no final de um encontro com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, no qual foram abordadas questões sobre a África Austral, nomeadamente sobre os processos de paz de Angola e de Moçambique e a situação no Zaire. O sub-secretário americano afirmou que não pretende discutir com o dirigente da guerrilha moçambicana a “composição das negociações” de paz mas sim persuadi-lo de que “negociações sérias são do interesse da Renamo, bem como de todas as forças” em Moçambique. Para Herman Cohen, o processo de paz para Moçambique, cuja oitava ronda se deve iniciar na próxima semana, em Roma, encontra-se no ponto em que esteve o de Angola, em Março de 1989, altura da batalha de Mavinga, cabendo à mediação italiana encontrar a fórmula que permita avançar.

Amanhã em Roma

Renamo e Maputo retomam diálogo

AS NEGOCIAÇÕES entre o Governo moçambicano e a Renamo serão retomadas amanhã na capital italiana, anunciou ontem o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Roma.

Num comunicado, o Ministério italiano sublinhou que esta nova ronda negociada — a oitava desde a abertura das negociações, há cerca de um ano — foi possível graças a contactos recentemente estabelecidos por uma missão de mediadores, que se deslocou a Moçambique e a outros países da África Austral.

Os mediadores são o Governo italiano, a Comunidade Católica de Santo Egídio e o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves.

As duas delegações examinarão os textos propostos pelos mediadores, em Agosto passado, que estabelecem as garantias recíprocas, a lei sobre os partidos políticos e a nova lei eleitoral.

Entretanto, o vice-ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Helmut Schaefer, chegou a Maputo para uma visita oficial de dois dias, durante a qual analisará as relações económicas entre os dois Estados.

«Já tive oportunidade de me encontrar, na semana passada, com o Presidente Joaquim Chissano, em Bona, e estou ansioso por reencontrá-lo aqui», afirmou o ministro alemão, à chegada.

Helmut Schaefer, que foi recebido no aeroporto de Maputo pelo seu homólogo moçambicano, Manuel dos Santos, reafirmou o interesse da Alemanha em obter informações detalhadas sobre a actual situação e potencialidades económicas de Moçambique.

A cooperação económica entre os dois países «deverá ser ampliada logo que Moçambique alcance a paz», afirmou Schaefer, admitindo que o actual relacionamento económico bilateral está a ser condicionado pela situação de guerra naquele país.

Durante a sua visita de 48 horas, o ministro alemão vai encontrar-se com o primeiro-ministro moçambicano, Mário Machungo, e com o vice-ministro da Cooperação, Manuel dos Santos. Helmut Schaefer visitará ainda o porto de Maputo, cujas infra-estruturas e abastecimento eléctrico estão a ser reabilitados com o apoio da Alemanha.

Lusa em Moçambique

O SERVIÇO de videotex da agência Lusa acaba de estender a sua área de acção a Moçambique, depois de ter assinado um acordo com a Teledata, a empresa de telecomunicações daquele país africano, e a Marconi-SVA.

O contrato, celebrado em Lisboa, tem como objectivo oferecer o videotexto a utilizadores moçambicanos e estrangeiros sediados naquele país, utilizando para isso o satélite Intelsat V, que liga a Europa à África.

Para Carlos Mendes Martins, da Lusa, é possível alargar tal acordo, a curto prazo, a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e, mais tarde, a Angola.

Entretanto, aquela agência noticiosa vai dar no seu videotexto um espaço privilegiado ao comércio externo, com base num acordo celebrado com o ICEP. A intenção é incluir na sua base de dados informações sobre oportunidades de negócios, concursos e projectos internacionais.



Campeonato moçambicano tem quatro finalistas

PUBLICO

TERÇA-FEIRA, 1 OUTUBRO 1991

CHINGALE DE TETE, Costa do Sol e Ferroviário, ambos do Maputo, e Clube de Gaza formam o quarteto de equipas que vão disputar a fase final do campeonato moçambicano de futebol de 1991. A fase preliminar foi disputada por 15 de formações, na sequência da desistência da Associação Desportiva de Pemba, devido a problemas financeiros. Entretanto, no campeonato de Angola, o 1º de Agosto consolidou a sua posição de comandante ao bater, no domingo, em casa, do Benfica de Cabinda por 2-0, em jogo da 22ª jornada. O líder beneficiou da derrota do Sagrada Esperança, segundo classificado, no recinto do 1º de Maio, por 2-0. O 1º de Agosto tem agora uma vantagem de três pontos sobre a Sagrada Esperança e de quatro sobre o Petro de Luanda, terceiro classificado.

África do Sul

Os golos de Mandela

A dois anos das eleições, a campanha já começou

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

MUITO embora as planeadas eleições que, pela primeira vez na história da África do Sul, vão ser participadas pelos cidadãos de todas as raças, estejam previstas apenas para dentro de dois anos — a menos que, como aliás se admite, possam ser antecipadas —, a verdade é que a campanha eleitoral do Congresso Nacional Africano teve já início.

Revelando grande habilidade, o líder histórico do ANC, Nelson Mandela, procedeu, de facto, ao arranque da campanha eleitoral do seu movimento elegendo uma área bem sensível e complexa. Através dessa escolha, o dirigente que poucas batalhas perdeu na guerra que trava desde que foi libertado, em 2 de Fevereiro de 1990, depois de 27 anos de

cativo, penetrou no mundo dos brancos e foi apalpar o terreno em zonas necessariamente melindrosas.

O presidente do ANC, no espaço de pouco mais de uma semana, conseguiu fazer sair mais prestigiada a sua figura de negro carismático e líder incontestável, entre os «boers», indivíduos que, como é sabido, de um modo geral odeiam, vendo nele um inimigo a abater.

Mandela está consciente da premente necessidade de manter os milhares de brancos que militam no ANC e, principalmente, aumentar esse contingente, tendo em vista dois objectivos que devem ser atingidos num futuro que se apresenta a breve prazo.

Poucos dias depois de ter dado o seu apoio à participação da África do Sul nos próximos campeonatos mundiais de críquete, agendados para Fevereiro de 1992, na Austrália e Nova Zelândia, Nelson Mandela foi mais longe, e, lesto, deslocou-se à Cidade do Cabo onde se avistou com o grande «patrão» do rãguebi sul-africano, Danie Craven,

um «boer» da velha guarda que, nos últimos anos, tem vindo a negociar, sem qualquer sucesso, a reentrada desta modalidade desportiva na arena mundial.

Não é novidade para ninguém: as dobradiças das portas do mundo do desporto estão, para a África do Sul, totalmente enferrujadas, em consequência de um isolamento total. Movimentos anti-«apartheid», outrora muito activos fora do país e, nos nossos dias, em plena África do Sul, evitavam a possibilidade de quaisquer contactos com o exterior.

Críquete e rãguebi são, para o sul-africano branco, qualquer coisa como o futebol para o latino. Longe vão os tempos em que a África do Sul assistia, ao vivo, a um prélio internacional de qualquer destas modalidades. Actualmente, os seus atletas estão impedidos de participar em competições além-fronteiras.

O ANC sabe quão sensível se apresenta esta matéria do desporto e, ao chamar a si a iniciativa de reabrir o ferrolho que possibilite ao «afrikaner»

reentrar em ambientes que há muito lhe estavam vedados, capacitou-se a amealhar importantes votos e a captar simpatias em áreas consideradas impenetráveis.

Como tem sucedido noutras situações, também neste campo o Congresso Nacional Africano se antecipa ao seu rival Inkatha. A liderança da iniciativa concretizou-se, também, na forte oposição do movimento de Mandela e seus aliados ao novo imposto que o governo acaba de aplicar o que, de acordo com Nelson Mandela e Cyril Ramaphosa, poderá afectar as relações entre o ANC e o Executivo liderado por Frederik de Klerk.

Com a oposição ao agravamento de um imposto de consumo de bens essenciais que atinge gravemente as bolsas de todos os sul-africanos — brancos e negros, embora necessariamente mais estes — Nelson Mandela deu, realmente, mais um importante passo para se evidenciar numa campanha eleitoral que tem, evidentemente, por objectivo levá-lo ao Union Buildings, onde se encontra concentrado o poder.

Imposto do «apartheid»

PÚBLICO
1 OUTUBRO 1991

MILHARES DE NEGROS manifestaram-se ontem nas principais cidades da África do Sul — Pretória, Joanesburgo e Cidade do Cabo —, no início de uma campanha de desobediência civil, contra um novo imposto que qualificaram de racista. Organizações sindicais queixaram-se que o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), introduzido pelo Governo de Frederick de Klerk, destina-se a incentivar os negócios dos brancos, sobre-carregando milhões de negros. ■

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA 4 DE OUTUBRO DE 1991

África ganha Nobel da Literatura

África do Sul: boicote cultural

PÚBLICO
4 OUTUBRO 1991

A BAILARINA russa Alla Mikalchenko dançará «Giselle», entre 12 e 14 de Outubro, na África do Sul, anunciou quarta-feira a companhia PACT, apoiada financeiramente pelo Estado sul-africano e que promove a realização do bailado. Alla Mikalchenko será a primeira estrela do Bolchoi a dançar na África do Sul. O porta-voz do departamento cultural do Congresso Nacional Africano (ANC), Oupa Ramachela, afirmou entretanto que, caso nenhum dos «movimentos de libertação» tenha sido consultado, a actualização pode ser uma brecha no sistema de boicote cultural à África do Sul. ■

«AMADURECI tarde, como propósitos radicais).

O mundo sul-africano, com a sua fractura e uma injusta repartição dos direitos e liberdades segundo o odioso critério da cor de pele, exerceu em Yeats e rio da cor de pele, exerceu em Rilke do que em política. Só Gordimer uma influência bequeria escrever o melhor que néfica, no sentido em que deu ao seu universo ficcional uma terminação de quem a profere, dimensão trágica bem servida que se tornou, com a atribuição pela sofisticação de um estilo do Prémio Nobel da Literatura, que vai buscar aos referentes europeus (e daí o interesse precoce nos poetas irlandês e alemão) a matriz. Os heróis e heroínas de Gordimer sofrem o sentimento de perda que costumam aliar-se ao conhecimento xou que a passagem do tempo do cinismo e à experiência do lhe corrigisse a rota. Pode sofrimento que resulta da mesma dizer-se que toda a te do amor, na melhor tradição escrita da autora é condicional-romântica. Amores inter-raciais povoam esta ficção, que não se pode classificar de «feminicapaçidade de a literatura na» ou preocupada com o feminino.

Gordimer historiou o seu país em romances e histórias, com o qual dos quais o «opus magnum» será *Um Capricho da Natureza*, traduzido pela Dom Quixote. Gente de July (Teorema), *Um Mundo de Estranhos* (Difel) e *Numa Segunda-Feira de Certeza* (Edições 70) foram também publicados entre nós. Se este Nobel é, ainda, um Nobel «geográfico» e politizado, ele é, também, merecido. No tempo em que os governantes da África do Sul baniram três dos seus livros, já era um «Nobel na manga»... C.F.A.

A ressurreição africana

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 4 OUTUBRO 1991

Torcato Sepúlveda

A escritora sul-africana branca Nadine Gordimer, nascida em 1923 em Springs, pequena cidade mineira próxima de Joanesburgo, ganhou ontem o Prémio Nobel da Literatura. É filha de emigrantes judeus: de origem inglesa, a mãe, e lituana, o pai. Refugiou-se desde cedo na literatura, porque uma banal deficiência cardíaca fez dela a filha superprotegida por uma mãe possessiva e infeliz no casamento. “Quando as outras crianças iam para um acampamento de Verão — conta numa entrevista à *“Paris Review”*, dada em 1979/1980 — eu não podia ir porque ‘tinha o coração fraco’. Se as outras crianças iam numa excursão, eu não podia ir, tinha que ficar com a mamã. Uma criança assim torna-se corrupta, uma espécie de palhaço, um divertimento para os adultos.” Corrupção que descobriria mais tarde ter-se generalizado à sociedade sul-africana.

Esta jovem — que queria dançarina e jornalista, ocupações hiperactivas — vê-se relegada para uma vida sonolenta. Refugia-se nos livros, porque a escola também não lhe agrada e dela anda sempre a fugir. “Lembro-me de ter passado uma manhã inteira a caçar borboletas brancas”, conta num ensaio de 1963, antologado em *“Le Geste Essentiel”*, da editora francesa Plon. A infância e a adolescência de Gordimer têm um perfume especial, que lembra o dos romances americanos sulistas. Não será por acaso que declara — na entrevista já citada — as influências recebidas dos escritores do Sul dos EUA: Faulkner,

Eudora Welty, Katherine Anne Porter. Não só pelos sinais comuns de uma civilização especial, a da segregação racial — quando visitou Welty, havia um negro a aparar a relva do jardim —, mas pelo tempo parado de uma sociedade opressiva.

São, aliás, as relações entre brancos e negros o fulcro da obra desta sul-africana de língua inglesa. Não de uma forma militante próxima do realismo socialista, mas com a seriedade de quem procura a “verdade”, que é sempre a verdade do escritor: “Posso apreciar uma obra literária tremendamente subjectiva e apolítica. Quando se é escritor pode fazer-se passar todo o mistério da morte pela morte de um canário.” A vida na África do Sul é tão pesada que é o escritor não pode alhear-se dela. A obsessão em que a realidade política e social se tornou para os escritores sul-africanos é comprovada pelo “engagement” que um poeta e pintor tão surrealista como o boer Breyten Breytenbach não conseguiu recusar. O que não impede Nadine Gordimer de avisar contra o perigo da excessiva colagem da política à literatura. Sobretudo os escritores negros são muito pressionados pelos camaradas de luta. “Porque logo que se desviam de uma ou duas linhas de acção claramente definidas, passam a ser vistos como traidores.”

A África de Gordimer não é uma África de bilhete postal, turística e folclórica. É uma África dividida, como em *“Occasion for Loving”* (1963), longa e cansada peregrinação de um casal misto. Ou como em *“A Gente de July”* (1981, ed. port. Teorema e Círculo de Leitores), em que um casal branco se confronta com um antigo criado negro. Ou em *“The Conservationist”* (1974), em que um cínico homem de negócios, paternalista para com os negros, não escapa a um fim sórdido. Ou em *“Burger’s*

Daughter” (1979), em que a filha de um dirigente comunista branco se interroga sobre o sentido da luta do pai num país em que os negros são majoritários. Esta temática do branco desenraizado já estava, aliás, em *“The Late Bourgeois World”* (1966), reflexão sobre a dificuldade de se ser branco e liberal na África do Sul. “Eu própria sinto-me dividida entre o desejo de estar noutra sítio, de viver num sítio em que a minha pele branca não tenha incidência alguma no lugar que me é reservado na sociedade, e um desejo violento, obstinado, afilto, de ficar” — escrevia em *“Quel Place pour les Blancs?”* (1959). “O primeiro vem-me do coração; o outro das tripas.” Fica assim justificado o inevitável “engagement” de Nadine Gordimer, como o de tantos outros escritores sul-africanos de origem inglesa como ela; boeres, como Breytenbach e André Brink; ou não-brancos como Peter Abrahams, Ezequiel Maphalele ou Alex La Guma. Gordimer filiou-se no Congresso Nacional Africano em 1990. Natural num país em que — declarava em entrevista ao *“London Magazine”*, em 1965 — “a sociedade é o sistema político.”

Começará agora a dizer-se que Gordimer recebeu o prémio por ser sul-africana anti-apartheid e mulher. Insistirão no facto de ela ser conhecida como a Katherine Mansfield sul-africana. Sobre a militância política estamos conversados. Sobre o facto de ser mulher, estranho feminismo o seu, quando afirma que nunca sofreu por ser mulher, pois nunca se interessaria por um homem que considerasse a mulher inferior. Quanto à criação literária, é taxativa: “(...) em literatura, o sexo não importa.” A criação é andrógina: “Veja o soliloquio de Molly Bloom. Para mim, é a prova definitiva da capacidade de cada um dos sexos compreender e traduzir os mecanismos íntimos do outro. Nenhuma mulher foi tão bem ‘escrita’ por uma escritora. Como é que Joyce sabia?”

Há páginas na obra da atea Nadine Gordimer em que se poderia pensar que é uma mística. Não nega, aliás, a influência recebida da francesa Simone Weil. Mas seria uma opinião ligeira. Em *“The Conservationist”* o te-

ma da morte é obsessivo, com uma morte ritual de um bode e a ressurreição de uma pessoa; no conto *“Seis Palmos de Terra”* — incluído na antologia editada em Portugal pelas Edições 70, *“Numa Segunda-Feira de Certeza”* —, um enterro de um jovem negro não se realiza porque as autoridades sanitárias perdem o corpo. Porquê a recorrência da morte? Porque a África tem de morrer para ressuscitar. E a escritora evoca o “slogan” do ANC, *“África, Volta”*. Gordimer é religiosa no sentido etimológico da palavra: o que liga o homem ao mundo e ao universo.

A participação de Gordimer na alma clandestina de África descobre-se por outros enviados caminhos: na preocupação do nome, como se os africanos estivessem privados de identidade. *“Um Capricho da Natureza”* (1987, ed. port. Dom Quixote e Círculo de Leitores) começa: *“Algures, durante o dia, a rapariga deixou cair um dos novos nomes e apareceu sob o seu outro nome.”* E mais adiante: *“O homem para quem ele era um outro, então, tinha, é claro, que ser o seu pai; mas foi ao pai que a rapariga passou a chamar ‘Len’ como poderia ter feito alguém para quem o outro homem fosse ele.”* O conto *“Proveniente de África”* principia assim: *“Como agora está na prisão, não vou mencionar o nome dele. Não seria muito conveniente, percebem?”* Não percebemos. Sabemos é que *“as fantasias reais da selva iludem de maneira mais inventiva do que as florestas românticas de Grimm e Disney.”* (*“A Gente de July”*)

Para além das obras já citadas de Gordimer, há ainda traduzido em português o romance *“Um Mundo de Estranhos”* (1958, Difel). ■

Nadine Gordimer: o Nobel do ANC

SEMANARIO 4 OUT 91

Já se esperava, mas a certeza chegou na quinta-feira de manhã. Nadine Gordimer ganhou o Prémio Nobel de Literatura. Falava-se no irlandês Seamus Heaney, no japonês Kenzaburo Oe, no sul-africano J. M. Coetzee, no norte-americano John Ashbury, no estoniano Jaan Kross e no belga Hugo Claus, mas era só para despistar. No fundo era notório — só faltava ser público — que o Nobel iria para Gordimer, escritora sul-africana numa época em que a África do Sul enfrenta o olhar atento do mundo.

O Nobel, Gordimer foi a primeira mulher a ganhá-lo desde que Nelly Sachs conseguiu o mesmo em 1966. Mal soube da notícia, afirmou-se «surpreendida e vivamente emocionada». Mais afirmou que deseja «partilhar a honra que lhe foi prestada com outros escritores sul-africanos que se empenharam na luta contra o 'apartheid'». Se o Prémio Nobel de Literatura tem por tradição um forte pendor político, poucas vezes o teve como

este ano. Não só porque premiou a primeira mulher em 25 anos, mas acima de tudo porque conferiu legitimidade institucional a uma escritora cujo activismo «anti-apartheid» se foi tornando conspícuo com o correr dos anos.

Um Nobel do ANC

Em 1990, Gordimer entrou mesmo para o Congresso Nacional Africano (ANC). Conhecida a decisão da escritora, logo se começou a sussurar que não tardaria o Nobel, até porque nunca a situação na África do Sul foi tão comentada nem evoluiu tão velozmente em tão pouco tempo. Se a África do Sul estava em acelerado processo de transformação, natural seria que a Academia sueca fizesse o que sempre fez: abençoar por intermédio de uma figura importante aquilo que entende ser um desanuiamento político. A ver vamos se o anúncio do prémio terá alguma consequência pública excepto as mútuas felicitações entre a escritora e os partidários do seu movimen-

to. A ver vamos se a agitação social não aquecerá. Espera-se de Gordimer, por isso, a mesma moderação de que foi capaz o bispo Desmond Tutu, quando recebeu o Nobel da Paz.

À partida, porém, o prémio pode satisfazer tanto o presidente de Klerk como Nelson Mandela, líder do ANC. Satisfaz de Klerk porque consagra com estrondo culturalista a sua política de progressivo desmantelamento do «apartheid». A base da satisfação de Mandela é óbvia, como óbvias são as personalidades que não devem ter gostado nada da notícia. Por um lado, os ultraconservadores brancos que vêm atacando e acusando de moderação e fraqueza de Klerk desde que se iniciou a implosão do «apartheid». Por outro, os ultraconservadores negros do partido zulu Inkhata, que acabam por ser assim celeremente ultrapassados na auto-estrada política e cultural planetária. Digamos, com uma imagem fácil, que o Nobel teve uma cor que não é negra nem branca mas a tender para o cinzento, para o lusco-fusco afirmativo e prudente

em vez de para o monocromatismo contrastado e destruidor.

A política e o resto

É claro que Gordimer não leva para casa o Nobel e os 150 mil contos que o acompanham apenas por ser a mais conhecida escritora progressista sul-africana. Afinal, além de conhecida, Gordimer é uma excelente escritora cuja proeminência política não lhe anula o vigor criativo. Já nos anos 50 — Gordimer nasceu em 1923 — ela passava por ser uma espécie de nova Katherine Mansfield, não só pelo seu perfil de novelista (mais do que romancista) como também pela sua impaciência perante o telão social que a cercava e perante a sua própria «condição feminina». Foi muito cedo que Gordimer começou a protestar em letra de imprensa e forma novelística contra a minoria branca que tem regido a África do Sul. Nunca foi por isso de admirar que a clara maioria dos seus livros tenha sido proibida por essa mesma minoria.

Prémios, porém, jamais falta-

ram a Gordimer, e nem todos brotaram da simpatia «anti-apartheid», embora brotassem sempre de organizações cujo prestígio é bem pensante. Em 1974, por exemplo, Gordimer conseguiu o Booker Prize. O corpo da obra de Gordimer é vasto o suficiente, mas o seu espírito permanece imutável. Como disse o porta-voz da Academia sueca para justificar o Nobel, Gordimer «tem desenvolvido, desde os anos 70, uma técnica complexa nas suas novelas, produzindo três obras-primas, 'The conservationist', de 1974, 'Burger's daughter', 1979 e 'July's people', 1981». Naturalmente, também os contos e as novelas de Gordimer, compilados em sete colecções, por exemplo, «Selected stories», de 1975, foram motivo para o prémio. A Academia classificou-os de «compactos e densos, extremamente eficazes, mostram Gordimer no auge dos seus poderes criativos».

No auge do seu poder criativo está também o sueco que escreveu tal discurso — mais: «As experiências especificamente femininas de Gordimer, a sua compaixão, o seu estilo literário marcante...»; é difícil ser-se mais banal quando se fala de algo excepcional —, mas isso é outra história, que nada tem a ver com as curtas histórias de Gordimer.

Publicada aos 15 anos

Quanto à história da vida pessoal de Gordimer, temos que ela nasceu a 20 de Novembro de 1923, filha de um ourives lituano e de mãe inglesa, num imbróglio de ascendência que costuma ser literariamente profícuo. Enquanto crescia em Springs, cidade mineira próximo de Joanesburgo, Gordimer começou a escrever, aos nove anos, e acabou por ser publicada logo com 15 anos. O resto é conhecido. Actualmente, a escritora está casada com um antiquário e tem dois filhos. Está também casada com a sua reputação e tem a circular dez romances, as tais sete compilações de contos de novelas, vários tomos de ensaios e crítica literária («The black interpreters», «The essential gesture»), artigos espalhados por aqui e ali. O seu último livro é de 1990 e chama-se «My son's story».

De Gordimer, em português, é pelo menos possível ler «July's people» (título: «A gente de July») e «Sport of Nature», de 1985 («Um capricho da Natureza»).